

EVA MARIA LUIZ FERREIRA

**A PARTICIPAÇÃO DOS INDIOS KAIOWÁ E GUARANI
COMO TRABALHADORES NOS ERVAIS DA COMPANHIA
MATTE LARANGEIRA (1902-1952)**

EVA MARIA LUIZ FERREIRA

**A PARTICIPAÇÃO DOS INDIOS KAIOWÁ E GUARANI
COMO TRABALHADORES NOS ERVAIS DA COMPANHIA
MATTE LARANJEIRA (1902-1952)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal da Grande - UFGD, Dourados-MS, para a
obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Levi Marques Pereira

DOURADOS – 2007

Ficha catalográfica

Ferreira, Eva Maria Luiz

F383p A participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira (1902-1952) / Eva Maria Luiz Ferreira; orientação Levi Marques Pereira. 2007

111 f. + anexo

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Grande Dourados, MS, Mestrado em História, 2007.

Inclui bibliografia

1. Índios Kaiowá e Guarani 2. Trabalhadores nos ervais Companhia Matte Larangeira 3. Erva-mate 4. Mão-de-obra indígena I. Pereira, Levi Marques.

II. Título

CDD-980.41

Bibliotecária responsável: Clélia T. Nakahata Bezerra CRB 1/757

EVA MARIA LUIZ FERREIRA

**A PARTICIPAÇÃO DOS INDIOS KAIOWÁ E GUARANI
COMO TRABALHADORES NOS ERVAIS DA COMPANHIA
MATTE LARANGEIRA (1902-1952)**

COMISSÃO JULGADORA

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

Presidente e orientador _____

2º Examinador _____

3º Examinador _____

Dourados, ____ de _____ de _____.

DADOS CURRICULARES

EVA MARIA LUIZ FERREIRA

NASCIMENTO 27/01/1970 – CAMPO GRANDE-MS

FILIAÇÃO Adão Luiz Ferreira

Lídia dos Santos Oliveira

1990-1992 Curso de Graduação em História

Faculdades Unidas de Mato Grosso, FUCMT.

2003-2004 Curso de Capacitação das Populações indígenas

Universidade Católica Dom Bosco

RESUMO

A presente dissertação trata da participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira, no antigo sul de Mato Grosso. O objetivo é investigar como se deu a participação dessa população nas diversas etapas que o trabalho ervateiro exigia. Para isto, o estudo buscou, no processo de ocupação territorial no sul de Mato Grosso, a presença indígena nas diversas frentes de trabalho que se estabeleciam na região. O trabalho está apoiado em pesquisa bibliográfica, incluindo os trabalhos mais relevantes sobre o tema. Inclui, ainda, a consulta à documentação do SPI, referente aos Postos Indígenas do Sul de Mato Grosso e, também, a um número significativo de relatos feitos por indígenas e não-indígenas, que vivenciaram ou tiveram familiares envolvidos no trabalho com a erva mate. Esses relatos versam, fundamentalmente, sobre a vida dos Kaiowá e Guarani, no período abrangido pelo estudo. Pesquisando o cotidiano nos ervais foi possível constatar que os indígenas fizeram parte do empreendimento ervateiro, com a sua especializada mão-de-obra, juntamente com paraguaios, argentinos e outros. Constatou-se que essa participação não atingiu da mesma forma todas as aldeias indígenas. Estabeleceu-se uma relação ao mesmo tempo de exploração e de troca, pois havia muitos produtos que interessavam diretamente aos índios. Em outro momento, o próprio o SPI passou a agenciar o trabalho dos índios para empreiteiros da erva e fazendeiros locais. O estudo identifica, ainda, que a participação indígena nesses eventos foi despercebida pela produção historiográfica sobre esse período.

Palavras chave: Kaiowá e Guarani, Companhia Matte Larangeira, mão-de-obra indígena

ABSTRACT

The dissertation in hand addresses the participation of the Kaiowá and Guarani Indians as tea gatherers in the Matte Laranjeira Company in former Mato Grosso. The aim has been to investigate how the participation of this population came about in the various stages of tea gathering. For this the study sought to determine the presence of the indigenous population in the diverse work fronts which were established in the region during the process of territorial occupation of the south of Mato Grosso. The study is supported by bibliographical research, including the most relevant works on the theme. It also includes consultation of the microfilmed documentation of the Indian Protection Service (IPS) which refers to the Indigenous Posts in the south of Mato Grosso and also a significant number of reports given by indigenous and non-indigenous people who lived through or had family members involved in the tea gathering work. These reports speak basically of the life of the Kaiowá and Guarani during the period handled by the study. On investigating the daily routine in the tea growing area it was possible to verify that the indigenous people were a part of the tea gathering undertaking with their specialized labour together with Paraguayans, Argentinians and others. It was verified that this participation did not affect in the same way all the Indian villages. There was also established at the same time a relationship of exploitation and exchange as there were many products that were of direct interest to the Indians. At another time the actual Indian Protection Service took over the management of the work done by the Indians for tea contractors and local farmers. It was also confirmed that the indigenous participation in these events was concealed by the historiographic production on this period.

Key words: Kaiowá and Guarani, Matte Laranjeira Company, indigenous labour.

AGRADECIMENTOS

Ao término de um trabalho não posso deixar de agradecer algumas pessoas que tiveram um papel muito importante nas várias etapas do mestrado.

Em especial, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Levi Marques Pereira, pela orientação segura e com muita paciência contribui para o final desse trabalho e com certeza com o meu crescimento acadêmico. Também a sua querida esposa Francelina que, com seu jeito meigo sempre me recebeu com alegria e simpatia.

Aos meus queridos colegas do Programa Kaiowá/Guarani que nunca deixaram de incentivar e acreditar na proposta da minha pesquisa. Suzi pelo carinho; Neimar esteve presente na elaboração do projeto e no decorrer do trabalho; Fernando colega nas viagens de pesquisa de campo, sempre pronto a colaborar com o seu conhecimento sobre a Companhia Matte Larangeira; Celso com os seus valiosos mapas; Hilário, Cida, Leandro, Teodoro, Adir, de coração agradeço todos vocês!!!

Ao Antonio Brand, pessoa ímpar em minha vida profissional e acadêmica....obrigada!

Em nome do Prof. Dr. Osvaldo Zorzato, agradeço a todos os professores do Programa de Mestrado em História pelo aporte no meu processo acadêmico.

À Meire, que carinhosamente recebeu-me em casa para a seleção do mestrado e torceu pelo meu ingresso e na minha trajetória no mestrado.

As meninas do “Paraná” Gisele, Selma e Carla, pela hospitalidade, pelas deliciosas gargalhadas e a amizade que se consolidou com o decorrer do tempo.

À Irene, querida colega de turma, com certeza o seu carinho e disponibilidade, foi essencial os alunos que não moravam em Dourados.

Ao Rodrigo Godói, um amigo especial! Edna, Gilmara, Claudete, Márcia, Sidclei, queridos colegas de turma.

À Rosa que nos últimos meses, com a sua ternura e sabedoria me incentivou e contribui com o seu imenso conhecimento.

À Maria de Fátima e Edna, pessoas queridas e especiais que sempre foram inspiradoras para que eu sempre seguisse nos meus estudos.

A todas as pessoas entrevistadas pela disponibilidade, hospitalidade e sabedoria ao relatar sobre a presença dos índios nos ervais da Companhia Matte Larangeira.

À UCDB – Universidade Católica Dom Bosco, pela liberação no primeiro ano do mestrado, quando da minha ausência para cumprir os créditos em Dourados. Também ao Centro de documentação *Teko Arandu* do Programa Kaiowá/Guarani-NEPPI UCDB, onde tive acesso aos valiosos documentos para a realização da minha pesquisa.

Agradeço aos meus pais que apesar das inúmeras dificuldades, nunca fizeram deste motivo para não incentivar os filhos nos estudos. Para essa etapa na minha formação acadêmica foram de suma importância no apoio moral e logístico nas minhas constantes viagens para o estudo.

Finalmente, a minha pequena e grande família, o Ângelo, meu amado e companheiro, que sem dúvida foi o meu grande incentivador nessa jornada, e nos momentos de incertezas a sua presença e palavras foi fundamental. Ao nosso filhote Augusto, pessoa significativa na minha vida, mesmo sem entender as minhas ausências, sempre me esperou com abraço carinhoso.

Hum! Porque o Patrício é de tudo, sabe, o Kaiowá Guarani é de tudo, parte da erva. Ele é mineiro, ele é barbakuazero, ele é seca erva, ele é lenheiro, é o Kaiowá é...

João Vilhalba, kaiowá, 80 anos em 19/11/2004, aldeia Rancho Jacaré.

SUMÁRIO

RESUMO	6
ABSTRACT	7
AGRADECIMENTOS	8
SUMÁRIO	11
LISTAS DE MAPAS	13
LISTA DE ABREVIATURAS	14
INTRODUÇÃO	15
1 OS KAIOWÁ E OS GUARANI E AS FRENTES DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL NO ANTIGO SUL DE MATO GROSSO	22
1.1 - AS POPULAÇÕES LINGUISTICAMENTE OU DE LÍNGUA GUARANI: ORIGEM E RAMIFICAÇÕES	22
1.1.1 – A presença Kaiowá e Guarani no sul de Mato Grosso.....	24
1.1.2 – A guerra da Tríplice Aliança e a ocupação da fronteira.....	27
1.2 – A COMPANHIA MATTE LARANJEIRA	28
1.2.1 - Ampliação dos direitos de arrendamento.....	31
1.3 - A PRESENÇA DA SOCIEDADE NACIONAL NESSA REGIÃO - A CHEGADA DOS GAÚCHOS.....	32
1.4 – O SPI NO SUL DE MATO GROSSO E A DEMARCAÇÃO DAS RESERVAS..	35
2 O TRABALHO INDÍGENA NAS FRENTES DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO	44
2.1 COMO O TRABALHO INDÍGENA FOI TRATADO NAS NARRATIVAS DAQUELES QUE NÃO IDENTIFICARAM OS ÍNDIOS ENQUANTO TRABALHADORES	45
2.1.2 - Como o trabalho indígena foi tratado na narrativa daqueles que identificaram os índios enquanto trabalhadores	54
2.4 – O PAPEL DOS KAIOWÁ NO TRABALHO DA MATTE: MODALIDADES DE TRABALHO	63
3. A PARTICIPAÇÃO DOS KAIOWÁ E GUARANI NOS ERVAIS DA COMPANHIA MATTE LARANJEIRA	70
3.1 – O LUGAR DO COTIDIANO NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA	71
3.2 O CENÁRIO MULTIÉTNICO NOS ERVAIS: A EXPERIÊNCIA DE INTERAÇÃO PERMANENTE E SUBMISSÃO DOS KAIOWÁ E GUARANI ÀS FRENTES DE OCUPAÇÃO DE SEU TERRITÓRIO	73

3.3 O SPI E O AGENCIAMENTO DOS ÍNDIOS PARA O TRABALHO FORA DAS RESERVAS	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	102
RELATÓRIOS	106
FONTES ORAIS	107
DOCUMENTOS MICROFILMADOS.....	109

LISTAS DE MAPAS

MAPA 01 – Localização das terras atualmente ocupadas pelos Kaiowá e Guarani, no Mato Grosso do Sul.	39
MAPA 02 – Áreas Reservadas e Demarcadas pelo SPI entre 1915 - 1928.	40

LISTA DE ABREVIATURAS

CEDOC – Centro de documentação

CNPq – Conselho Nacional de Pesquisa e Tecnologia

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

FIC/MS – Fundo Incentivo a Cultura de Mato Grosso do Sul

FUNDECT – Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

IR – Inspetoria Regional do SPI

MS – Mato Grosso do Sul

NEPPI – Núcleo de Estudos e Pesquisa das Populações Indígenas

SPI – Serviço de Proteção aos Índios

UCDB – Universidade Católica Dom Bosco

UEMS – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

INTRODUÇÃO

O estado de Mato Grosso do Sul abriga, atualmente, várias povos indígenas. Os mais numerosos são os Kaiowá e Guarani e, em seguida, os Terena, os Kadiwéu, e demais povos em menor número: os Guató, os Ofaié, os Kamba, os Kinikinau e os Atikun. Estas populações, apesar de somarem um número expressivo de integrantes, em torno de 60 mil pessoas, são, ainda, muitas vezes, ignoradas pela sociedade Sul-Mato-grossense ou, então, vistos através de um olhar informado por preconceitos que distorcem a identidade dessas populações.

Estão estabelecidos na região Sul de Mato Grosso do Sul dois dos três subgrupos falantes de língua Guarani: os *Pai-Tavyterã*, conhecidos na literatura brasileira como Kaiowá e os Ñhandeva, que se auto reconhecem como Guarani. Os Guarani, apesar de serem em número menor, estão presentes em várias aldeias Kaiowá, razão porque uso, nesta dissertação, a designação Kaiowá e Guarani. Quero, dessa forma, abranger esses dois sub-grupos guarani.

Na atualidade, a população Kaiowá e Guarani, no MS, é de aproximadamente 38.645¹ pessoas, distribuída em 26 áreas, sendo oito reservas demarcadas pelo Serviço de Proteção aos Índios – SPI, entre 1915 e 1928, e o restante resultado de demarcações realizadas pela FUNAI, a partir da década de 1980, fruto da mobilização dos próprios Kaiowá e Guarani em torno da retomada de terras ocupadas, historicamente, pela colonização. A maior parte das terras demarcadas nas últimas duas décadas ainda não teve os procedimentos administrativos concluídos ou têm esses procedimentos contestados na justiça, o que torna a posse indígena dessas terras ainda instável, configurando-as como áreas de conflito. Existe, ainda, um número significativo de famílias indígenas vivendo nas periferias de cidades, nas margens de rodovias e acampamentos temporários (PEREIRA, 2006).

¹ Dados FUNASA, 2006.

Do território original, de aproximadamente 20.000 km, restava legalmente, na década de 1970, aos Kaiowá e Guarani, apenas um total de 18.124 ha (BRAND, 1997). Atualmente, esse território conta com uma área aproximada de 42.000 ha², ampliada a partir dos anos 80. O movimento de expansão do território se deu pela retomada de várias terras das quais as comunidades haviam sido expulsas, processo que ainda está em curso, desencadeando inúmeros conflitos com os proprietários de terras na região.

As populações indígenas Kaiowá e Guarani passam por inúmeros problemas, atualmente, resultantes de um processo histórico de confinamento e perda territorial para as frentes de colonização e desenvolvimento econômico da região. Uma das frentes de expansão econômica que muito impactou sobre a vida dessa população foi a Companhia Matte Larangeira.

O presente trabalho tem como objetivo central estudar a participação dos índios Kaiowá e Guarani como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira, especificamente no antigo sul de Mato Grosso, no período de 1902 a 1952. Inicia-se, nesse período, a exploração da erva mate nativa, por Thomás Larangeira, por meio de arrendamento, concedido pelo decreto imperial nº. 8799 de 9/12/1882. No ano de 1902, os irmãos Murtinho negociam o arrendamento com Thomaz Laranjeira e criam a Empresa Companhia Matte Larangeira. O referido arrendamento garantiu à empresa ervateira o monopólio da exploração da erva-mate por cinco décadas.

A metodologia partiu de uma análise das bibliografias disponíveis que tratam da história da empresa ervateira. Observou-se a pouca menção e quase ausência de referências ao trabalho dos indígenas na colheita da erva mate. São citados, sempre, como mão-de-obra, apenas o trabalhador paraguaio. Contudo, também, é sabido que toda a área de atuação da referida Companhia coincidiu com o território tradicional dos Kaiowá e dos Guarani.

² Amambaí (2.429 ha), Dourados (3.475 ha), Caarapó (3.594 ha), Limão Verde 900 ha, Taquaperi (1.600 ha), Sassoró (1.923 ha), Porto Lindo (1.650 ha), Pirajuí 1.923 ha, Guaimbé (716,93 ha), Paraguasu Takuaraty/yvykuarusu (2.609 ha), Pirakua 2.384 ha, Jaguapire (2.349 ha), Sete Cerros (9.003 ha), Jarara (479 ha), Guasuty (959 ha), Jaguary (405 ha), Cerrito 1.950 ha, Panambizinho (1.240 ha), Sukuri'y ou Mbarakaju (67 ha de 500 ha reivindicados), Potrero Guasu (400 ha de 4.975 ha reivindicados), Arroyo Kora (de 7.205 ha, ocupam 100 ha), Campestre (11 ha), Ñanderu Marangatu (de 9.316 ha, ocupam 100 ha), Lima Campo (300 ha, dos quase 10 mil ha reivindicados), Kokue'i (100 ha do total reivindicado que é de 6.535 ha), Takuára (60 ha, do total de 9.650 ha reivindicado), Sombrero (ocupam 800 ha é de 15.000 ha), Porto Kambira (100 ha), Panambi (de 2.037 ha reivindicados, ocupam 390 ha) (COLMAN, 2007).

Identificar em que medida esta ausência de referências ao trabalho indígena expressava vícios na historiografia, interesses políticos, preconceitos, etc, foi um dos objetivos que a presente dissertação perseguiu.

O estudo pretende contribuir para o aprofundamento de um aspecto que parece cada vez mais relevante para a compreensão da história indígena no Estado, que diz respeito, exatamente, ao estudo dos processos e negociações estabelecidos e vivenciados pelos povos indígenas no decorrer desse importante período de sua história.

Pretende-se, nesse sentido, contribuir com a superação de uma visão histórica segundo a qual o índio foi apenas uma vítima inerte nas mãos dos colonizadores, sem passar ao largo, obviamente, do cruel processo de esbulho de que foi, efetivamente, vítima. A partir de um novo olhar sobre velhos e novos documentos creio que foi possível contribuir para um novo olhar sobre esse índio que embora violentado nunca abriu mão de sua autodeterminação. E, novamente, inexistem estudos sobre essa questão, no que diz respeito ao trabalho na erva-mate.

Essa pesquisa está inserida no Projeto intitulado “Território, Territorialidade e Processos Históricos dos Kaiowá e os Guarani no Mato Grosso do Sul, desenvolvido no âmbito do Centro de Documentação *Teko Arandu*, NEPPI, do qual sou integrante. O projeto citado tem como objetivo investigar a participação e a inserção indígena nos processos de ocupação de seu território pelos empreendimentos econômicos, com especial ênfase na análise dos impactos sobre o território e processos de negociação e troca estabelecidos entre a população indígena e o entorno regional, com especial atenção para a Companhia Matte Larangeira, à Colônia Agrícola Nacional de Dourados e à implantação das fazendas agropecuárias, a partir da década de 1950.

As fontes usadas na pesquisa fazem parte do acervo documental e de áudio disponível no Centro de Documentação *Teko Arandu* – NEPPI/UCDB. As entrevistas citadas no decorrer do trabalho foram gravadas e transcritas pelos pesquisadores do Centro de Documentação *Teko Arandu*-NEPPI/UCDB, incluindo informantes indígenas e não-indígenas. No entanto, fizeram-se necessárias novas entrevistas para complementar e aprofundar as informações existentes nas já catalogadas e lidas. Entretanto, elas permitiram traçar um quadro do trabalho dos Kaiowá e Guarani nos ervais e colocaram questões que

permitiram aprofundar os temas através de entrevistas orientadas, voltadas, diretamente, para o foco da presente pesquisa.

Mediante técnicas de história oral, realizaram-se entrevistas com pessoas que vivenciaram ou que tiveram seus familiares envolvidos na temática abordada pela pesquisa. A partir dessas entrevistas, foi, ainda, possível dialogar com os autores e com as demais fontes de pesquisa para a elaboração da presente dissertação. O estudo buscou conciliar a pesquisa documental com o registro e análise das narrativas orais.

Outra importante fonte consultada foi a documentação microfilmada, do Serviço de Proteção aos Índios - SPI, proveniente do Museu do Índio, referente aos anos de 1919 a 1967. A documentação refere-se à 5ª Inspeção Regional, à qual estavam subordinados os Postos Indígenas do antigo sul de Mato Grosso. Nesses documentos está registrado todo o cotidiano dos postos, por meio de avisos, relatórios mensais, memorandos, prestações de contas, ofícios, etc., que eram recebidos e enviados entre a inspeção e os postos. Há, ainda, correspondências trocadas com a direção geral do SPI, com sede no Rio de Janeiro, que diz respeito a problemas nos postos que não eram possíveis de serem solucionados pela Inspeção Regional.

Trata-se de uma documentação vasta e diversificada e o desafio foi definir a melhor metodologia para abordá-la, sem a preocupação de exauri-la, mas preocupado em identificar os dados mais significativos para os objetivos traçados para o presente estudo.

Considero pertinente registrar que ao iniciar as leituras mais específicas referentes aos Kaiowá e aos Guarani deparei com dados novos sobre a participação do SPI e a mão-de-obra de índios que viviam nos Postos Indígenas, no que se refere ao trabalho na colheita da erva-mate. O estudo do SPI foi um fato novo e de suma importância para o trabalho proposto. Esta importância decorre do fato de que os funcionários do SPI muitas vezes atuavam como uma espécie de intermediários entre os trabalhadores indígenas e a Companhia e eram constantemente acionados para resolverem problemas administrativos decorrentes desse trabalho.

De fundamental importância foi a oportunidade de participar do Programa Kaiowá/Guarani-NEPPI, da Universidade Católica Dom Bosco. Um Programa que há 10 anos desenvolve pesquisa junto às populações Kaiowá e Guarani. As pesquisas realizadas no

âmbito do Programa são de caráter interdisciplinar das pesquisas e abrangem várias áreas do conhecimento. Contam, ainda, com financiamento de instituições como a FUNDECT e o CNPq.

Em 2002, foi aprovado um financiamento pelo FIC/MS e a empresa VIVO, que possibilitou a instalação de um Centro de Documentação, que objetiva a catalogação e o levantamento da bibliografia e documentação escrita e áudio visual referente aos Kaiowá e Guarani, que está dispersa em arquivos de instituições nacionais e estrangeiras.

Nesse mesmo ano, passei a integrar a equipe do Programa Kaiowá/Guarani, desenvolvendo atividades administrativas, que até hoje, ainda, executo. Comecei a interagir com um mundo extremamente fascinante, que é o da pesquisa documental. Os primeiros contatos com essas fontes começaram com a seleção da documentação catalogada no Museu e Biblioteca Nacional, do Rio de Janeiro, contendo informações sobre a etnia Kaiowá e Guarani.

Ainda enquanto integrante do Centro de Documentação pude ter acesso ao acervo de fitas gravadas pelos pesquisadores do Programa Kaiowá/ Guarani, que tratam de diversos assuntos relacionados à temática indígena, assim como teses, dissertações e artigos publicados em periódicos.

Foi oferecido, em 2004, pelo Programa Kaiowá/Guarani e Programas de Mestrado em Educação e Desenvolvimento Local, um curso de extensão “Populações indígenas: desenvolvimento local, etnodesenvolvimento e educação diferenciada”, com uma carga horária de 140 horas. A participação nesse curso possibilitou-me ter contato com pesquisadores que trabalham com outras etnias e, também, a sugestão de leituras de autores renomados que tratam da temática indígena.

No âmbito do curso, houve uma disciplina que tratava das populações do MS, que foi de suma importância, pois pude conhecer um pouco mais de perto as pesquisas que são realizadas aqui no Estado, pelos pesquisadores da UFGD, Levi Pereira Marques e Osvaldo Zorzato, pela UEMS, Beatriz dos Santos Landa e Antônio Brand, pela UCDB. Dentre os citados, conhecia mais de perto os trabalhos de Brand, pelo fato de trabalharmos juntos, deste 2002, e a partir de 2004, inseriu-me nos seus projetos de pesquisa. Os trabalhos realizados pelos pesquisadores citados servem de motivação para os jovens estudantes da questão

indígena.

Por fim, em 2005, tive a oportunidade de ingressar na Pós-Graduação em História, da UFGD, onde tive a oportunidade de sistematizar os dados pesquisados e com quais já vinha trabalhando.

O trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro traz um histórico dos índios Kaiowá e os Guarani, em uma abordagem sucinta da sua origem e suas ramificações. O capítulo destaca, também, a presença dos Kaiowá e Guarani no antigo sul de Mato Grosso e de outros segmentos em território indígena, com destaque para a instalação da Companhia Matte Larangeira, que monopolizou por 50 anos a extração da erva-mate nativa. A chegada dos riograndenses em busca da posse das terras devolutas, e, por fim, a presença do Estado, por meio, do SPI, com o objetivo de demarcar reservas de terra nas quais os índios pudessem se estabelecer, liberando, no entanto, o restante do território indígena para as frentes econômicas.

O segundo capítulo centra-se em alguns trabalhos acadêmicos que discorrem sobre a Companhia Matte Larangeira, procurando identificar como foi tratado o trabalho indígena na empresa ervateira. Com essa mesma proposta de observação, voltei-me para as narrativas orais de indígenas e não-indígenas. Por meio desses relatos foi possível identificar as modalidades de trabalho e organização hierárquica estabelecida pela Companhia Matte Laranjeira.

Por fim, no terceiro capítulo se dará uma reflexão sobre as relações estabelecidas entre os indígenas e não-indígenas, num cenário multiétnico, perpassado por relações e disputas de poder. Esta reflexão se esforça em captar a presença e participação dos índios Kaiowá e Guarani nos ervais da Companhia Matte Larangeira a partir das narrativas e dos registros documentais. Em seguida abordo o lugar do cotidiano na produção historiográfica. No terceiro capítulo, ainda, discuto o cenário multiétnico nos ervais: a experiência de interação permanente e submissão dos kaiowá e dos Guarani às frentes de ocupação de seu território tradicional. Na seqüência descrevo o Serviço de Proteção aos Índios – SPI e o seu papel de agenciador dos índios para o trabalho fora das reservas.

Finalmente, na conclusão procuro demonstrar a constatação de que, ao contrário do que vem registrado com mais ênfase na bibliografia historiográfica, houve uma

participação efetiva dos indígenas na empresa ervateira e, também, a participação do trabalho indígena no desenrolar do crescimento econômico do Sul de Mato Grosso.

1 OS KAIOWÁ E OS GUARANI E AS FRENTES DE OCUPAÇÃO TERRITORIAL NO ANTIGO SUL DE MATO GROSSO

O presente capítulo apresenta o início da história da relação dos Kaiowá e Guarani com as frentes de ocupação econômica da sociedade nacional nos territórios por eles tradicionalmente ocupados. O texto está apoiado em registros encontrados na documentação e na bibliografia especializada sobre o período que, embora não se refira, especificamente, à proposta desse estudo, traz importantes referências sobre as populações indígenas existentes no sul do então estado de Mato Grosso. O que se pretende investigar é a interação entre índios e a população não-indígena, nesse novo cenário criado com a ocupação do território dos índios, no qual a incorporação da sua mão-de-obra passa a ser um importante quesito na implementação dos projetos econômicos. Destaque especial será dado ao trabalho indígena na colheita da erva-mate, atividade extrativa que representou a primeira frente econômica importante a se instalar no território dessa população.

1.1 - AS POPULAÇÕES LINGUISTICAMENTE OU DE LÍNGUA GUARANI: ORIGEM E RAMIFICAÇÕES

De todos os povos que fazem parte do tronco tupi e, especificamente, da família lingüística tupi-guarani, foram os Guarani que maior interesse despertaram entre os pesquisadores, sendo elevado o número de estudos e referências bibliográficas relativas ao tema. Esse interesse reflete, certamente em parte, a importância dos Guarani na ocupação e colonização da Bacia do Rio da Prata e a relevante experiência das reduções jesuítas. Os povos guarani estão intimamente ligados à cultura, história e formação de países como o Paraguai, Argentina, Brasil, Bolívia e Uruguai (GRÜNBERG, 2002)³.

Ao abordar a história colonial referente à população Guarani, especialmente a partir dos Manuscritos da Coleção de Angelis (1951), é possível identificar cinco grandes e

³ Disponível no site www.guarani.roguata.com, acessado em março/06

diferenciados grupos ou subgrupos, com diferentes características, mas que foram incluídos na categoria genérica dos “Guarani”. Assim, com a chegada dos europeus, criam-se categorias identitárias intimamente relacionadas ao mundo colonial. Segundo os relatos acima referidos, os Cario estavam localizados nas proximidades do Rio Paraguai, mais especificamente nas imediações da atual cidade de Assunção (1537). Já os Paraná estavam assentados nas proximidades do rio do mesmo nome, ambos dizimados logo na chegada dos espanhóis ou incorporados no processo de formação da população mestiça. Mais ao sul, no atual estado brasileiro do Rio Grande do Sul e regiões circunvizinhas, estavam os *Tape* que, por sua localização, supõem-se que seriam os ascendentes dos atuais Guarani-Mbya. Mais ao norte do então território Guarani, entre o Rio Mbotetey, atual Miranda, e o Rio Apa, estavam localizadas as populações da Província do Itatim que viriam a se constituir nos atuais Pai-Tavyterã ou Kaiowá. Um quinto subgrupo colonial ocupava a Província paraguaia denominada Guairá que poderia, também, por sua localização, ser considerado ascendente dos atuais Guarani-Ñandeva (MELIÀ. G. GRÜNBERG, F. GRÜNBERG, 1976). Todas essas categorias identitárias oriundas do mundo colonial são identificadas como falantes de língua Guarani e como prováveis ascendentes dos atuais grupos étnicos que seguem falando línguas Guarani, como é o caso dos Kaiowá e Guarani do que trata a presente dissertação.

Os Kaiowá, denominados, no Paraguai, de *Pai-Tavyterã*, foram descobertos pelo mundo colonial, entre 1750 e 1760, por ocasião da execução do Tratado de Madrid (MELIÀ. G. GRÜNBERG, F. GRÜNBERG, 1976). Este subgrupo, os Kaiowá, foi considerado descendente dos *Itatim*, sobre os quais se dispõe de registros para o período colonial e cujo território se estendia desde o rio Apa até o rio Miranda, tendo ao leste a serra de Amambai e, a oeste, o rio Paraguai.

Parte da população denominada *Itatim* teria sido reduzida pelos jesuítas, a partir de 1632. Consta dos relatos dos missionários que o argumento usado para convencê-los a se reduzirem foi o da perspectiva de assim lograrem fugir dos encomenderos (MELIÀ. G. GRÜNBERG, F. GRÜNBERG, 1976). Mas, por causa deste mesmo argumento, outros *Itatim* evitaram as reduções, preferindo permanecer no mato. Segundo Monteiro (2003, p.18):

Em guarani, *Kaiowá* que vem de *Caaguá* significa “habitante da mata”, denominação que explica o fato de esses índios, ao tentarem fugir do confronto com o “civilizado”, quer na figura dos jesuítas quer dos primeiros colonizadores, terem-se embrenhado pelo interior das matas. Por isso, alguns autores referem-se aos

Kaiowá como os “Guarani primitivos” e “Monteses” – que significa habitantes da floresta.

1.1.1 – A presença Kaiowá e Guarani no sul de Mato Grosso

Em 1845, teve início uma expedição organizada pelo Barão de Antonina que tinha o objetivo principal de descobrir uma via que ligasse o Porto de Antonina, município de Corumbá, a Cuiabá, ou seja, uma via de acesso direto entre Paraná e Mato Grosso. Participaram desta viagem Joaquim F. Lopes e João H. Elliot. Esses viajantes registraram o contato com os índios Kaiowá.

Oito léguas abaixo da barra do Vacaria com o Avinheima, encontramos muitos vestígios de índios na margem direita. Seriam cincoenta ... Eram cauiás da mesma família d'aqueles que encontramos nas margens do rio Ivanhy em 1845, tinham o lábio inferior furado e traziam dentro do orifício um botoque de resina [...] (ELLIOT, 1848, p.173 apud MONTEIRO, 2003, p.23).

Em outra tentativa de verificar a possibilidade de abertura de uma via de comunicação entre São Paulo e Mato Grosso, pelo baixo Paraguay, Joaquim Francisco Lopes (apud, MONTEIRO, 2003) esteve com os Kaiowá e registra o seguinte sobre o território ocupado por esses índios “[...] os terrenos que habitam vão até o Iguatemi, junto a Serra de Maracajú, que têm d'aqui um caminho ⁴ por terra que vai até o Paraná [...]”(LOPES, 1850, apud, MONTEIRO, 2003). Assim como Elliot, Lopes também observa o uso do tembetá por parte desses índios: “[...] trazem em geral o beijo inferior furado [...]” (LOPES, 1850, Apud, MONTEIRO, 2003, p.24).

Elliot, constatando o domínio do espanhol por parte dos índios, supôs que tinham contato com o Paraguai:

que esses índios tem relações com a gente do Estado do Paraguay, porque tendo elles no pescoço e nos braços alguns fios de misangas, e pegando eu n'ellas, responderam-me em castelhano [...] Fallei algumas palavras em guarani, e entenderam perfeitamente [...] (ELLIOT, 1848, Apud, MONTEIRO 2003. p.23).

⁴ O autor parece estar referindo-se ao conhecido caminho de Piabiru ou a outro caminho utilizado pelos índios de qualquer forma indica uma rota de circulação dos índios pela região.

Em seu relatório, Lopez traz, ainda, informações sobre a economia indígena e indicativos sobre o uso do espaço pelos Kaiowá e pelos Guarani:

A aldeia é collocada entre as suas roças ou lavouras, que abundam especialmente em milho, mandioca, abóbora, batatas, amendoins, jucutupé, crás, tingas, fumo, algodão, o que é tudo plantado em ordem: e toda época é própria para a sementeira [...]”(LOPES, 1850, p. 320-321, apud MONTEIRO, 2003, p. 24).

Assim, temos aí mais um indicador étnico dos Kaiowá e dos Guarani em geral que é a prática da agricultura, atividade à qual devotam grande atenção e conhecimento técnico, como bem documentam as fontes históricas, desde Montoya, aspecto retomado em detalhe por Melià (1992) e outros.

Monteiro (2003, p. 24) enfatiza que “a não ser por eventuais encontros entre esses índios e viajantes, tais como Elliot e Francisco Lopes, pouco se sabia a respeito dos Kaiowá”. É a partir desses escritos que os Kaiowá começam a adquirir visibilidade no contexto do sistema colonial que passa a considerá-los como um grupo étnico, portador de distintividade cultural. De qualquer forma, é importante considerar que Kaagua ou Kaiowá são atribuições externas, oriundas do sistema colonial e, portanto, marcadas pelas representações que se faziam da população indígena, constatação que desautoriza tratar a categoria como etnônimo. O etnônimo correto parece ser o termo Paĩ, como aparece na mitologia (MELIÀ. G. GRÜNBERG, F. GRÜNBERG, 1976).

Os registros produzidos, nesse período, podem ser colocados na categoria de relatos de viajantes, tanto pelo caráter de sua observação, passageira, no que diz respeito às nações indígenas encontradas, como pelo teor dos dados, em forma de diário, como observa Melià (1987, p.28), ao destacar que “verificou o registro feito a respeito das nações indígenas pelos viajantes, enquanto demarcadores dos tratados de Madri (1750) e San Ildefonso (1777)”.

Santos (2002) observa que já no século XVIII, quando do estabelecimento do Forte de Iguatemi, pelos portugueses, os militares registraram a presença dos “caiuans” que ocupavam a região sul de Mato Grosso. Se relacionarmos os dados a respeito dos “itatins” com os registros a respeito do forte de Iguatemi e dos relatos de Elliot de 1848 e 1850 de Lopes, é possível afirmar que populações linguisticamente Guarani estavam dispersas pela região do sul do antigo Estado de Mato Grosso, desde vários séculos e que, com a chegada de

frentes de ocupação colonial, passaram a se concentrar nos espaços onde sofriam menos impactos.

Em 1767, o governo português criou o Forte Iguatemi (Povoação e Praça de Armas Nossa Senhora dos Prazeres e São Francisco de Paula do Iguatemi), elevado à categoria de Vila, em 1771, transformando-se no mais antigo povoado de Mato Grosso meridional e o primeiro passo para a ocupação do atual Mato Grosso. Esse forte, segundo pesquisas efetuadas pela UFMS⁵, localizava-se em território da atual aldeia Kaiowá *Yvykuarussu/Paraguasu*, às margens do rio Iguatemi (BRAND, 1997).

O referido relatório cita as correspondências entre o Presidente da Província de São Paulo Morgado de Mateus e os oficiais do Forte de Iguatemi, entre 1767 e 1777, onde faz referências a presença de índios na área. Relatam das hostilidades e ataques as navegações de comércio pelos “Cayapó em toda a corrente do Rio Pardo (...) e os CANHOANS de Côra Guaçú, que com repetição fazem o mesmo em Guatemy, com he bem publico, por cujas urgentíssimas cauzas, se previnem todas as cautelas” (MARTINS, 1987, s/p).

O mesmo relatório menciona, ainda, que em uma das cartas, na qual registra notícias da fronteira, aparece no informe o seguinte:

de terem chegado os índios CANHOANS com demonstrações de paz e promessas de quererem voltar com suas famílias, estimo mto. e mto. Mais estimarei, q’se reduzão a viver junto a nós pa. Cuidarmos nos meynos de sua salvação, e de os fazer obedientes vassallos de S. Mage [...] (MARTINS, 1987, s/p).

Nesse registro se esboça o intento colonial de prática de catequese e de submissão dos Kaiowá ao sistema político português, na qualidade de vassallos permanentes do Rei. Acontece que a existência efêmera do Forte impedirá que tal intento se concretize, pois fatores como a enorme distância de São Paulo, a inexistência de recursos minerais na região que justificassem os gastos com o Forte, a presença de doenças e mesmo a hostilidade dos índios e dos espanhóis, acabaram fazendo com que o Governo de São Paulo desistisse desse empreendimento militar, concentrando seus recursos em outras áreas que julgava estrategicamente mais importante.

⁵ Relatório de registro de sítio arqueológico-etnográfico e histórico, elaborado pelo pesquisador Gilson Rodolfo Martins, 1987.

A pesquisadora Beatriz dos Santos Landa detalha, no 1º capítulo da sua Tese⁶, a presença *Ñhandeva* ao Sul de Mato Grosso, especificamente nas margens do Rio Iguatemi. Outros estudos, como os realizados por Brand (1997) e Pereira (2004), apontam que a maior parte dos *Kaiowá*, no território brasileiro, estavam situados nas bacias dos rios Dourados, Amambaí, Iguatemi, Brilhante e outros rios de menor porte, no extremo sul do Estado de Mato Grosso do Sul.

O desmantelamento de inúmeras comunidades, que perderam suas terras no decorrer da ocupação de seu território por frentes de colonização e se viram forçadas a buscarem refúgio nas reservas demarcadas, pelo Serviço de Proteção aos Índios – SPI, entre os anos de 1915-1930, impôs a co-residência de Kaiowá e Guarani na maioria das atuais reservas. Porém, mesmo assim, esses grupos étnicos, tanto os Kaiowá como os Guarani, continuam identificando os seus locais como sendo originariamente ocupados por uma dessas etnias.

1.1.2 – A guerra da Tríplice Aliança e a ocupação da fronteira

Deflagrada a guerra entre o Brasil, Argentina, Uruguai e o Paraguai (1865 -1870), conhecida como a Guerra do Paraguai, a mobilização das tropas trouxe conseqüências determinantes para a sobrevivência de diversos grupos indígenas localizados na região fronteira que na época era desconhecida e de limites indefinidos.

[...]. A necessidade de definir as fronteiras implicava numa região parcamente povoada e onde o índio representava uma força de trabalho essencial, no aceleramento dos contatos com populações indígenas arredias ou mesmo hostis, com vistas a sua eventual utilização no conflito ou, pelo menos, sua neutralização como elemento útil às forças invasoras [...] (MOREIRA NETO, op.cit. p. 159-160. Apud MONTEIRO, 2003, p.28).

Ainda, na análise de Monteiro, os trabalhos de catequese sofreram com a guerra, implicando a fuga do Frei Ângelo de Caramonico⁷, e a dispersão dos índios.

o aldeamento dos cayuás e guaranis, começado por frei Ângelo na confluência do Rio Santa Maria com o Brilhante, depois da vinda de dois caciques d'essas tribus pelos muitos exforçados do referido frei Ângelo à capital da província, durante a

⁶ Os *Ñhandeva/Guarani* e o uso do espaço na Terra Indígena Porto Lindo/*Jakarey*, município de *Japorã* (2005).

⁷ Missionário capuchinho que trabalhava na Colônia Militar de Dourados.

administração do Sr. Albino de Carvalho, está hoje completamente inutilizado; porque o districto de Miranda, onde este excellent missionário fundava com muita regularidade o novo aldeamento; foi devastado pelos paraguayos, e os índios de novo se dispersarão, sendo incitados a novas correrias, das quaes resultarão gravíssimos prejuizos aos invasores (MOUTINHO, 1869, p.135 apud MONTEIRO, 2003, p. 28-29).

Com o final da Guerra, as autoridades locais vêm a necessidade de proteger as fronteiras, adotando como medida urgente radicar aí homens “brancos” e estabelecer postos militares, para impedir a entrada de estrangeiros. Dessa forma, o pós-guerra assistiu a um incremento na vinda, para o Sul de Mato Grosso, de inúmeros migrantes tanto paraguaios como brasileiros vindos de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Segundo Brand, “[...] grande parte dos ex-combatentes, especialmente paraguaios, ficaram pela região e se tornaram mão-de-obra nos trabalhos da Cia Mate Larangeira (...)” (1997, p.59).

A partir dos trabalhos de demarcação e confirmação das fronteiras, no período de pós-guerra do Paraguai, instala-se a Companhia Matte Larangeira, em pleno território tradicional dos Kaiowá e Guarani, marcando um período de grande importância para a história regional do atual Mato Grosso do Sul e para a história dessa etnia.

1.2 – A COMPANHIA MATTE LARANGEIRA

Com o término da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), uma comissão de limites percorre a região ocupada pelos Kaiowá e Guarani, entre o rio Apa, atual Mato Grosso do Sul e o Salto de Sete Quedas, em Guaíra, Paraná. Os trabalhos de demarcação da fronteira, sela entre Brasil e Paraguai foram encerrados em 1874.

Essa comissão de limites era chefiada pelo Coronel Enéas Galvão (Barão de Maracaju) e tinha como comandante militar, incumbido de evitar qualquer agressão indígena, o então capitão Antônio Maria Coelho. Também fazia parte da comissão de limites Thomaz Larangeira, empresário interessado nos fornecimentos de alimentação à expedição. Aos outros cabia a atividade de devassar os sertões que o último examinava com o olhar de empreendedor, procurando conhecer as possibilidades econômicas e explorá-las. Segundo Guillen:

Também tinham participado da Comissão os irmãos Raul e Francisco Mendes Gonçalves, auxiliando a Thomaz Laranjeira. Francisco se estabeleceu em Buenos

Aires, onde fundou a sociedade Francisco Mendes & Cia, destinada a moer e comercializar erva-mate no mercado platino. Formava-se uma sociedade promissora entre Thomaz Larangeira e Francisco Mendes, na qual o primeiro fornecia a matéria prima e o segundo se encarregava de colocá-la no mercado após passar por um processo de beneficiamento em seus moinhos instalados em Buenos Aires (1991, p. 19).

Nesse mesmo ano, Thomaz Larangeira fundou uma fazenda de gado no Mato Grosso e logo depois, em 1877, iniciou o trabalho com a erva no Paraguai, enquanto aguardava do Governo Brasileiro uma concessão para instalar-se no Brasil (CORREA FILHO, 1925).

Assim que o Barão Enéas Galvão foi nomeado presidente de Província, Larangeira recorreu a sua proteção e conseguiu o decreto de 1882. Através do Decreto Imperial, de nº 8799, de 9 de dezembro de 1882, Larangeira tornou-se o primeiro concessionário legal para a exploração da erva-mate nativa, por um período inicial de 10 anos. Essas informações podem ser observadas no relatório citado por Jesus:

É concedida a Thomaz Laranjeira permissão por 10 anos para colher mate nos ervais existentes nos limites da Província de Matto Grosso com a Republica do Paraguay, no perímetro compreendido pelos morros do Rincão e as cabeceiras do Igatemy, ou entre os rios Amambay e Verde, e pela linha que desses pontos for levada para o interior, na extensão de 40 kilometros (Decreto nº 8799 de 9 de dezembro de 1882). [legislação sobre o mate de 1833 a 1935. p.13] Instituto Nacional do Mate – INM. Arquivo Nacional – Rio de Janeiro (JESUS, 2004, p. 30).

Mas o referido decreto estabeleceu o direito de exploração por parte dos moradores locais que viviam da elaboração da erva na área da concessão. Para Correia Filho: “Assim que se acentuou a expansão colonizadora pela faixa de fronteira, vários dos novos povoadores dedicaram-se a colheita da herva-matte, sem cogitarem de legalizar a sua indústria, desenvolvida em terrenos devolutos” (1925, p.17).

Guillen (1991) analisa as mudanças ocorridas nas cláusulas contratuais no decorrer dos arrendamentos em relação aos direitos dos que elaboravam erva na região: Decreto de 1882, cláusula VI, rezava que: “o concessionário não poderá direta ou indiretamente impedir a colheita de erva-mate aos moradores do território (...) que viverem de semelhante indústria e dela tirarem os indispensáveis meios de subsistência.”. Na Cláusula IV a concessão obrigava a zelar pela conservação dos ervais “não permitindo que estranhos ali se estabeleçam sem autorização legal...”.

A lei de 1892, art. 1º, impedia a exploração dos ervais a quem não tivesse assinado com o governo do Estado um contrato de arrendamento. A partir de então desconsidera os decretos anteriores e os posseiros passam a elaborar a erva clandestinamente nas terras devolutas do Estado. O impedimento da exploração da erva por quem não tivesse um contrato de arrendamento com o governo, implica em mudança significativa na maneira como o governo passa a conceber os direitos originados da posse efetiva e aqueles originados da legalidade formal. Gradativamente, a Companhia Matte Larangeira, com base em contratos formais, procurará ampliar seu poder na região. Em 1892, após ter assinado o contrato de arrendamento com o Estado, Larangeira teria manifestado interesse em vender sua concessão ao Banco Rio Branco e Mato Grosso⁸. Como o contrato de arrendamento impedia a venda da concessão a terceiros, fundou-se a Companhia Matte Larangeira, cujas ações eram em sua maioria de propriedade do Banco. (GUILLEN, 1991, p. 21).

Esse “acordo” feito entre o concessionário e família Murtinho é analisado por Nícia Vilela Luz, ao afirmar que, tendo aparecido concorrentes que ameaçavam o monopólio de Laranjeira, “ao governo do Estado ofereceu-se a oportunidade de tirar partido da situação, exigindo do concessionário [Larangeira] condições que ele não quis aceitar” (GUILLEN, 1991, p. 21).

Tal afirmação baseia-se num memorando redigido por Antônio Correa da Costa, no qual se discutia se era interessante ao Estado manter o arrendamento com Laranjeira. Após a revolução de 1892, ao depor Antônio Maria Coelho, assume o poder a família Murtinho e direciona toda a questão a favor do monopólio em benefício próprio. Diante disso, teria sido o concessionário pressionado a vender seus direitos de arrendamento (GUILLEN, 1991, p. 21).

Vale ressaltar que, nesse mesmo ano 1892, é feita a primeira investida dos Murtinho, por meio do Banco Rio e Mato Grosso, no negócio da erva, através de uma concessão para extrair erva nos terrenos devolutos ao sul do Rio Iguatemi, região praticamente inacessível naquela época.

A atividade econômica da erva-mate, na análise de Arruda, consolida-se como a principal atividade econômica na região: “Desde o início da década de 1890, a exploração da erva-mate tornara-se a mais lucrativa empresa econômica no Estado” (1997. p. 33).

Guillen, 1991, destaca que, em 1894, no texto do contrato do arrendamento aparece claramente um pronome possessivo a indicar a Companhia Matte Larangeira como detentora do domínio sobre os ervais, pois ninguém ali podia se estabelecer *sem a sua*

⁸ Banco de propriedade da família Murtinho.

autorização. Laranjeira, através das relações pessoais com ocupantes do poder público, conseguiu do Estado o reconhecimento legal da exploração de erva-mate naquela região (ARRUDA, 1997). Essas relações facilitaram monopolizar a extração da erva e impedir que outros fizessem esse trabalho.

Em 1902, o Banco Rio Branco decreta falência, e apenas a Companhia Matte se sobressai e se firma economicamente. Nesse momento, é vendido o espólio do banco a Tomás e, a Companhia, a Francisco Mendes & Cia, de Buenos Aires, passando, a partir de então, a chamar Empresa Matte Larangeira & Cia (GUILLEN, 1991, p. 23). Um novo contrato de arrendamento é assinado nos moldes dos anteriores que vigora até 1916.

1.2.1 - Ampliação dos direitos de arrendamento

A área de concessão é, sucessivamente, ampliada, sempre com o apoio de políticos influentes, como os Murtinho e Antônio Maria Coelho⁹. Com o advento da República, as terras legalmente consideradas devolutas passam para a responsabilidade das Constituições dos Estados, o que favorece os interesses da Empresa pelo seu grau de proximidade com os governantes locais. Como bem descreve Arruda:

Desta forma, **através do Decreto nº 520, de 23/06/1890**, a Companhia amplia os limites de suas posses e **consegue o monopólio na exploração da erva-mate** em toda a região abrangida pelo arrendamento. Finalmente, através da **Resolução nº 103, de 15/07/1895**, **ela obtém a maior área arrendada**, tendo ultrapassado os **5.000.000 ha**, “tornando-se um dos maiores arrendamentos de terras devolutas do regime republicano em todo o Brasil para um grupo particular (ARRUDA, 1986, p.218).

Segundo essa Resolução, os limites das posses da Companhia estendem-se “... desde as cabeceiras do ribeirão das Onças, na Serra de Amambay, pelo ribeirão S. João e rios Dourados, Brilhante e Sta Maria até a Serra de Amambay e pela crista desta serra até as referidas cabeceiras do ribeirão das Onças” (idem: 218).

Assim fica constituída a área total do presente arrendamento pela união das áreas das duas concessões feitas à mesma Companhia Matte Larangeira, “... como cessionário, a

⁹ Joaquim Murtinho foi ministro da Fazenda no governo de Campos Sales e irmão de José Manoel Murtinho, o primeiro governador constitucional do período republicano, eleito em 20 de agosto de 1891. O General Antônio Maria Coelho foi governador provisório do estado de Mato Grosso. Essa proximidade com o poder político será fundamental para a defesa e expansão dos negócios da Companhia.

primeira pelo Governo Provisório, por decreto n° 520, de 23/06/1890 e a segunda pelo Governo deste Estado, no contrato celebrado em 14/03/1893” (idem, p. 218).

O domínio da Companhia Matte Larangeira começou a encontrar oposição a partir de 1912, quando tratava de renovar os arrendamentos. Mesmo assim, a referida Companhia chegou ao seu auge em 1920. Logrou renovar o arrendamento sobre um total de 1.440.000 hectares, através da lei n° 725, de 24 de setembro de 1915. Mas a mesma lei liberou a venda de até dois lotes de 3.600 ha a terceiros e, com isto, já extinguiu o seu monopólio (BRAND 1997).

O artigo 31° dessa lei previa:

A cada um dos ocupantes de terras de pastagens e de lavouras situadas dentro da área compreendida no contrato de arrendamento em vigor, será garantido dentro do prazo de dois anos, a contar de 27 de julho de 1916, a preferência para a aquisição de uma área nunca superior a dois lotes de três mil e seiscentos hectares cada um, ainda mesmo que dentro dessas terras existam pequenos ervais (CORREA FILHO, 1957, p. 67, apud BRAND, 1997, p. 86).

Em 1916, com o decreto citado acima quebrou-se, portanto, o monopólio da Companhia Matte Larangeira, embora seu domínio tivesse seguido até 1943, ano em que o então Presidente da República, Getúlio Vargas, criou o Território de Ponta Porã e anulou os direitos da Companhia (BRAND, 1997, p. 87).

As concessões feitas à Companhia Matte Larangeira atingiram em cheio o território dos Kaiowá e dos Guarani, e sua atuação tem sido abundantemente comentada por diversos indígenas: “(...) Ubaldo Castelan, da Reserva *Sassoró*, referindo-se a esta região, antes de 1928, afirma: “aqui tudo é só empresa mesmo, trabalha ervateiro” (BRAND, 1997, p.63).

1.3 - A PRESENÇA DA SOCIEDADE NACIONAL NESSA REGIÃO - A CHEGADA DOS GAÚCHOS

Ao mesmo tempo em que a região de Mato Grosso, após a guerra do Paraguai, começava a ser repovoada, o Estado do Rio Grande do Sul era teatro de lutas políticas sangrentas. Isso ocorreu, principalmente, a partir de 1891 e perdurou até 1895, quando se extinguiu a Revolução Federalista. Os vencidos, em grande parte, haviam se refugiado nas repúblicas vizinhas (Uruguai, Argentina e Paraguai), de onde muitos, temerosos de represálias

ou cansados das lutas em que se empenharam, decidiram emigrar para o Mato Grosso. Rodrigues (1985) destaca que historiadores rio-grandenses calculam em 10.000 mil o número de gaúchos vindos, no final do século XIX e início do século XX, para essa região então percebida como Nova Querência.

Chegavam a Mato Grosso com poucos recursos para começar vida nova na fronteira. Iniciou-se, então, uma luta pela posse da terra, através dos enfrentamentos com índios, paraguaios e com as pretensões da Companhia Matte Larangeira (CORRÊA, 1999, p.42). O mesmo autor dá ênfase ao impacto da notícia de que aqui existiam campos devolutos próprios aos comumente utilizados para a criação de gado e imensas matas virgens, onde se encontrava a erva-mate nativa e uma ausência de moradores e proprietários.

Tais imigrantes dedicavam-se, como seus antecessores, à agricultura de subsistência e à pecuária bovina, sendo que, no extremo sul, não se furtavam, também, à elaboração de erva-mate, tanto para seu consumo próprio como para o comércio (QUEIROZ, 2004, p.20, digitado).

Com relação aos aspectos de ocupação da região sul de Mato grosso:

A Companhia Matte Larangeira, em 1907, por meio de Manoel Murtinho manifestase contrária à penetração dos gaúchos no Sul de Mato Grosso. Estes chegavam pelo Paraguai e se dispersavam pela fronteira de Bela Vista à Ponta Porã, ocupando terrenos devolutos, próximos às regiões ervateiras e aos poucos adentravam ao interior do Estado. A preocupação da Companhia se deve ao caso desses migrantes não buscarem apenas o corte das árvores e para depois regressarem aos seus lares, a exemplo dos paraguaios, mas eles pretendiam fixar-se na região como proprietários (WEINGARTNER, 2002, p.73).

Estabeleceu-se, também, apesar de menos intenso, um fluxo de mineiros, tendo por porta de entrada a região de Sant'Ana do Parnaíba, espalhando-se pelo sul de Mato Grosso. “Fixaram-se na fronteira com o Paraguai, entre Maracaju e Nioaque, nas cercanias da antiga Colônia Militar de Dourados e até mesmo em Campo Grande” (CORRÊA, 1999, p.42-43). Diferentemente dos gaúchos, os mineiros e outros migrantes não representavam ameaça à Companhia, por serem um número menor de pessoas e com interesses “menos ambiciosos” que os gaúchos.

Segue o mesmo autor, destacando que a difícil recuperação econômica do Estado paraguaio, esfacelado com a guerra, contribuiu para a existência de contingentes populacionais ociosos na fronteira que, sem alternativas de sobrevivência, enveredaram-se

pelo banditismo ou sujeitaram-se aos rigores do trabalho ervateiro (CORRÊA, 1999). Os paraguaios enfrentavam, ainda, problemas políticos, a partir de 1887, quando foram “criados no Paraguai os partidos colorado e liberal, a radicalização e perseguição aos adversários motivaram também uma intensa mobilização de paraguaios, através da fronteira” (CORRÊA, 1999, p.41).

Por isso, o historiador Paulo Roberto Q. Cimó¹⁰ assinala quão incorreta e enganadora era a designação dos territórios sulinos como terra “deserta” de gente. De fato, Salsa Corrêa, numa crítica a historiografia mato-grossense tradicional, já notou que desbravamento e vazio “não são os termos mais apropriados para explicar” o processo aqui tratado. Processo esse que teve, na verdade, “um nítido caráter de conquista e expropriação das comunidades indígenas, há muito estabelecida na região” (CORRÊA, 1999, p.92).

O início da década de 1970 foi marcado pela chegada da segunda leva de gaúchos no antigo sul de Mato Grosso, em busca de terras que eram de custo inferior às encontradas em seu Estado de origem. Essa nova leva de migrantes gaúchos introduz o cultivo da agricultura mecanizada, principalmente da soja e novas espécies de gramíneas nas pastagens. Essa nova forma de ocupação econômica perdura até os dias atuais.

Vale recordar que, com o fim do monopólio da Companhia Matte Larangeira, outras atividades foram implantadas na região, contando com a mão de obra indígena. Dentre essas atividades, Brand (1997) destaca a coleta de palmito, a derrubada das matas e roçada de pastos, a abertura das fazendas e de estradas. E, finalmente, no plantio e colheita de cana de açúcar nas usinas de álcool, a partir da década de 1980.

O mesmo autor conclui que a partir da mecanização, depois da década de 1970, a presença de famílias e mesmo de aldeias indígenas, nos “fundos das fazendas”, passa a representar um “incômodo” para os fazendeiros. Antes, enquanto contribuíram na derrubada das matas, no momento da formação das fazendas, essa presença indígena era útil e não incomodava. Cabe destacar que a mobilização já em curso, por parte de algumas comunidades indígenas, expulsas de suas terras no decorrer do processo de colonização do seu território, em torno da reivindicação da posse dessas terras - além daquelas que já haviam sido reconhecidas pelo SPI -, leva os proprietários, também, a se mobilizarem e expulsarem de vez

¹⁰ Texto trabalhado em sala de aula.

essas famílias e comunidades. Os proprietários entendiam que o lugar de índio era nas áreas já reservadas (BRAND, 1997).

A ação do SPI foi determinante no processo de confinamento dos Kaiowá e Guarani e a correspondente liberação do território para as atividades desenvolvidas pelas diversas frentes de exploração econômica. Ao demarcar as reservas indígenas, o SPI indicou, claramente, que o restante da terra ocupada pelos índios estaria disponível para a colonização, forçando-os a se instalarem nessas reduzidas extensões de terra. O restante poderia ser disponibilizado pelo Estado para doação/venda para os não-indígenas. Anteriormente à política de demarcação das reservas, os indígenas, apesar de estarem sendo gradativamente expulsos de seus territórios e servindo como mão-de-obra nas diversas frentes de trabalho, como na Empresa Mate Larangeira, ainda se faziam presentes em seu território. Cabe destacar que nem todas as aldeias indígenas foram atingidas pela ação da Cia Matte Larangeira ou foram atingidas da mesma forma e intensidade.

1.4 – O SPI NO SUL DE MATO GROSSO E A DEMARCAÇÃO DAS RESERVAS

Segundo Monteiro, “a Inspetoria de Campo Grande (5ª IR) foi uma das primeiras a ser criada, destinava-se a atender os índios localizados no Sul de Mato Grosso e São Paulo” (2003, p.32). O SPI iniciou suas atividades junto aos *Kaiowa e Guarani*, na região da atual Grande Dourados, cinco anos depois, em 1915, coincidindo com o período em que o monopólio da Cia. Matte Larangeira sofreu a primeira quebra, em 1916 (BRAND, 1997).

Os Kaiowá estavam localizados, em sua maioria, em pequenos grupos macrofamiliares, conforme sua organização social tradicional, espalhados pelo seu território tradicional. Essa região coincide com a zona ervateira ao sul do Estado de Mato Grosso. Sobre a criação das reservas e este início das atividades do SPI, Almeida, Brand e Siqueira, (2004, p. 2) assim escrevem.

Em 1915, por meio do decreto nº 404 e ofício 180, é criada a primeira reserva indígena - Posto Indígena Benjamim Constant, composto pelas etnias Kaiowá e Guarani, consideradas pelo órgão oficial, segundo consta na documentação, como integradas. Ainda, segundo o órgão oficial, esses mesmos índios ocupavam quatro outras áreas dentro da mesma região. Eram elas: *Pirajuí*, hoje localizada no município de *Paranhos*, *Cerro Peron/Takuaperi*, município de *Coronel Sapucaia* e *Ramada*, município de *Tacuru*. A administração dessas áreas era feita pelo encarregado do posto Benjamim Constant e cada aldeia acima citada tinha um capitão responsável pela mesma, sendo que o total da população no posto indígena era, naquele período, de aproximadamente 548 índios.

Houve problema na demarcação do Posto Indígena Benjamim Constant, no atual município de Amambai. O referido posto sofreu redução de sua área, ficando com apenas 2.429 dos 3.600 hectares previstos inicialmente. A parte suprimida foi titulada, em 1926, a um particular. Como “recompensa” os índios receberam 900 hectares em uma região próxima, denominada Limão Verde, no mesmo município. O mesmo problema ocorreu no PI Francisco Horta, tendo a redução para 3.539 dos 3600, mas neste caso não houve compensação para os indígenas.

Apesar do Relatório da Inspeção do SPI, no Mato Grosso, referir, em 1923, à necessidade de mais terras para os Guarani do sul do Estado, acreditava-se por parte do Governo que estas áreas reservadas seriam suficientes. Apesar dos decretos estaduais reservarem, inicialmente, 3.600 hectares para cada reserva, já se observa no procedimento de demarcação que todas sofreriam reduções, em função de arranjos entre agentes do Governo, interesses de colonos e de empresas regionais (PACHECO, 2004, p.39).

Em 1917, de acordo com o Decreto nº 404, de 03/09/1917, é criado, pelo Major Nicolau Bueno Horta Barbosa, o Posto Indígena Francisco Horta Barbosa, um dos mais populosos Postos indígenas do sul do então Estado de Mato Grosso, localizado entre os municípios de Dourados e Itaporã.

A criação deste posto deixa evidente a política do órgão indigenista de localizar as reservas próximas de centros urbanos. Neste momento, a cidade de Dourados é a 2ª cidade em números populacionais no sul de Mato Grosso. Essa política tinha duas finalidades: “liberar as terras de ocupação indígena tradicional para a colonização e concentrar a mão-de-obra em lugares controlados pelo Governo e acessíveis aos colonos (PACHECO, 2004, p.40).

O Posto Francisco Horta abriga, hoje, uma população indígena integrada por três etnias: *Terena*, *Guarani* e *Kaiowá*. Segundo o índio Albino Nunes¹¹ “os Terenas foram trazidos pelo Marechal Candido Rondon” por conta do trabalho da expansão das redes telegráficas vindas de Corumbá (BRAND et al, 2004). Segundo a explicação destes mesmos autores:

¹¹ O depoimento dos índios Albino Nunes e Ireneo Isnard está publicado no livro *Canto e morte Kaiowá – história oral de vida*, de José Carlos Sebe Bom Meihy, 1991.

Por determinação do capitão kaiowá na época, Ireneo Isnard, houve uma separação de comando dessas etnias dentro da reserva, ficando os Kaiowá e Guarani na região conhecida como Bororo e os Terena, na área denominada de Jaguapiru, cada uma com seu capitão. Essa separação se deu para resolver problemas de espaço e de convivência, especialmente entre os Terena, do grupo lingüístico aruak e os Guarani e Kaiowá (2004, p.4).

A figura do capitão é imposta com o SPI, como vem relatado por CORRÊA (2002):

Para assegurar a manutenção da ordem nos postos, uma das estratégias do SPI era empregar os índios em cargos remunerados (funcionários do posto), ou destinar-lhes títulos de capitão, estreitando relações e criando dependência entre eles e o chefe do posto. Dentre as estratégias combinadas, visando a garantir a “tranqüilidade” nos postos e “despertar” a cooperação dos índios, a mais utilizada era a nomeação de uma liderança – na maioria das vezes o capitão indígena – para mediar a relação dos funcionários do SPI com os índios. A designação do capitão esteve correlacionada com outra estratégia de manutenção do controle dentro das áreas ocupadas por índios, a polícia indígena. Muitas das vezes, principalmente quando nomeado pelo tutor, as duas funções se completavam (CORRÊA, 2002, p.134).

A reunião de povos distintos em uma mesma região era uma prática comum do SPI. Conforme as Instruções internas do SPILTN/1910¹², nas povoações indígenas seriam reunidos os índios das mais distintas tribos. “O SPILTN visava a modificar as formas tradicionais de organização e valorização dos espaços praticados por essas populações” (PERES, 1999, p.46). No caso das populações indígenas do sul de Mato Grosso, Pereira (2003, p.143) observa que “com o confinamento nas reservas, passam a conviver com comunidades com as quais inexistem vínculos sociais de parentesco, aliança política e solidariedade religiosa. Resultam daí sérios problemas de convivência”.

Por meio do Decreto nº 684, o governo do Estado criou o Posto José Bonifácio, em 20 de novembro de 1924. Reservou para os índios Kaiowá, 3.600 hectares de terras, em atendimento a uma solicitação da Inspetoria, feita por meio do ofício nº 352, de 22/10/1927. Isto se observa no Relatório a seguir:

Fundado em abril de 1927, o posto que, pelo número de índios, sua boa disposição para o trabalho e qualidade dos ervais era certamente dos mais esperançosos de

¹² Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais que, posteriormente, se resumiu em SPI.

Mato Grosso. Antes da fundação, **os índios viviam brigados entre si e explorados por traficantes de erva** que no seu interesse promoviam tais desavenças. (Relatório apresentado pelo auxiliar Genésio Pimentel Barboza ao SPI – Inspetoria no Estado de Mato Grosso, 1927).

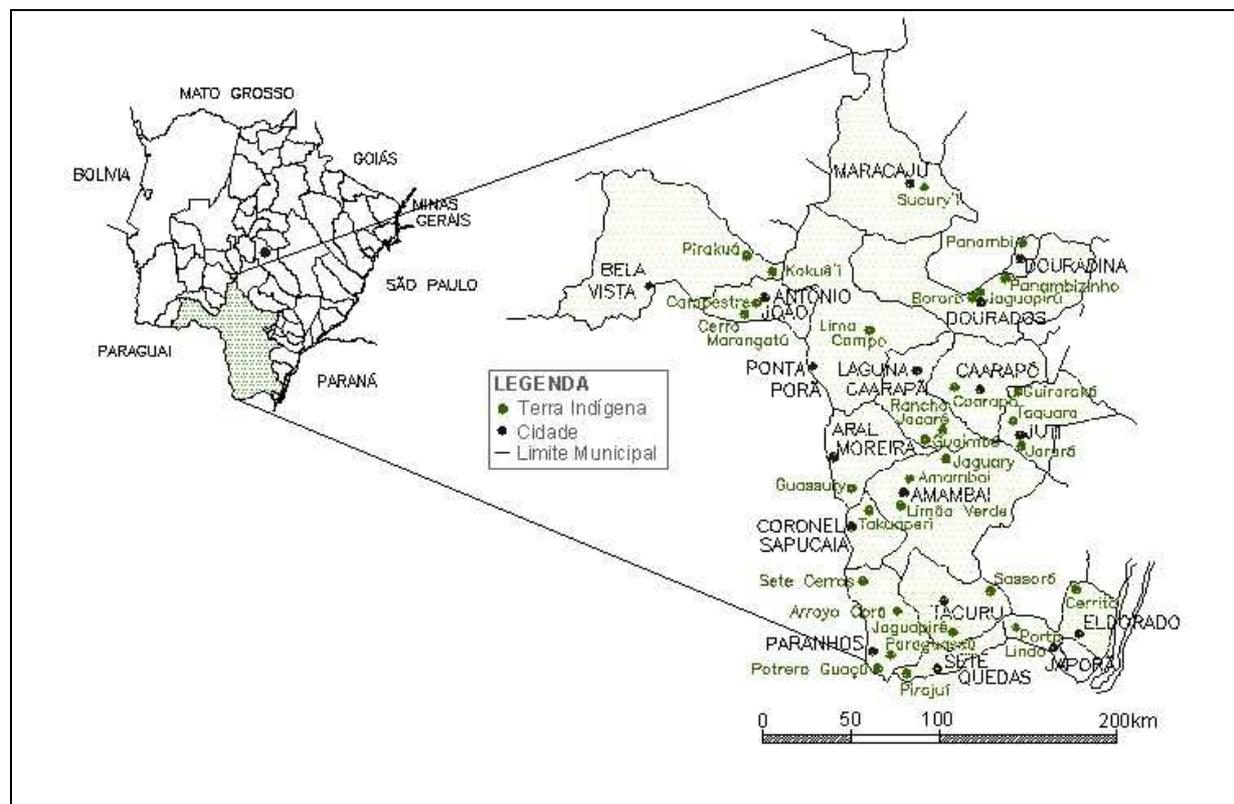
No trecho do relatório acima, observam-se alterações no cotidiano da organização familiar indígena, com a presença de pessoas não-indígenas entre esses grupos.

Sobre a criação dessas primeiras reservas, o servidor do SPI, Genésio P. Barboza Monteiro, assim escreve:

E é nessa faixa de terra, riquíssima em herbaes, que vivem os índios caiuás, cujos maiores núcleos são: “Posto Francisco Horta, Aldeia do Tehy-Cuê, hoje transformada no esperançoso “Posto José Bonifácio”. Aldeia do Patrimônio União, Aldeia do Serro Perón. Aldeia do Ibera-Moroty, Aldeia do Ipenhum. Aldeia do Uputitan e Aldeia de internada Tujá (Relatório apresentado pelo auxiliar Genésio Pimentel Barboza ao SPI – Inspetoria no Estado de Mato Grosso, 1927, in MONTEIRO, 2003, p.71).

Em 1928, outras cinco reservas são reconhecidas como terras de usufruto dos Kaiowá e Guarani. Uma é a reserva de Limão verde, no município de Amambai, como já foi citado neste trabalho. E as demais são os postos indígenas Takuaperi, no município de Coronel Sapucaia, Ramada ou Sassoró, no Município de Tacuru, Porto Lindo, em Japorã e Pirajuí, no Município de Paranhos (BRAND, 1997).

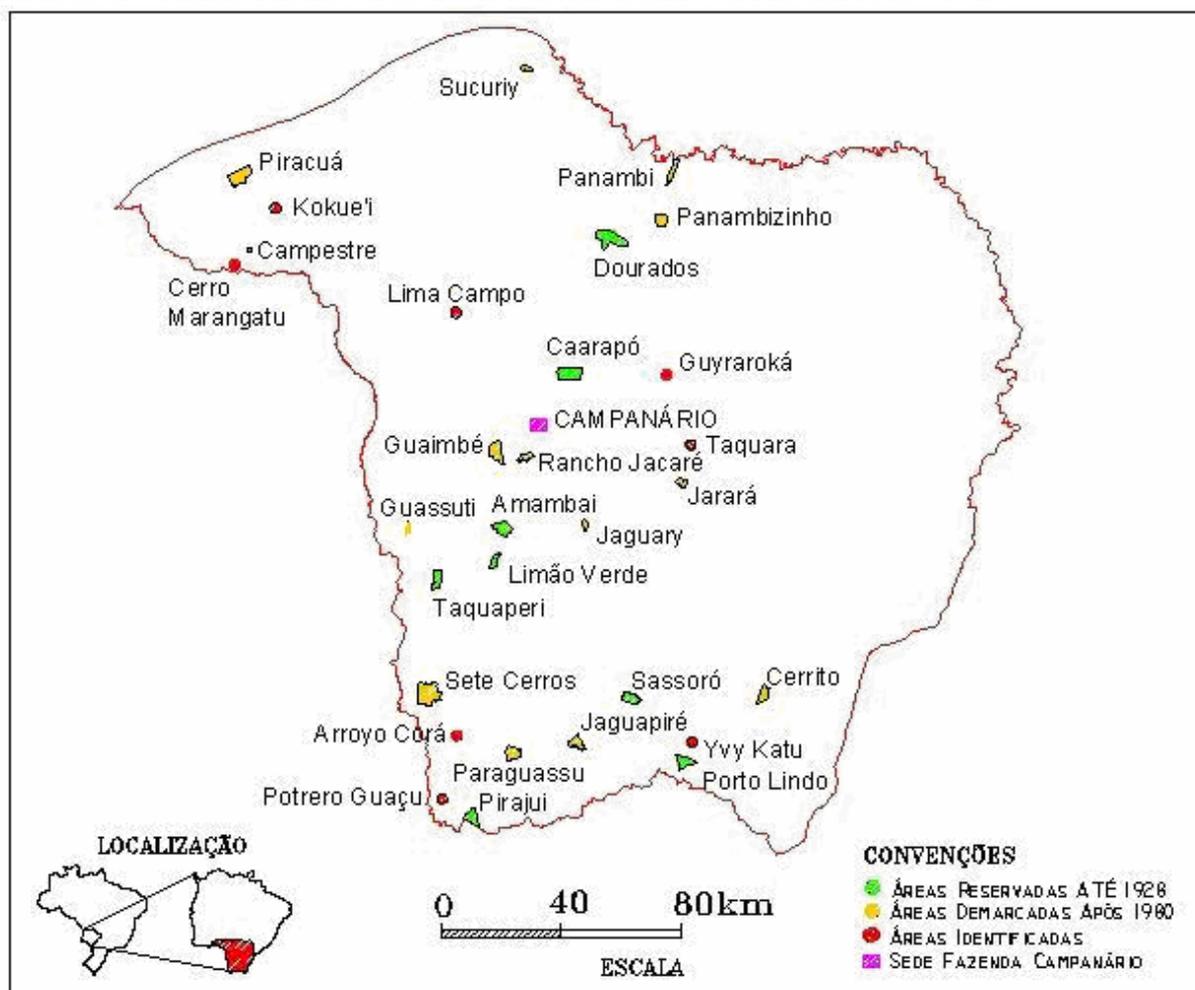
MAPA 01 – LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS ATUALMENTE OCUPADAS PELOS KAIOWÁ E GUARANI, NO MATO GROSSO DO SUL.



FONTE: Programa Kaiowá/Guarani-NEPPI/UCDB – Geoprocessamento – Prof. Ms. Celso R. Smaniotto (2005)

O mapa a seguir localiza (mapa 2) as áreas reservadas e demarcadas pelo SPI entre 1915 -1928, aquelas demarcadas pela Funai, a partir do ano de 1978 e aquelas que foram identificadas, mas que ainda aguardam a conclusão dos procedimentos administrativos. Também, no mesmo mapa, pode-se observar a localização da Fazenda Campanário, de propriedade da Companhia Mate Larangeira, onde funcionava a sede administrativa da empresa ervateira. Atualmente, a fazenda localiza-se no município de Laguna Caarapã/MS.

MAPA 02 – ÁREAS RESERVADAS E DEMARCADAS PELO SPI ENTRE 1915 - 1928.



FONTE: Programa Kaiowá/Guarani-NEPPI/UCDB – Geoprocessamento – Prof. Ms. Celso R. Smaniotto (2005)

O Estado objetivava prestar assistência e proteção aos índios, promovendo, ao mesmo tempo, a sua passagem da categoria de índios para a de agricultores não-índios. Para isso, na visão do SPI, era fundamental a criação de reservas indígenas, permitindo, com isso, liberar o restante da terra tradicionalmente ocupada pelos índios para as frentes agrícolas. Essas reservas seriam, ainda, os espaços necessários para o processo de integração dos índios, ou para o processo de sua passagem para a condição de trabalhadores rurais.

Na análise de Pacheco (2004, p.40), “com a demarcação das reservas criava-se a idéia de que as únicas terras indígenas eram essas, para onde os índios dispersos deveriam se dirigir ou serem levados compulsoriamente”. A partir dessa perspectiva, instaurou-se um modelo de colonização, “através da introdução de colonos em território indígena”. Concentrando as populações indígenas em pequenos espaços, a partir da instalação de postos

indígenas, o Estado disponibilizava as terras então declaradas devolutas para a expansão e colonização.

Referindo-se à demarcação das reservas indígenas, em Dourados, pelo SPI, Gressler (1988, p. 48) afirma que: “o problema maior na região não era simplesmente o fato de doar terras aos índios, mas, principalmente, recrutá-los para essas terras, tendo em vista a enorme dispersão em que os grupos indígenas do sul do Mato Grosso viviam [...]”. O problema, também, é que muitas vezes a terra “reservada aos índios” não era reconhecida pela população de outras comunidades como suas terras de ocupação tradicional, pois estavam radicadas em outras localidades. Como comentado anteriormente, o SPI demarcou terras onde julgou ser mais conveniente para o desenvolvimento pôr atividades integracionistas, o que nem sempre coincidia com as áreas de ocupação tradicional. A formulação de Gressler, acima mencionada parece desconhecer as formas de territorialização indígena. Equivocadamente parte do resultado de que os índios teriam uma relação com a terra semelhantes aos colonos e fazendeiros, o que não se sustenta quando se considera o ponto de vista indígena.

Os encarregados dos postos do SPI, instalados nas reservas, tinham como obrigação assistir os índios que aí residiam, impedi-los de abandonarem as terras do posto e insistir para o plantio nos lotes demarcados pelo órgão protetor, de aproximadamente 6 hectares por família. Por esse motivo, o recurso utilizado pelo SPI foi o de instituir um rígido sistema de controle político, de feições militares, investindo alguns índios em cargos de autoridade, diretamente subordinados ao Chefe de Posto e seus encarregados. Surge, assim, a figura de capitão e da polícia indígena. Para Corrêa:

A dispersão [circulação] era um problema para o SPI, já que a presença dos índios nas cidades representava desobediência e falta de controle dos funcionários; distância da representação da produção econômica pensada pelo SPI, onde os índios deveriam ocupar um novo espaço (produtivo) e integrado à nacionalidade; denegri a imagem das unidades administrativas que poderia aparentar não ser um local ideal (CORREA, 2000, p. 57).

Segue Corrêa, para impedir a circulação dos índios foram feitas várias tentativas durante os anos de operação do SPI. A criação de guias de licença, para saída, foi uma dessas tentativas de impedir que os índios deixassem a área do posto indígena. Com essa medida o SPI pretendia fazer o controle de saída e entrada de pessoas nas dependências dos postos. A saída da área indígena era permitida para cumprir tarefas e determinações (remuneradas ou não), ordenadas pelo encarregado do posto indígena – inclusive para buscar outros índios que

estavam fora da sua área do posto indígena ou para o trabalho em fazendas próximas, que não era considerado como nomadismo, mas como uma prática distinta e louvável.

O funcionamento administrativo é atestado por meio de memorandos, ofícios, telegramas e avisos, trocados entre os postos, a 5ª Inspeção Regional e a Diretoria do SPI. O estudo desses documentos administrativos permitiu traçar um panorama do funcionamento dessa unidade administrativa e sua relação com as populações indígenas, aldeadas nos postos. Nessa documentação destacam-se os avisos de posto, que eram informes mensais, a partir dos quais foi possível perceber de um modo abrangente como se davam os atendimentos às demandas no dia-a-dia dos postos. Neles constam-se os registros dos nascimentos e óbitos, recenseamentos da população assistida, produção agrícola e distribuição de sementes, vacinas, visitas externas e o estado sanitário dos índios.

No caso do Sul de Mato Grosso, a administração do SPI nos postos indígenas consistia de um encarregado que atendia no posto, diariamente, problemas e reivindicações de toda ordem. Esse encarregado prestava contas dessa rotina administrativa por meio de correspondências que eram encaminhadas ao Chefe da 5ª Inspeção Regional, sediada em Campo Grande, à qual era subordinado. Caso a direção regional não pudesse resolver alguma pendência, o caso era remetido a uma instância superior, ou seja, à Diretoria do SPI, com sede no Rio de Janeiro.

Essa subordinação hierárquica se manifesta nas diversas solicitações, tais como a que o agente do posto requer ao Chefe da 5ª IR “por meio do m/m nº 51-28/07/1955¹³, autorização para vender madeira a um fazendeiro”, solicitação essa que em seguida foi encaminhada através de outro ofício ao Diretor do SPI, referindo-se à “venda de postes ou palanques de aroeira do P.I. Francisco Horta”. Em 08/08/1955¹⁴, o Diretor autoriza “a venda da madeira ao fazendeiro desde que posteriormente se efetue o reflorestamento da área” (BRAND, et al, 2004, p.3). No decorrer da dissertação serão apresentados outros tópicos da presença do Serviço de Proteção aos Índios - SPI, no Sul de Mato Grosso.

A história contemporânea dos índios Kaiowá e Guaraní vem marcada por conflitos e violências relacionadas à posse do seu território tradicional. O cotidiano dessas populações passou a ser marcado pela violência física e moral, perpassado pela indiferença e

¹³ Microfilme 010 planilha 91 Museu do Índio – RJ CEDOC/UCDB.

¹⁴ Microfilme 010 planilha 91 Museu do Índio – RJ CEDOC/UCDB

preconceito por parte da população regional, conseqüências da chegada das frentes de exploração na região e da intensa disputa em torno da posse das terras que se instala na região. Os dados discutidos no presente tópico a respeito do papel do SPI na demarcação das reservas estão na base dos problemas atuais dessa população. Para os objetivos dessa dissertação, cabe lembrar que entre os papéis do SPI, sempre esteve a intermediação dos contratos de trabalho indígena, inclusive na coleta e processamento da erva.

2 O TRABALHO INDÍGENA NAS FRENTES DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

O presente capítulo busca estudar o empreendimento ervateiro, a partir do desenvolvimento da hipótese de que houve a participação de indígenas no trabalho. Procurei demonstrar que tal hipótese se sustenta na reconstituição da história de várias comunidades kaiowá e guarani, realizada, tanto por historiadores, como por antropólogos, no âmbito de trabalhos de identificação de terras na região. Assim, nesta parte da dissertação, será enfocada mais diretamente a questão da participação dos indígenas nos trabalhos nos ervais, ou seja, a presença do indígena no cotidiano ervateiro. Especial atenção será dada ao modo como esta participação vem sendo percebida por pessoas que se propuseram a estudar esse assunto e, também, pelas que vivenciaram esse momento no seu dia-a-dia. O trabalho está apoiado em relatos de indígenas e não-indígenas que desempenharam diversas funções de trabalho para a Companhia Matte Larangeira, em pesquisa documental e em pesquisa de campo.

Brand (1993; 1997) afirma que as concessões de arrendamento de terras feitas à Companhia Matte Larangeira atingem em cheio o território Kaiowá e Guarani. Embora a maioria dos historiadores revele que a mão-de-obra amplamente predominante nos ervais tenha sido a paraguaia, ocorreu, em várias regiões, o significativo engajamento de índios Kaiowá e Guarani nos trabalhos de beneficiamento da erva mate. Esse engajamento indígena aconteceu, em especial, nas atividades relacionadas à colheita e ao preparo da erva-mate, como tem sido, abundantemente, descrito nos relatos de diversos indígenas.

Em toda a documentação produzida que discorre sobre a história da Companhia Matte Larangeira, predomina a contemplação do seu lado econômico e de sua grandiosidade, enquanto frente pioneira de ocupação. Muitos pesquisadores dedicam parte de seus escritos às condições de conflito nas relações de trabalho e às condições de trabalho escravo a que eram submetidos os trabalhadores, bem como à estratégia amplamente utilizada pela Empresa de submissão por dívidas contraídas em seus armazéns e, em geral, às dificuldades de viver no mundo do erval. São, no entanto, poucos os estudos que perceberam que além dos paraguaios, correntinos e brasileiros, havia, também, a presença do trabalhador indígena. Acontece que os

índios, efetivamente, estavam lá e participaram ativamente dos trabalhos nos ervais. É isso que indicam pesquisas mais recentes e que é confirmado, inclusive, através do presente trabalho, como veremos. Constitui-se, por isso, em questão intrigante e que precisa ser melhor analisada a busca de saber de onde decorre essa pouca visibilidade dos índios, sendo importante precisar como, por quem e por que essa invisibilidade foi construída e sustentada; especialmente investigar se isso constituiu uma estratégia da Empresa Cia Matte Larangeira ou em estratégia dos próprios índios, como uma forma de fugir ao profundo preconceito que pesava contra eles.

Assim, a presente pesquisa pretende contribuir na superação dessa lacuna que ainda não foi aprofundada pelos pesquisadores e outros que escreveram sobre a Companhia Matte Larangeira e que não deram suficiente atenção ao importante engajamento dos Guarani e Kaiowá no trabalho nos ervais.

2.1 COMO O TRABALHO INDÍGENA FOI TRATADO NAS NARRATIVAS DAQUELES QUE NÃO IDENTIFICARAM OS ÍNDIOS ENQUANTO TRABALHADORES

Um trabalho acadêmico relevante e que serve como referência para os estudos que pretendem elucidar sobre as relações de trabalho no âmbito da Companhia Matte Larangeira é o do pesquisador Gilmar Arruda (1997), com sua dissertação de mestrado intitulada “Frutos da terra – os trabalhadores da Matte Larangeira,”, na qual ele se considera: “ser um viajante que ultrapassaria a ‘sala de visita’ da Companhia e seguiria rumo ao sertão”, para conhecer “onde viviam os trabalhadores paraguaios que falavam guarani” (ARRUDA, 1997, p.10). Porém, apesar dessa proposta de internar-se “sertão adentro”, Arruda (1997) não observou que, além dos paraguaios, outros trabalhadores se faziam presentes nesse contexto. Para o autor e apoiado em suas fontes pesquisadas, os indígenas foram dados como “desaparecidos” e considerados os primeiros moradores da região dos ervais.

Arruda diferencia o seu trabalho de escritores como Virgílio Correa Filho, Valmir B. Correa e Gilberto L. Alves, que não se desvencilharam das “insígnias do poder”, permanecendo na “sala de visitas”. Embora afirme ter conseguido ultrapassar os meandros do poder, também não conseguiu perceber os indígenas o que torna mais relevante entender as razões e os interesses presentes nesse ocultamento. Uma das explicações talvez esteja no fato de esses pesquisadores não terem mantido contato direto com a população indígena e nem terem buscado acessar os trabalhos de história indígena e etnográfica, cuja produção é,

efetivamente, recente. E, nesse sentido, não conseguiu ultrapassar os olhares aceitos e sedimentados pela historiografia regional tradicional, que sempre ignorou a presença indígena.

Hélio Serejo é um dos poucos autores que escreveu sobre a Cia Matte Larangeira e registrou a participação indígena como mão-de-obra. Referindo-se aos “índios *Teís e Caiuás*”, afirma que “foi com estes índios errantes e paraguaios idosos, escolha que se fazia por serem os mais ‘agüentadores’ que Laranjeira levantou seus primeiros ranchos e deu início à elaboração da erva”. E segue o mesmo autor, relatando que na “mudança de ranchada” tudo era feito “com a maior facilidade”, devido à resistência dos ‘*Teís*’ que, “às costas carregavam léguas e léguas, os pertences do trabalho [...]” (SEREJO, 1986, p. 71).

Nos 10 anos de vida ervateira, Serejo buscou conhecer “aqueles homens brutos, mas tementes a Deus” e também conheceu a “gente da Mate”. Ele circulou em todos os ambientes e com conhecimento de causa afirma que “os peões paraguaios foram os eixos, o cérebro de tudo, o que agüentou”¹⁵. Mesmo reconhecendo o trabalho indígena em algumas atividades específicas, afirma ter sido de menor importância essa presença indígena nos ervais. Como demonstra o seu relato:

[...] nunca trabalharam no barbaquá, no ataqueio, o ataqueio é o preenchimento da erva-mate, na exploração do mate [...] na busca dos ervais em plena mata, nunca. Eles chegavam na ranchada ervateira, e como eram inteligentes logo eles viram como é que funcionava aquela indústria [...] iam cortar lenha na medida certa, mais ou menos 80 cm, que era para as fornalhas dos barbaquá [...]¹⁶.

A entrevista com Serejo evidencia que mesmo ele reconhecendo a participação indígena no trabalho da erva, ele define essa participação como pontual e reduzida, o que como veremos adiante confronta com os relatos dos trabalhadores indígenas e com documentos do SPI.

Alisolete Weingartner, em seu estudo sobre a “Formação histórica e econômica do Sul de Mato Grosso”, mostra o papel das oligarquias na política local, enfatizando a influência da ferrovia e da Companhia Matte Larangeira. No capítulo em que trata mais especificamente da Companhia, a pesquisadora observa que “a Companhia submete os

¹⁵ Entrevista realizada por Antonio Brand e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB -k7 1990, p.7.

¹⁶ Entrevista realizada por Antonio Brand e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - k7 1990, p.11.

paraguaios a sua autoridade e transforma-os em seus trabalhadores que são tratados como semi-escravos” (2002, p. 73). Para a elaboração do estudo, Weingartner fundamentou-se em documentos oficiais e não-oficiais como os relatórios da Companhia Matte Larangeira. Mesmo tendo acesso a esses documentos, o trabalhador indígena também lhe passou despercebido. Essa observação é relevante pelo fato de o trabalho da pesquisadora tratar da formação histórica do Sul de Mato Grosso, da qual o indígena, com efeito, participou. Em relação aos trabalhadores nos ervais, a pesquisadora sugere a leitura do trabalho de Gilmar Arruda.

Outro trabalho que, inclui o propósito de escrever a historia sul-mato-grossense - “Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica” - tem como autor Alcir Vaz Guimarães. Ao tratar da Companhia Matte Larangeira, no que refere aos trabalhadores, menciona que “Tomaz Laranjeira traz do Rio Grande do Sul gente afeita ao preparo da erva-mate dando início à exploração das matas, empregando o braço paraguaio especializado e barato do pós-guerra” (1999, p.217). Walmir Batista Correa, no livro “Fronteira para o Oeste”, afirma que “a exploração da erva-mate somente se tornou viável pela utilização em larga escala de mão-de-obra paraguaia” (1988, p. 40).

Não só nesses trabalhos, mas em outros que tratam da história regional, sejam eles de cunho acadêmico ou narrativo e memorialista, tendem a tratar esse período privilegiando os aspectos político-administrativos e as ações dos governantes. Muitos são protagonistas da própria história que escreveram, estando direta e emocionalmente envolvidos com os acontecimentos. Retratam a história de suas famílias que chegaram ao Sul de Mato com muito sacrifício, “enfrentando” os índios que habitavam a região, como bem retrata a obra de Emílio G. Barbosa “Os Barbosas em Mato Grosso”, de 1961. Desta forma estes trabalhos constroem e consolidam um enfoque da História de Mato Grosso do sul que nega a presença indígena nas frentes de expansão econômica ou a colocam como um empecilho.

O que pode ser observado, com clareza, nessas obras é que o índio não é percebido como um habitante que ocupava essa região, mas como um personagem “inconveniente” que barbaramente atacava pessoas “inocentes”, que queriam “apenas” ocupar, civilizar, explorar e povoar as terras que ele já vinha ocupando há anos. As populações indígenas raramente foram admitidas como sujeitos de direitos, como primeiros moradores, mas foram tratados pelos “novos chegantes”, como um empecilho. Estes ignoravam a lógica do pensamento indígena em relação ao uso do território e dos recursos

naturais e se negavam a entender as razões da resistência indígena. Sobre esta relação do Guarani e do Kaiowá com o território, Pereira explica:

Os Guarani e Kaiowá estabelecem uma estrutura de domínio no que se refere às relações territoriais. Essas relações de domínio não devem ser interpretadas como manifestações de propriedade, mas como apropriação de um espaço de vivência e recursos, em outras palavras, um espaço ecológico territorializado (2006, p.203).

A invisibilidade indígena pode ser percebida, ainda, por pessoas que não escreveram nenhum trabalho bibliográfico, mas que dividiam o mesmo espaço geográfico com essas populações e que também desconhecem a sua presença.

Esse desconhecimento ou invisibilidade da participação indígena no trabalho ervateiro transpareceu, igualmente, nas entrevistas realizadas por pesquisadores do Programa Kaiowá/Guarani/NEPPI-UCDB, no ano de 2006, com antigos trabalhadores na colheita da erva-mate e hoje residentes no Município de Juti, MS. O município foi escolhido para realizar as entrevistas, pelo fato de haver existido ali uma intensa presença da Companhia Matte Larangeira e até a instalação de um local de escoamento da matéria-prima pelo Rio Amambai, através do chamado Porto Felicidade. Também porque nesse município existem duas Terras Indígenas, a de Takuára e Jarara, terras de ocupação tradicional dos índios Kaiowá e Guarani, uma demarcada e a outra ainda em processo de demarcação como terra indígena.

Os entrevistados foram indicados por pessoas ligadas à igreja católica do município que, em decorrência do trabalho de pastoral que realizam, conhecem um pouco mais da história de vida das pessoas, o que facilitou o contato e o trabalho de pesquisa. A importância das histórias de vida é destacada por Narita ao afirmar que “a partir do aprofundamento na história de vida de determinadas pessoas, se conhece toda uma história de um grupo, em uma região” (2006, p.27).

O relato a seguir é de dois irmãos, nascidos no município de Juti. Na data da entrevista, João Batista Pereira dos Santos estava com 80 anos e Abílio Pereira Filho, com 85 anos. Seus pais vieram de Caxias do Sul, RS, juntamente com muitas outras famílias sulistas em busca de terras. Contaram que sua família enfrentou muitas dificuldades. Na região não havia estradas, e a mata fechada dificultava a plantação de roças maiores para comercializar. Seus pais eram pobres, mas os tios, como outros fazendeiros da região, tinham condições financeiras melhores. Os dois irmãos, com os quais foram gravadas as entrevistas, trabalhavam com o pai na elaboração e venda de erva para a Companhia Mate Laranjeira.

Lembraram, inicialmente, do monopólio da Companhia, “Era ela que era a patroa né? [...] Tudo era da Companhia arrendada e ninguém fazia roça”¹⁷. Até mesmo, segundo eles, por conta da convivência com os paraguaios, engajados nos trabalhos da erva, aprenderam a falar o idioma guarani.

Os entrevistados recordaram com desgosto que ficaram sabendo, tardiamente, que o governo havia regularizado a outros a doação de terras “devolutas”, das quais sua família veio em busca, assim, como outras que, também, não conseguiram. Essa informação evidencia que a regularização das terras e o efetivo recebimento de terras devolutas era um procedimento complexo que exigia recursos, conhecimento e, certamente, influência política, que poucos dispunham. Cabe destacar que esses migrantes em busca de terras, que acabaram “sem terra”, encontram-se, hoje, na mesma situação de muitos índios, que foram expulsos de seu território e levados para dentro das oito reservas estabelecidas, na região, pelo Serviço de Proteção aos Índios, entre os anos de 1915 e 1928. Poucos moradores pobres da região tomaram conhecimento que com a suspensão dos arrendamentos as terras antes ocupadas pela Companhia Matte Larangeria poderiam ser requeridas e tituladas. Foi liberada, a partir de então, pelo governo federal e estadual, a titulação a particulares, do restante das terras tradicionalmente ocupadas pelos Guarani e Kaiowá, o que não se traduziu em posse de terra para muitos migrantes provenientes de outras regiões, a exemplo dos nossos entrevistados.

Quando perguntado aos irmãos João Batista Pereira dos Santos e Abílio Pereira Filho, sobre a presença de índios na região de Juti e nos trabalhos na Companhia Matte Larangeira, foram enfáticos em afirmar que:

[...] **Quando o meu pai chegou aqui não tinha bugre**, nós nascemos aqui [Juti] ninguém conhecia era 1 ou 2 era tudo deserto, dentro da mata não tinha bugre [...] **Não tinha nenhum. Índio não existia.** Eu to com oitenta e ele oitenta e cinco, nós num conhecia uma vez. Essa coisa que diz que tinha bugre, **é mentira.** Ninguém conhecia. Quando nós vinha falando bugre, tudo mundo corria e se escondia de medo. Começou aparecer em 1945, tinha uma aldeia de bugre em Caarapó, então, antigamente, os bugre queriam que juntasse tudo... vinha bugre de Dourados pegá os que tinha aqui e judiava muito então o bicho é silvestre, de lá ficava dois, três meses e de lá eles vinha embora. E fugia de novo. Só que aí acampava em qualquer parte. **Qualquer pedaço de mato, beira d’água, ele ficava ali, morando, seis meses, um ano, dois ano. Ele tendo uma água ele fica bem.** Naquele tempo, hoje em dia eles são sabido. Mais naquele tempo o bicho é silvestre, mais silvestre [...] Pra ele dorme em qualquer canto. Não tem nada, a bóia, qualquer coisa. Achando

¹⁷ Entrevista realizada por Antonio, Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A. A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB k7 1990, p.11.

um peixe ou coisa, ... pra ele... Agora, não sei como que eles fazia fogo! Fazem, com a mesma madeira seca eles fazem o pilão, e eles fazem, eles acendem o fogo com a mesma madeira. **Eles me mostraru como é que faiz. É. É bugre daquele tempo, cê ia conversá com ele, ele virava pra cá oh! Ele num olhava mais o rosto da gente não. Ele virava pra cá assim [...]**¹⁸

Esse relato suscitou análises que vão além da proposta da pesquisa, que é do discurso ambíguo que essas pessoas têm em relação aos indígenas. Os entrevistados, por um lado, descrevem hábitos dos índios, mas, por outro, afirmam, categoricamente, que não havia índio na região. De outra parte, quando se reportam aos índios, emerge todo o preconceito, enquadrando os indígenas na condição de “bugre” e de “selvagens”, mesmo reconhecendo que hoje eles “são sabidos”, em decorrência da percepção dos entrevistados sobre as demandas indígenas à terra, que não reconhecem legítima, mas fruto da esperteza.

Os entrevistados, acima citados, vivem em residências humildes na periferia da cidade e têm como fonte de recursos uma aposentadoria de trabalhador rural, uma realidade semelhante à de muitos índios. O senhor Antônio “mora junto” com a senhora Marcelina e com ela constitui família. Essa senhora tem o fenótipo indígena, mas também comunga a mesma visão deturpada, em relação aos indígenas, quando interrompe a entrevista, para pedir ao cunhado, no caso o seu compadre, para contar como o índio se alimentava:

E a cumida do bugre cumpadre!?: Ah, comida do bugre é candango, é rato, é fruta, é, é, é bicho, e ele tem um peixe, que eles parava na beira d’água. E bicho gosta de pesca mofa, então ele pescava muito então. E a comida era rato, candango [...]

¹⁹

A descrição é feita de forma jocosa, assim como o tom da pergunta feita pela senhora ao solicitar ao compadre que conte o detalhe sobre a alimentação. Parece que sentem-se bem com a representação que veiculam sobre os índios, com os quais afirmam não terem tido nenhuma contato, mas apenas “ouvido falar”. Essa questão remete para a construção das representações, segundo Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos

¹⁸ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB k7 2220, p 1-8.

¹⁹ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB - K7 2220, p.11.

interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (1988, p.17).

Relatam que a vida na região era muito difícil para todos os que não dispunham de recursos financeiros, sejam rio-grandenses, índios ou paraguaios. A sua fala sobre os índios busca, sempre, de um lado, ocultar um cotidiano muito semelhante de dificuldades e sofrimentos, sem terem conseguido o que mais buscavam – terras e, de outro, marcar a sua superioridade, decorrente do fato de serem civilizados, em contraponto ao outro, que é bugre e, portanto, culturalmente inferior e não plenamente humana.

Em outra entrevista realizada com mais um morador antigo de Juti, o Sr Antônio Fernandes, de 90 anos, nascido no município e filho de rio-grandenses, também, se deu com a mesma perspectiva de saber mais sobre o trabalho dos indígenas na Companhia Matte Larangeira.

Antônio Fernandes mostrou-se saudosos da época da Companhia Matte Larangeira. Segundo ele “havia muito dinheiro, corria dinheiro paraguaio e da Argentina. Havia dinheiro, e os moradores vendiam criação, gado, mandioca, essas coisas”²⁰. O Sr. Antônio reconhece a presença indígena na região, mas a trata com indiferença. Os irmãos João Batista e Abílio trataram dos indígenas com desprezo, como “bicho selvagem”. O que os diferencia de Antônio são as palavras utilizadas, mas, nem por isso, sua fala foi menos preconceituosa. Com relação à presença dos indígenas na região, Antônio Fernandes afirma:

Aqui tinha uma turminha na beira do São domingos [rio] que chama ali prá lá da vila na beira desse Rio Taquara. [...] mas não era aldeia nada, era um acampamento deles, que **morava uns pouco índios**, uma turminha de índios no mais era aqui para lá de Caarapó no Tey Kue, não sei se já mudaram o nome”. [...] E os índios que tinham por aí viviam de caça de abelha no mato [...] **Eles de primeiro antes, até faziam alguma coisa** rede de barbante de caraguatá, eles faziam rede, faziam peneira de taquara mansa que chama, faziam peneira, balaio plantavam aquele milho catete. Agora de uns tempos prá cá que os Governo começou ajudar eles e eles só vivem a custa de cesta básica. Trabalhador índio não [trabalhou como mão-de-obra na companhia matte larangeira], o índio não serve pra nada, não sei como o pessoal dá muito valor ao índio como grande coisa no Brasil, mas os índios viviam naquele tempo com pouca coisa assim [...].²¹

²⁰ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - K7 2215, p 1-3.

²¹ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - K7 2215, p 1-3.

Percebe-se que o Sr. Antônio teve uma vida um pouco mais abastada, financeiramente, com relação aos irmãos citados anteriormente, que tiveram um cotidiano mais próximo do cotidiano indígena, apesar do esforço em ignorá-los. Supõe-se que isso possa contribuir para que a sua percepção seja um pouco diferenciada no fato de reconhecer a presença indígena. Mas esse reconhecimento não vem menos carregado de preconceito. Esse preconceito, observado nos relatos, expressa uma opinião quase que geral das pessoas de Juti sobre os indígenas, em uma região onde há sérios conflitos agrários:

“[...] os índios respeitavam os brancos eles respeitavam, hoje não, ele não respeita mais, hoje eles querem mandar os brancos. Mas, eles hoje em dia estão muito estudados também, não por aqui, mas nessas outras cidades mais grandes, eles já tem bastante ajuda de estudo essas coisas[...]²²

Analisando as falas de Antônio Fernandes podemos relacioná-las, novamente, as observações de CHARTIER (1998), de que:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (1998, p.17).

Ainda na perspectiva de identificar a presença da mão-de-obra indígena nos ervais, na época da Companhia Matte Larangeira, a partir da lembrança das pessoas, é importante destacar que se trata de pessoas que desempenhavam funções e trabalhos diversos, mas, ao final, todos ligados diretamente à empresa ervateira.

Outra entrevista importante foi a do senhor Bernardo Vilfrido Brizuenha, com 102 anos, em setembro de 2004, proprietário da Erva Mate Globo, localizada no distrito de Sanga Puitã, município de Ponta Porã, MS, também conhecido pelo apelido de Nenito. É uma pessoa que sempre exerceu influência política na região. Por ser um dos primeiros moradores do Distrito de Sanga Puitã, Nenito é muito procurado por pessoas que querem conhecer sobre a

²² Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - K7 2215, p 1-3.

história do lugar. Mas, sobretudo, sobre a Companhia Matte Larangeira, pelo fato de ele comercializar erva-mate desde os “tempos da Companhia”.

Em seu relato, sobre a presença indígena na Companhia, o senhor Bernardo afirma que:

[...] **a Companhia Matte não ocupou o índio. Existia o índio**, conhecia o índio Guarani, porque o que era notável era a civilização, existe Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina, tinha nome. Mas com os índios não havia, Guarani era separado, era uma raça completamente diferente dos outros índios, dos outros índios, do tupi, porque se chamam tupi e guarani, nos tempos da História eram irmãos, mas se separaram por causa de alguma conversação (fofoca) de família e o Tupi passou pelo Europeu, ia ser Brasil, e como ficou no Brasil e o Guarani ficou no Paraguai, sempre no guarani, sempre no Paraguai. O Paraguai fez como descendente do índio Guarani. Hoje atualmente tem colégio e escola de guarani. Mas o guarani atual é mesclado com Espanhol, com Português com todos. O verdadeiro guarani é mais diferente, é diferente. **É Kaiowá, fala o guarani mas é diferente, já é com mal costume. O guarani tinha os cabelos compridos, as mulheres e a pele é de cor aço. Um moreno de cor acero. Esse era o Guarani e o Ka'ygua já era diferente perna grossa e perfuravam o sinal, esse era o distintivo do Ka'ygua, esse era o kaiowá como se chamam no Brasil.** E no Paraguai era *Ka'ygua*, *Ka'ygua*. E assim. Não [*Ka'ygua* não chegou trabalhar na erva], **naturalmente havia seguramente em alguns, em algumas repartições, ali, podia haver naturalmente alguns índios ali, mas não era uma coisa visível ou de grupo grande**²³.

O senhor Bernardo fala sobre os índios de uma forma mais amena, menos depreciativa em relação aos outros depoimentos. Ao descrevê-los demonstra que tem conhecimentos quanto à história, biótipo, língua dos Kaiowá e os Guarani. Assim, como os outros, é afirmador da não presença indígena no trabalho ervateiro. Sendo assim, ele se insere no mesmo discurso local, totalmente ambíguo, arraigado de preconceito ao congelar o índio e tirá-lo da história.

Neste sentido, Bosi (1987, p. 331) argumenta que:

É preciso reconhecer que muitas vezes nossas lembranças, ou mesmo de nossas idéias, não são originárias: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que ficaríamos surpresos se nos dissessem a seu ponto exato da entrada em nossa vida. Elas foram formuladas por outrem, e nós, simplesmente, as incorporamos ao nosso cabedal.

²³ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - k7 2091, p.11.

Cabe destacar que se as idéias de um grupo social são, como explicita Bosi, “imprimidas em conversas com outros” com os quais comunga uma mesma história, qual seria a história comum de que fazem parte todos os informantes ouvidos e que situa os índios como inferiores no cenário multiétnico do mundo da erva, mesmo parte de quem não os conheceu diretamente. Transparece aí todo um imaginário que situa os índios e informa o lugar que eles ocupavam ou deviam ocupar no cenário multiétnico instituído pela exploração da erva. A percepção da história sofre influência direta dos conceitos e preconceitos que circulam no meio social e que dão sentido a experiência vivida.

Os conceitos emitidos pela população local sobre os índios são sempre desabonadores da importância do índio e consistem na sistemática repetição de velhos estereótipos, tais como o “índio indolente”, “sujo”, “traíçoeiro”, “feroz” e “ladrão”. E, analisando os conflitos atuais no contexto da ocupação territorial, muitos encontram aí fatos que sob seu olhar confirmam e são coerentes com os seus preconceitos, reforçando tais pensamentos. Essas concepções discriminatórias são incorporadas pelas diversas camadas da população regional, como foi demonstrado pelos depoimentos de não-índigenas, mesmo tendo histórias de vida diversas, muitas vezes mais ou menos próximas à dos indígenas.

2.1.2 - Como o trabalho indígena foi tratado na narrativa daqueles que identificaram os índios enquanto trabalhadores

Poucos trabalhos acadêmicos tiveram a sensibilidade de voltar os seus olhares para além da grandiosidade que a Companhia Matte Larangeira representava numa região onde só ela existia e transbordava riqueza e poder.

O desinteresse acadêmico para outras questões tais como a presença dos indígenas é compreensível frente aos fantásticos lucros, a influência política e a grande extensão de terras que a empresa ocupava, assim como o número de pessoas que por ali circulavam. Essa grandiosidade era como se fosse uma cortina e que fez com que os “olhos” de alguns pesquisadores não percebessem outros elementos aí presentes e que hoje são considerados importantes. Que importância tinha, frente aos êxitos da Companhia, a vida da população que estava estabelecida ali bem antes da chegada da empresa ervateira e que dispunha de um conhecimento anterior para lidar com a mesma matéria-prima, explorada pela Companhia? São poucos os trabalhos que consideraram relevante a presença e o trabalho indígena nos ervais.

Um funcionário do Serviço de Proteção aos Índios – SPI, Genésio Pimentel Barboza, circulou por essa região com a intenção de observar os índios e descrever minuciosamente ao órgão protetor as condições em que estes viviam. Em relatório de 1927, o funcionário escreve um longo relatório, reproduzido em Monteiro (2002). Nesse relatório, entre outras informações, o funcionário escreve que a quantidade de índios que trabalhavam nos ervais era superior ao de trabalhadores paraguaios e que viviam muito espalhados, não só em seus aldeamentos, mas também por fazendas e pelos “hervaes”. Tudo leva a crer que viviam confundidos com paraguaios. Em outro relatório de 1923, consta que:

além dessas aldeias, onde os agrupamentos são maiores, há em toda a extensão de terra citada, espalhados pelos hervaes, sem residência fixa, uma quantidade imensa de índios caiuás, vivendo exclusivamente da insignificante remuneração percebida nos trabalhos de elaboração de herva (MONTEIRO, 2002, p.77).

Não é necessário acrescentar que nessas duas situações de trabalho, nos ervais e em fazendas, os indígenas eram sempre explorados, como, aliás, acontecia com todos os trabalhadores da região.

Em 1923, esse mesmo funcionário já havia estado em Dourados, com o intuito de analisar as condições para a “demarcação das terras dos índios” dessa região, uma vez que a Inspetoria estava recebendo várias reclamações de que ervateiros paraguaios e argentinos adentravam a pequena porção de terras que dispunham os índios²⁴.

No relatório de 1927, o funcionário descreve que “a população kaiowá era numerosa, que uns avaliam em 4.000 e outros elevam a 6.000 mil indivíduos”. Ainda, no mesmo relatório, o inspetor retrata as qualidades dos Kaiowá enquanto trabalhadores no corte da erva:

E é esse serviço de herval, ao qual se dedicam exclusivamente, oferecendo vantagens que nenhum outro operário poderia oferecer, pela resistência, aptidão e reduzido salário, que lhes absorve o tempo para qualquer outra atividade, lhe não deixando cuidar, sequer, de pequenas lavouras, como as fazem e cultivam os índios que vivem aldeados (MONTEIRO, 2002, p.77).

²⁴ Relatório do SPI, de 1923. Documento mimeografado, com cópia arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB.

Esses relatórios indicam que o SPI tinha um propósito claro: o de demarcar espaços para que esses índios pudessem viver “dignamente”. Nota-se uma preocupação por parte do órgão em fazer algo para que os índios deixassem de ser maltratados no trabalho que desempenhavam nos ervais. Talvez seja até louvável a proposta de muitos funcionários do SPI em proteger os índios, livrá-los do trabalho escravo nos ervais, confinando-os em áreas demarcadas para os índios. No entanto não será isso que vai ocorrer com o confinamento.

A preocupação deixa transparecer que os índios eram vistos pelos empreendedores da erva como mais um recurso disponível para ser explorado. Sob a ótica dos prepostos da Cia Matte parece que era considerado legítimo apropriar-se da mão-de-obra indígena, da mesma maneira como se apropriavam de seus ervais nativos. Os índios eram, também, nativos e parece que foram percebidos como parte da natureza e não como homens portadores de cultura diferenciada. Incorporá-los ao trabalho da erva poderia até ser percebido como uma contribuição para encaminhá-los no processo civilizador, forçando-os a se incluírem numa atividade econômica.

No relatório de 1927, o servidor do SPI destaca como era feito o pagamento dos índios: “o systema empregado nas transações entre os patrões hervateiros e índios, no pagamento do preparo da herva e no fornecimento de mercadorias, é absolutamente desonesto” (MONTEIRO, 2002, p.77). Esse tratamento desonesto era uma prática muito utilizada nos acampamentos. Os trabalhadores só tinham acesso às mercadorias que eram comercializadas dentro dos acampamentos. Essas eram vendidas nos armazéns por um preço exorbitante, e o trabalhador, para poder ter acesso aos mantimentos, precisava comprar a prazo. O que recebia mensalmente não cobria a dívida, o que muitas vezes levava o trabalhador a tentar uma fuga, geralmente sem sucesso. Segundo o relatório de Pimentel Barboza (1927):

O índio nesse armazém assume um compromisso do qual jamais se libertará a não ser pela fuga [...] e se capturado será sua dívida acrescida das despesas da diligência, despesas que lhe serão debitadas á conta de acordo com a generosidade ou malvadez do patrão (MONTEIRO, 2002, p.79).

Tudo indica que se o pagamento era desonesto para o trabalhador em geral, a situação deveria ser mais desfavorável ainda ao índio devido ao preconceito que sofria.

A preocupação do SPI com a situação dos trabalhadores indígenas será mais enfática no primeiro momento de sua atuação. Posteriormente, o próprio SPI assumirá o

gerenciamento da mão-de-obra indígena nos ervais, como se verá mais adiante. Procurarei demonstrar que a construção da invisibilidade indígena no sul de Mato Grosso é um processo gradual, cujo avanço corresponde à consolidação dos interesses dos proprietários de terras que se estabelecem na região, como indicam, entre outros trabalhos, os relatórios de identificação das terras indígenas de Guyraroka (município de Caarapó) e Takuára (município de Juti), respectivamente (PEREIRA, 2002 e 2005).

O autor, Hélio Serejo, não detalha em suas obras a participação mais efetiva dos índios no trabalho dos ervais, mas, em entrevista sobre a participação indígena nos ervais, ele responde de forma mais esclarecedora que houve uma presença indígena no contexto ervateiro. Quanto à forma de pagamento aos índios ele ameniza o relato do funcionário do SPI:

[...] Era o único serviço que eles faziam [cortar lenha], e como cada ranchada ervateira tinha o seu armazém, chamado comissaria. Terminado aquele trabalho, isso não durava mais do que três dias, eles então **entrava na comissaria para escolher, porque dinheiro pra eles não valia nada. (...) eles iam escolher aquilo que interessavam que agradava os olhos dele**, então ele procurava canivete, a faca que era o *kyse*. É o lenço variado que era o *pañuelo*, e tudo que era espécie de doce. Terminado isso eles colocavam do jeito que o administrador mandava a lenha empilhada, tinha que ter um metro de altura e podia ir 10, 15, 20 metros para ficar fácil de manejar. Porque eles não eram explorados não, de posse de todos aqueles objetos, em menos de duas horas eles arrumavam tudo, e pegavam a linha de alguém que eles eram caminheiros errantes [...] ²⁵.

Havia distintas formas de pagamento do trabalhador índio. Alguns falam de pagamento em dinheiro, em mil réis, ou em pesos paraguaios. O Kaiowá João Aquino²⁶ afirma que o pagamento era feito em mercadorias: roupas, cobertores, machetes e comida. Ao que parece, existiam diversas formas de pagamento, sendo a mais comum apenas o fornecimento de produtos, sendo poucos os casos em que o trabalhador obtinha saldo em dinheiro. Arruda (1989, p.151 e ss) situa a estratégia do “adiantamento” nos armazéns da Companhia como forma de “selar o compromisso”, sendo um “forte mecanismo de forçar a manutenção dos trabalhadores nos ervais”. Conclui que a estratégia do adiantamento como forma de “prender o trabalhador aos ervais através da dívida foi usado por mais de meio século” (idem, p. 153).

²⁵ Entrevista realizada por Antônio Brand e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - k7 1990, p.11

²⁶ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB.

O ex-funcionário da Companhia Matte Larangeira, o Senhor Américo Aguilera, com 89 anos, em 2000, ano da realização da entrevista, que aconteceu na cidade de Amambai, também, local de seu nascimento, se contrapõe a outros depoimentos de não-indígenas que são enfáticos em afirmar que estes não trabalhavam na extração da erva-mate, e que não havia índios na região.

O senhor Américo vivenciou o trabalho e o modo de ser dos indígenas:

O *Kaiowá* pouco trabalha, porque ele, eu acho que assim como eu falei para o senhor, ele é muito acanhado. Não é como o Guarani, é se junta com a gente, ele anda no meio de nós todos. E o *Kaiowá* não, é aquele que é muito acanhado, tem vergonha, tem vergonha de gente, entende? **Ele é do mato mesmo.** [...] Vai trabalhá já não vem por aí. Já não vem em barraquinha, só fica por lá com a mulher e tudo. **Pousa lá pelos matos, amanhã vem ver se acha serviço, quase ele não quer morar perto, junto com a gente** [...] O Guarani trabalhou, ele trabalhava igual civilizado [...]²⁷.

O relato de Américo deixa transparecer que ele conhecia bem o cotidiano dos índios nos ervais, seus modos diferentes de viver e de interagirem com os não-índios. Diferentemente de outros depoimentos que retratam o índio como “bicho”, o senhor Américo percebeu que o índio vivia na mata, não na condição de animal, mas que lá era o seu espaço, como se observa a seguir:

[...] porque eu me criei nesse meio desse Paraguai. **Sei tudo quanto é problema dos índios e dos fazendeiros do Paraguai, né?** Então, os índios, ele caçava no mato, matava o bicho, trazia para comer, fazia o tal *mondeo*, que fazia de pau, uma armadilha, uma armadilha pra bicho. Prá o tatu caí, prá caí cateto, para derrubá algum outro bicho, como paca. Ele fazia assim prá comê. Porque ele não é acostumado de comê a nossa comida quase, ele quer comer bicho do mato. É índio, né? Come, também, [comida de branco], mais ele não gosta de sal²⁸.

Nos relatos dos diversos informantes foi possível observar as várias formas de representação e de imaginários sobre os índios das pessoas que interagem com eles, no cotidiano da erva-mate. Suas formas de resistência à invasão de seus territórios pelos não-índios, aliado a suas formas de expressão, seu jeito de vestir, alimentar-se e a sua proximidade com a natureza talvez tenham contribuído para constituir no imaginário regional uma imagem

²⁷ Entrevista realizada por Davi Marques Pereira e arquivada no CEDOC TEKÓ ARADU UCDB - k7 1993-lado B, p.4-5

²⁸ Entrevista realizada por Davi Marques Pereira e arquivada no CEDOC TEKÓ ARADU UCDB - k7 1993-lado B, p. 4

de “bugre”, alguém próximo dos animais, o que vinha, também, ao encontro das necessidades de justificação dos atos de violência que envolveram a ocupação do território indígena..

Para Chartier (1988, p. 20) “[...] a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objecto ausente através da sua substituição por uma “imagem” capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como ele é [...]”. No entanto, esses relatos, com sua carga de negação da presença indígena, vêm, contraditoriamente, confirmar a participação indígena como trabalhadores, no cotidiano ervateiro, presença essa muitas vezes não percebida por escritores e pesquisadores da Companhia Matte Larangeira.

O historiador Antônio Brand, em sua tese “O Impacto da Perda da Terra sobre a Tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra” (1997) traz inúmeros depoimentos de indígenas e não - indígenas que dão conta do seu engajamento no corte da erva, como também em outras frentes de trabalhos. Essa pesquisa pode ser considerada a única que voltou o olhar para o trabalho indígena, mesmo não sendo esse assunto o seu principal objetivo. Assim, as narrativas que Brand registrou fazem muitas referências ao trabalho indígena nos ervais. O autor relata que muitas aldeias sofreram significativas transformações na forma de produção econômica e mesmo em sua organização social, a partir do momento em que foram atingidas pelo empreendimento ervateiro. Em muitos casos, a maior parte dos homens se envolveram na coleta da erva e houve, inclusive, o caso de aldeias mudarem sua localização em função dos acampamentos ervateiros.

As pesquisas que tratam da questão indígena que sucederam à de Brand, apenas fazem citação das conclusões a que este pesquisador chegou referente ao ocultamento dos índios entre os paraguaios no corte da erva. Para Brand, “a ausência de referências mais consistentes sobre a participação indígena [...] talvez possa ser explicada pelo seu provável ocultamento no meio dos paraguaios, falando a mesma língua e com costumes aparentemente próximos” (1997, p.72).

A mão-de-obra indígena nos trabalhos dos ervais inicia a partir de 1902, com a instalação da Companhia Matte Larangeira, em pleno território tradicional dos índios Kaiowá e os Guarani, com a finalidade de explorar a erva mate nativa. Havia uma expressiva demanda de correntinos, paraguaios e índios para os diversos trabalhos, desde a colheita à produção final de elaboração da erva-mate. Essa demanda é comentada por Bernardo Vilfrido

Brizuenha, proprietário da Erva Mate Globo, localizada no distrito de Sanga Puitã, quando indagado pela presença de indígena no trabalho ervateiro:

Bom, essa gente, a Companhia Matte ocupou muito pouca gente índia. Ela ocupou mais Argentinos e Paraguaio. Havia bastante, uma parte de Posadas, por exemplo, de Argentina, já dali vieram trabalhadores. E, em Salto de Guáira, como se embarcava erva por ali já naturalmente em Salto de *Guáira* havia mais Argentinos do que Paraguaio. E no Paraguai havia mais naturalmente, nesses lugares de aí em Campanário, e enfim [...] ²⁹.

Sobre esse período, houve, historicamente, amplo engajamento dos Guarani e Kaiowá nos trabalhos da erva-mate. Isso em regiões densamente povoadas por aldeias kaiowá, tais como Caarapó, Juti, Campanário e Sassoró (Porto Sassoró) e outras. A localização de várias Reservas indígenas, demarcadas até 1928, se deve ao fato de serem acampamentos ou locais de colheita da erva-mate (BRAND, 1997, p. 62). O que é intrigante é entender por que muitos dos atores sociais que conviviam com os índios na atividade ervateira fazem questão de negar o envolvimento desse segmento populacional no empreendimento ervateiro. O terceiro capítulo da dissertação trará mais dados a esse respeito.

As atividades da Companhia Matte Larangeira provocam significativas transformações na vida da população Kaiowá e Guarani. Em regime de trabalho semi-escravo e exigindo constantes deslocamentos em busca de novos ervais, as relações alternavam-se entre a troca, por ferramentas e outros utensílios de interesse, e relações de conflito, confronto e fuga. É importante notar que as relações dos índios com a exploração da erva assume diversas formas, incidindo diferentemente sobre suas comunidades.

Nem todos os índios Kaiowá e Guarani trabalharam nos trabalhos relativos à erva-mate, mas mesmo os que não iam para o corte da erva, viviam sob as ordens da empresa que dispunha de poder e polícia própria, que monitorava toda a área de seu arrendamento, expulsando intrusos que por ventura pudessem ser um empecilho para o seu empreendimento. A empresa instalada em território indígena perseguia qualquer pessoa que pudesse representar um concorrente ou um elaborador clandestino de erva, conhecidos como “changa-y” ³⁰.

²⁹ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - k7 2091, p. 10.

³⁰ Ver Jesus, 2004.

Os índios viviam nesse ambiente de ganância e poder no qual eram perseguidos e recebiam maus tratos, como demonstra um documento enviado por Antônio Vicente³¹, para a Inspeção dos índios em Mato Grosso, no ano de 1919:

Tenho a honra de levar ao vosso conhecimento que devido as continuas persiguições e correrias de que são victimas os índios Cayoas, residentes neste município [Ponta Porã], por parte dos empregados da Empresa Matte muitas vezes por alguma autoridade policial, que, longe de proteger aquelles pobres infelizes, quer como conservador da ordem, que por mero espírito humanidade se pelo simples facto de ser tornar agradável aquella Empresa, deixão que livres e impunemente perseguirem, maltratarem, e até matacem, algumas vezes aquelles pobres índios. Tendo recebido do [...] Antônio Pedro Vicente, carta nesse sentido, (cuja carta nos remete) [...]³².

Portanto, ao que indicam as narrativas, especialmente dos próprios índios, a Companhia Matte Larangeira ou seus prepostos promoveram, em diversos casos, o deslocamento de comunidades indígenas, tendo em vista a exploração de erva em outros locais. De qualquer forma, promoveu significativa alteração nos processos de territorialização tradicionais.

O documento, ainda, leva a uma reflexão sobre as intenções da Companhia Matte Larangeira de “afastar” os indígenas por meio da violência, por conta, de uma nova realidade que fazia também parte dos planos da empresa – o da “Civilização do sertão”. Mudar, no contexto ervateiro, o modo de ser das pessoas que compunham os vários segmentos sociais que ali estavam inseridos. Outras reflexões podem, ainda, ser sugeridas, como o interesse por parte da empresa de regularizar a posse da terra. Essas deduções se dão a partir do confronto entre as descrições feitas pelos não-indígenas, que vivenciaram este período e foram abordados neste trabalho, a partir de um relatório do SPI, de 1926, e com os relatos dos próprios índios. O confronto entre as informações constantes nestes diversos tipos de fontes podem ajudar a compreender a lógica de ocultamento da participação indígena na empresa ervateira.

Autores como Guilhen (1991) e Arruda (1997) exploram, em seus estudos, a questão da “Civilização do sertão”, através da qual se objetiva retirar do atraso, pobreza e

³¹ No corpo do documento citado aparece o nome de Antonio Vicente precedido da sigla Cel. Em outros documentos do mesmo microfilme, Antonio Vicente é identificado como índio cayoá.

³² Museu do Índio, microfilme 001-A, p. 20 e 21, Rio de Janeiro, 1919, cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande, 2007.

isolamento a região do sul de Mato Grosso. Para isso, as pessoas que habitavam a região seriam enquadradas, através do sistema de educação, mediante a adoção de novos hábitos, considerados adequados para os propósitos da civilização. Uma das primeiras medidas a ser adotada foi a substituição da língua guarani que era considerada inadequada ao projeto da Empresa.

Ficaria instituída a língua portuguesa em toda a fronteira ervateira. A estratégia era que as crianças fossem alfabetizadas na escola com o uso da língua portuguesa, para quando adultos terem hábitos diferentes de seus pais que falavam o guarani. Essa medida desqualificava a língua guarani e, conseqüentemente, as pessoas que falavam o idioma. É importante lembrar que em toda a fronteira, e nos domínios da Matte, praticamente só se falava guarani, o que não condizia com a sua obra dita de “nacionalização”.

A Companhia Matte Larangeira contribuiu com esse novo modelo “civilizatório” ou de “nacionalização”, quando da construção, em 1924, da Fazenda Campanário que tinha como intuito mostrar como uma cidade se constitui e, conseqüentemente, o seu habitante. A Fazenda Campanário era um modelo de cidade que dispunha de hotel, hospitais, energia elétrica, atendimento médico e uma vida social com muita ostentação.

A interferência da Companhia no processo civilizatório foi exaltada, positivamente, como demonstra notícia veiculada em jornal e citada por Arruda:

(...) A Mate teria redimido o sertão: “É preciso retroceder alguns lustros, para avaliar o que era aquele sertão de Mato Grosso, antes da era da companhia Matte Laranjeira. Havia a floresta bruta, a matharia hostil, os cipoaes bravios. A selva era um desafio a colonização” (GN³³, 22/09/1937) (1997, p.25).

Era um povo, no dizer de um propagandista da Matte, “de ascendência, índole e caracter rebeldes a qualquer disciplina, habituados a liberdade infinita, que é a própria essência daqueles rincões, acostumados, desde cedo, a não terem outras obrigações que não àquelas de sua própria vontade...” (GN, 22/09/1937) (1997, p.26).

Essas medidas educativas voltadas para o enquadrar da população em um sistema de formação do homem brasileiro eram pensadas tendo em vista o trabalhador paraguaio que representava um grande contingente de trabalhadores em relação aos outros. Outro problema,

³³ GN- Gazeta Notícias (jornal).

sob a ótica da Cia Matte, a ser superado era o do fluxo de pessoas que transitavam pelos ervais, empecilho à ordem que precisava ser estabelecida por meio de um controle das pessoas que por ali circulavam.

Uma das proibições que a empresa estabeleceu foi a de impedir o consumo de álcool, o uso de arma branca entre os seus trabalhadores e dispunha de pessoas com poder de polícia para monitorar toda a área, de forma que nada pudesse vir a invalidar esse esquema de controle.

O trabalhador indígena não estava nos planos da Companhia, no tocante à integração aos demais trabalhadores, no sentido de adotar hábitos civilizados e ter disciplina no trabalho. Os índios estavam inseridos no contexto da “natureza”, no qual viviam de forma “selvagem”, “animal” e, sob a ótica da empresa, não se enquadrariam nesse sistema pensado para a construção do trabalhador “civilizado”. Essa visão pode ser percebida nos relatos de pessoas que vivenciaram o período ervateiro e também nos trabalhos acadêmicos que trataram desse momento.

Toda a estrutura de trabalho era pensada em termos ideais, na qual os indígenas não se encaixavam em nenhuma das modalidades estabelecidas para a excelência do desempenho financeiro que a Empresa vislumbrava. O esforço civilizatório do empreendimento levava seus idealizadores a negarem e ocultarem tudo o que pudesse estar associado ao que era visto como signo da primitividade, na região, como a língua guarani e os costumes característicos dos índios. Entretanto existia um descompasso entre a prática social cotidiana, na qual a língua guarani era a mais falada, e o trabalho indígena era essencial no acampamento de extração da erva.

2.4 – O PAPEL DOS KAIOWÁ NO TRABALHO DA MATTE: MODALIDADES DE TRABALHO

Na década de 1920, toda a região dos ervais já estava esquadrihada pela Companhia Matte Larangeira e dividida em “ranchos”. No rancho ocorria a elaboração da erva-mate, desde a sua localização dentro da mata até o seu ensacamento. A operação para o estabelecimento dos ranchos começava com o descobrimento dos ervais ou sua localização dentro das matas.

Para que houvesse êxito em todas as etapas exigidas pela elaboração da erva, o trabalho era dividido por categoria. O *habilitado* era aquela pessoa que saía nas matas em

busca dos ervais. Depois de encontrado um erval novo era determinado a instalação, no local, de um rancho no qual a erva, depois de cortada, era levada para o devido preparo.

O senhor Bernardo Vilfrido Brizuenha, proprietário da Erva Mate Globo, conhecia bem a importância do trabalho do *mineiro*, na condução do trabalho ervateiro. O *mineiro* era outra categoria de trabalho, pois o:

[...] *mineiro* ia com o capataz, distribuindo, tinha paradas para tratar a erva, eles não podiam muito passar de 500 metros, passava de 600, passava de 300 de acordo com a parada, que seguramente cortavam e carregavam na cabeça. Um exemplo, até os 200, 300 quilos, na cabeça, conduzindo os *mineiros*. [...] ³⁴.

Esse trabalho demandava um número expressivo de pessoas que carregavam nas costas a erva cortada até os ranchos, para que, depois, pudesse ser levada ao *barbaquá*³⁵, onde passava pelo processo de secagem, trabalho esse feito por um especialista o “*barbaquazeiro*” e, na seqüência, a erva mate retirada do *barbaquá* e moída rusticamente para assumir a forma denominada de *mbovire*, só então estava pronta para ser ensacada.

A fala do índio Kaiowá, João Aquino, que em setembro de 2004, data da entrevista, dizia-se com 103 anos, é de extrema importância, por se tratar de uma pessoa que se fez presente em todo o cotidiano que envolveu o período da Companhia Matte Larangeira. No próximo capítulo, continua-se reportando-se a João Aquino, reproduzindo uma longa entrevista com ele.

Aquino desempenhou o cargo de capitão, por 14 anos, no Posto Indígena de Fronteira³⁶ José Bonifácio, atualmente Terra Indígena Te'yíkue, no município de Caarapó, MS. Também, por um período de 10 anos, ocupou a função de capitão na Terra Indígena de Takuara, município de Juti, MS. Na companhia Matte Larangeira exerceu a função de

³⁴ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - k7 2091, p. 12.

³⁵ Estrutura destinada à secagem do mate possui, geralmente, a forma côncava. Seu tamanho varia de acordo com a produção. É construído, exclusivamente, de madeira, sendo guarnecido por pequenas peças laterais, conhecidas pelo nome de *cambará*. (SEREJO, 1986, p.59).

³⁶ Entre as classificações para identificar os índios de acordo com o seu estágio de civilização, o SPI estipulou a classificação pelo tipo de unidade e orientação administrativa. Para os índios arredios instalaram-se Postos Indígenas de Atração; para os índios em transição para a civilização os Postos Indígenas de Assistência, Nacionalização e Educação; para aqueles índios em contato prolongado com a população abrangente, os Postos Indígenas de Alfabetização e Tratamento; **para os grupos indígenas situados nas proximidades das fronteiras nacionais, os Postos Indígenas de Fronteira**; e naquelas localidades onde fosse interessante, criaram-se os Postos Indígenas de Criação, destinados a pecuária (CORREA, 2000, p. 26).

habilitado no Porto Guairá, PR, sendo responsável por localizar nas matas os melhores ervais para posterior corte.

João Aquino, mesmo residindo em Amambai, quando da entrevista, aguardava com ansiedade a demarcação da Terra Indígena de Takuara³⁷ que, em 1999, foi reocupada parcialmente pelos índios Kaiowá e Guarani. Esse ilustre indígena, de fala mansa, lucidez invejável, sempre teve a disponibilidade de receber em sua casa as pessoas e compartilhar com elas de sua rica experiência. Nas conversas sobre a Companhia Matte Larangeira frisava que o índio foi uma peça chave em todo o desenrolar da atividade ervateira e na mesma intensidade explorado, e a sua presença ocultada. Em abril passado, o senhor João Aquino veio a falecer, e a partir de então deixa uma lacuna na história indígena de Mato Grosso do Sul.

Aquino descreve como era o trabalho com a erva-mate, desde a descoberta do erval, à negociação do serviço com a Companhia Matte, até a finalização do trabalho. Na descrição evidencia a função de cada trabalhador:

Trabalha, por exemplo, o senhor vai procurar um no mato [função do habilitado], aonde tem muito erva, que vai dar uns 300 saco, assim você já vai conversar com a Companhia: “aqui já achei erva, achei bastante lá no mato.” Então ele deu pra você ferramenta já pra você trabalhar, no mato, tirar erva. Dá tudo ferramenta e já vai, mas depois que você trabalha lá tira erva, embolsar tudo, bater, tem que bater primeiro, depois deixar moído e ensacar cada, aí se tem 20 saco já pode vender. A [...]. Companhia já vem com 20 saco. Já vai trabalhando esse habilitado, por exemplo, eu fiquei habilitado quando eu estava no Porto *Guáira*, mas não é aldeia, assim no mato. E também ali tem o, tá ocupado muito pessoa, alguém, a gente que trabalha na erva. Tem, tem que ter aquele pesador, pesando erva, erva, folha de erva sapecado aquele tem, que pesar, aquele chama Comissário. Agora tem o capataz, pra fazer, é, picada pra tirar erva ali do Picada e vim de lá do picada, aquele é o Capataz. Tem o Capataz, tem [...], 2º Capataz, 1º Capataz, assim que vai. Depois aquele que trouxe erva, é folha de erva, deixa no *Barbakua*, o *Barbakua* já está pronto ali também, tem que cavocar ali, lá, sai fogo lá, daqui, tem que cavocar fundo mesmo. E ali deixar em *barbakua*, deixa em *cesina* (charque), como assa também carne, mas assim, põe vara, aí carregava folha, folha verde, carregava tudo. Ali tem 1000, 2000 quilos erva, folha de erva né. Aí o *barbakuasero* sobe lá e vai mexendo, mexendo, mexendo até que ficou bem sequinho. Aí derruba aquele *Barbakuasero*, mas ele não, *barbakuasero* não pode moer, sabe, tem outro pessoa que vai, que vai bater, agora

³⁷ Sobre a Terra Indígena Taquara ver: BRAND, Antonio. **A aldeia Taquara** - Documentos In: **TELLUS**, ano 3 nº4. Ed. UCDB. Campo Grande, 2003, p. 149-167. PEREIRA, Levi M. 2005a. **Relatório de identificação da Terra Indígena Taquara**. Município de Juti, Mato Grosso do Sul, Documentação Funai, mimeo, Brasília.

depois que ficar bem moído, entregar para aquele que tem saco pra embolsar. Assim que é, vai muito pessoa que tá trabalhando ali, tá ocupando muita pessoa aí³⁸.

Todo o trabalho de preparo da erva se fazia de forma hierarquizada, com funções definidas de trabalho. Arruda distingue as modalidades de execução de trabalhos estabelecidos nos ranchos:

[...] basicamente dois tipos de trabalhadores, diferenciados pela posição na produção e forma de remuneração. Num primeiro grupo estão os executores da elaboração da erva-mate, os mineiros, os barbaquazeiros, os cancheadores (...). Este grupo tinha a remuneração baseada na produção, recebia por arroba ou saca de erva produzida. No outro grupo está os de função ligada ao controle do processo de produção, o seu gerenciamento [...] (1997, p.70).

O trabalho indígena e a maioria dos paraguaios que serviam de mão-de-obra, na elaboração da erva, enquadravam-se no primeiro grupo, citado por Arruda. Era um trabalho mais “pesado” e demandava um grande número de pessoas. Parece fugir dessa regra o Kaiowá João Aquino que exerceu a função de habilitado, em Porto Guairá, no estado do Paraná. Os trabalhadores que desempenhavam essas funções residiam, provisoriamente, em “ranchitos”, nas proximidades do rancho; quando do término do trabalho, o rancho era transferido para outro lugar.

No caso dos índios Kaiowá e Guarani, várias famílias foram deslocadas de suas aldeias, acompanhando a instalação de ranchos para a coleta de erva. Conseqüentemente, esse deslocamento e por vezes o intenso e prolongado contato com trabalhadores não-indígenas nos ervais contribuiu, certamente, para o enfraquecimento da sua organização social e da religião, sobre a qual interferiram também as epidemias e novas doenças que, segundo diversos informantes indígenas, tornaram-se comuns nesse período e são indicadas como causa para o abandono de muitas aldeias tradicionais (BRAND, 1997).

Quando perguntado ao ex-funcionário da Companhia Mate Larangeira, não-indígena, o Senhor Américo Aguilera, se o índio fazia ranchada, ele descreve como a vida transcorria a partir da construção do rancho:

³⁸ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - k7 2092, p.5.

Fazia um rancho. Um barraco, um ranchinho. E às vezes ele vai dormir na erva. Na própria erva dormia por aí, com toda a família. Você sabe como que era, tendo fogo não precisava nem de coberta. E comida, comida mesmo ele achando um bichinho pra comer, come só aquele. Negócio de mercadoria, assim: trigo, arroz, quase eles não conheciam [...]. Vai trabalhá já não vem por aí. Já não vem em barraquinha, só fica por lá com a mulher e tudo. Pousa lá pelos matos, amanhã vem ver se acha serviço, quase ele não quer morar perto, junto com a gente³⁹.

Percebe-se que o próprio estilo de vida dos trabalhadores indígenas, preferindo acampar com a família no mato, em vez de permanecer no acampamento com os demais trabalhadores, pode ter facilitado o esforço que a empresa já fazia no sentido de ocultar a presença indígena. Permanecendo no mato, o índio, mesmo trabalhando na erva, resguardava sua privacidade familiar, além de se livrar do ambiente de discriminação contra ele que muito provavelmente perpassava as relações no rancho ervateiro. Por outro lado, a permanência do índio na mata referendava o seu enquadramento enquanto incivilizado, associado à natureza bruta por seus costumes, inclusive por seus hábitos alimentares.

O trabalho dos índios no corte de lenha é bem demonstrado por alguns depoimentos de não-índigenas, quando indagados sobre a participação dos índios no trabalho fora da aldeia. Na impossibilidade de negar o trabalho indígena, ele é admitido em uma atividade subsidiária. De outra parte, talvez os índios tenham tido certa predileção pela atividade de corte de lenha, pelo grau de liberdade que lhes assegurava.

No depoimento do senhor Américo Aguilera, quando perguntado sobre a presença indígena nos ervais, ele afirma que:

O *Guarani* trabalhou. É, então, ele trabalhava igual civilizado, trabalhava igual civilizado, trabalhava as crianças, trabalhava as mulheres, deles tudo. Criança que tem idade de 12 anos não carrega, mas trabalha na quebraça de erva, tudo. Ele trabalhava junto com a mulher e as crianças que tem 10, 12 anos. Trabalham juntos⁴⁰.

Interessante como na fala acima a diferenciação étnica entre Kaiowá e Guarani é percebida pelo grau e pelo tipo de mobilidade no engajamento no trabalho da erva e não por

³⁹ Entrevista realizada por Davi Marques Pereira e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - k7 1993-lado B, p.2-5.

⁴⁰ Entrevista realizada por Davi Marques Pereira e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - K7 1993 lado B, p.1-2

uma diferenciação cultural ou lingüística. Outra distinção é que o grupo de trabalho do índio é formado exclusivamente pelos integrantes de sua família nuclear.

Outra entrevista importante foi com o senhor Manoel de Almeida, 81 anos, e gravada em março de 1998. Funcionário da Companhia Matte Larangeira, nascido em Campanário, sendo que seus pais e tios foram empregados da Companhia, tendo crescido nesse cenário ervateiro, presenciou as mais diversas atrocidades contra os trabalhadores que por lá se estabeleciam.

O senhor Manoel recordou como a vida das pessoas era controlada pela Companhia “Se ele alterava [mineiro], ele prendia, eles tinham a polícia deles mesmos, da Companhia Matte, não era polícia militar, deles mesmos da Companhia. Prendia, levava lá [...], tempo de diferente as coisas”. Recorda, também, da visita do Presidente Getúlio Vargas à Campanário “Não ele não viu [os mineiros]. Porque ele não parou muito tempo [...]. Ele armoçou, comeu churrasco com o capitão Antônio Mendes Gonçalves”⁴¹.

Em relação aos índios, o Senhor Américo constatou a presença deles nos arredores da Campanário, no cultivo de roças, mas não no corte da erva mate.

Era paraguaio, era mais paraguaio. Índio não tinha, só paraguaio mesmo. Índio só fazia roça pra ali por perto da Campanário tem um lugar chamado *Uyvyypé* e próprio terceiro Arroio tinha uma aldeia de índios. Chegava trabalhá sim [índios]. Fazia lenha prá trabalhá na Matte Larangeira também pra usá no barbaquá, que diz. **Eu não cheguei vê esse aí [índio no corte da erva], porque eu participei do teko caá, mas o índio é relaxado, a gente não acostuma, [...], índio é demais relaxado é, na quebra da erva do raído da erva ele mijá e faz tudo, prá não secá a erva**⁴².

O senhor Américo menciona que não viu índios no trabalho do corte da erva-mate, mas não hesitou em desqualificá-los como trabalhadores, no tocante ao modo de tratar a erva, ao enquadrá-los como relaxados. O corte de lenha feito pelos indígenas era um trabalho importante e peça fundamental no processo de elaboração da erva. Com a falta da lenha não havia fogo para manter o barbaquá em atividade.

⁴¹ Entrevista realizada por Adelaido Luis Spinosa Vila e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - K7 2000, p.5.

⁴² Entrevista realizada por Adelaido Luiz Spinoda Vila e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - K7 2000, p. 2

Hélio Serejo afirma que o índio não trabalhou no barbaquá e, sim, no corte de lenha:

[...]. Chegavam lá, não sabiam falar nossa língua, eles pediam assim: *aácha, aácha*, aí era preciso dar uma explicação *aácha* é o machado. Pegava o machado que distribuía muito, porque nunca faltava na ranchada ervateira e saiam pro mato. iam cortar lenha numa medida certa, mais ou menos 80cm, que era para as fornalhas dos *barbaquá*, não é[...]. Eles cortavam a lenha, porque viram que aquela fornalha imensa consumia muita lenha, então chegava lá e já pedia *aácha* [...] prestaram grandes serviços, porque não era muito fácil arrumar as lenhas para abastecer as fornalhas, porque a erva nessa época valia ouro em pó, ouro em pó. Se produzisse duzentas toneladas, duas mil toneladas, tudo isso tinha comércio [...]. Calculava que entre todos eles dariam uns 600. Não era muito não⁴³.

Ao analisar os relatos do senhor Américo e de Hélio Serejo é possível concluir que os indígenas, ao dedicar-se ao trabalho de corte de lenha, poderiam, de certo modo, já satisfazer suas demandas por bens que tanto buscavam, como ferramentas, especialmente o machete, o machado e roupas. Alguns dos relatos indígenas destacam que os índios recebiam, como pagamento pelo seu trabalho, ferramentas e aponta ter sido este um dos principais motivos do interesse indígena pelo trabalho nos ervais. Embora a ênfase da participação indígena recaia sobre o fornecimento de lenha, os dados que serão discutidos no terceiro capítulo permitem afirmar que a participação indígena foi de fato mais ampla

Os Kaiowá e os Guarani participaram, ativamente, nas várias atividades que o preparo da erva-mate exigia. Na maioria das vezes, junto com a família, se embrenhavam nas matas em busca de um melhor local para fazer o rancho, para executar todas as fases de elaboração da erva. Esse cotidiano ervateiro fez do índio um exímio conhecedor das técnicas de elaboração da erva-mate. Esse conhecimento foi explorado pelo SPI que passou a agenciar o trabalho dos índios junto aos fazendeiros e a própria Companhia Matte Larangeira. No capítulo a seguir, será melhor abordado o papel do SPI no agenciamento dos índios para o trabalho fora das reservas indígenas, a partir da década de 1920.

No terceiro capítulo se dará ênfase ao convívio dos índios Kaiowá e Guarani, inseridos no cenário multiétnico dos diversos segmentos sociais que faziam parte do cotidiano ervateiro.

⁴³ Entrevista realizada por Antônio Brand e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - K7 1990, p. 11-13.

3. A PARTICIPAÇÃO DOS KAIOWÁ E GUARANI NOS ERVAIS DA COMPANHIA MATTE LARANJEIRA

Para uma melhor compreensão da participação dos indígenas nos ervais, neste capítulo se dá ênfase à presença dos vários segmentos sociais que faziam parte do dia-a-dia ervateiro. Serão descritas as relações, alianças e negociações estabelecidas nesse cenário multiétnico.

A participação dos Kaiowá e Guarani nos ervais permite apreendê-los enquanto um segmento social composto por pessoas consideradas, aparentemente, sem importância, pois estavam situados na condição subalterna de trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira. Intenta-se aqui buscar investigar e problematizar diversos aspectos que caracterizam essa condição. Necessário será descrever e analisar a relação estabelecida com os demais trabalhadores no dia-a-dia dos acampamentos⁴⁴ e na colheita da erva-mate, a participação das famílias indígenas, as relações de gênero aí desenvolvidas, formas de moradia, expressão de conflitos, formas de pagamento, disputas e solidariedades, entre outros, tendo sempre presente tratar-se de povos situados em outra tradição cultural.

Desse modo será possível entender como os índios Kaiowá e Guarani foram inseridos nos trabalhos relacionados à colheita da erva-mate, se viviam na condição de trabalhadores explorados, ou trabalhadores autônomos, impondo-se, em certa medida, um processo que seríamos tentados a caracterizar como de transfiguração étnica. Por outro lado, será preciso investigar em que medida os Kaiowá lograram assegurar a realização dos processos de produção e reprodução de sua cultura, seus rituais, a organização familiar e as relações sociais. Para isto, será necessário buscar saber através do dia-a-dia como tudo isso acontecia.

⁴⁴ O acampamento faz parte de um contexto mais geral que incorpora os diversos agentes envolvidos na extração, processamento, transporte e comercialização da erva. Esses agentes pertencem a diversos grupos étnicos, tais como paraguaios, índios, regionais brasileiros, argentinos, etc, compondo um cenário multiétnico estruturado e hierarquizado.

Tudo aponta para a necessidade de descrever o trabalho nos ervais como um campo de interação entre sujeitos sociais, oriundos de distintas filiações étnicas que negociam sinais diacríticos, como marcadores das diferenciações entre os diversos segmentos humanos, num amplo cenário multiétnico. As estruturas de poder permeiam as relações entre esses segmentos étnicos, definindo sua moldura e situando diferentemente os sujeitos sociais.

Para boa parte dos Kaiowá e Guarani, o trabalho nos ervais parecia se constituir como uma oportunidade de interação com os novos sujeitos sociais, com os quais passam a, compulsoriamente, compartilhar o território que dispunham até então com exclusividade. Nesse sentido, dispor de produtos industrializados como roupas, calçados, ferramentas, sal, açúcar, etc, e expandir os horizontes da sociabilidade, através da aprendizagem de novas expressões comportamentais, parece ter sido elemento motivador para muitos Kaiowá e Guarani se engajarem na atividade ervateira.

No cotidiano ervateiro, houve ainda, por parte do SPI, o agenciamento da mão-de-obra indígena. O órgão do governo que a partir da implantação das reservas tinha a finalidade de proteger os índios foi responsável, por vários anos, pela sua liberação para o trabalho na Companhia Matte Larangeira e fazendas vizinhas à reserva. A pesquisa documental possibilitou elucidar como os índios, no dia-a-dia, interagiam com outros sujeitos que circulavam dentro e fora das reservas.

O cotidiano indígena na Cia Matte Larangeira é um aspecto certamente pouco estudado, porém a aproximação ao tema adquire relevância porque é nesse cotidiano que se moldaram novas relações sociais e viabilizaram-se trocas e negociações entre os diversos segmentos presentes no erval.

3.1 – O LUGAR DO COTIDIANO NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

O estudo do cotidiano indígena nos ervais contribuiu muito para avançar na compreensão de sua participação no empreendimento ervateiro. O dia-a-dia dos trabalhadores nos acampamentos, descrito nas narrativas de índios e não-índios, permitiu trazer para a historiografia regional uma melhor compreensão do índio enquanto participante dos trabalhos da Companhia Matte Larangeira, no mesmo nível dos demais trabalhadores, uma presença que foi ocultada nos estudos regionais que tratam da temática ervateira como mencionado no início desse trabalho. O empreendimento ervateiro ocupa um espaço privilegiado nos estudos

regionais, com uma abordagem focada, no entanto, no papel econômico e político que a empresa desempenhou no sul de Mato Grosso.

O cotidiano “vem emergindo como um dos novos objetos de investigação na historiografia brasileira” (PETERSEN, 1995, p. 50). No entanto o mesmo autor reconhece dificuldades conceituais em torno do que seja a cotidianidade, o que faz com que essa abordagem seja reduzida, na historiografia brasileira, via de regra, ao seu sentido mais comum, ou seja, à “vida de todo dia”, caindo para uma abordagem tão genérica que perde sua “utilidade analítica”.

Mas o que entendemos por cotidiano? No sentido comum, o conceito remete para a vida privada e familiar, às atividades relacionadas à manutenção dos laços sociais, ao trabalho doméstico e a práticas de consumo. O cotidiano fica então como “lugar de conservação, de permanências culturais e de rituais: um lugar “privado da história” (DEL PRIORE, 1997, p. 260). E, nesse sentido, outros buscam resgatar a importância dos atores no dia-a-dia, do vivido, do particular, do pequeno e do repetitivo, frente às estruturas e aos “processos sociais maciços, anônimos, inconscientes...” (REVEL, 1998, p.10), que privilegiam a macroanálise. Parte-se da convicção de que o micro participa, à sua maneira, da grande história, da qual dá “uma versão diferente, distinta, mais complexa” (Ibid., p.12).

Segundo Del Priore voltamos-nos ao cotidiano na busca do diferente e do novo, esquecendo-nos de que este está, muitas vezes, sob o nosso olhar, que “esta seqüência de gestos que compõe o cotidiano tem, por sua vez, uma história no seio da ciência histórica” (1997, p.259).

Ao centrar a análise no cotidiano não se pretende uma contraposição à macroanálise, mas apenas entender melhor a realidade, a partir de uma outra “escala de observação”, incorporando as estratégias cotidianas, comportamentos individuais e coletivos, familiares e locais, na certeza de que isso permitirá a “construção de objetos mais complexos”. Entendemos que, a partir do estudo do cotidiano, não se objetiva compreender partes da grande história, mas uma análise diferente e original. Não se trata de dizer que uma é mais verdadeira que a outra, pois todas permitem uma visão mais complexa. Trata-se muito mais de uma redução na escala de observação como procedimento analítico, na certeza de que a observação do microcosmo de determinados espaços da vida social revelará fatores não observados de outra forma. Na presente dissertação, essa observação microscópica enfoca o

cotidiano do trabalho indígena no interior do empreendimento ervateiro, exaustivamente discutido pela historiografia numa escala macro. O conceito de cotidiano inclui uma pluralidade de temas e exige superar a visão estática desse universo do cotidiano.

Segundo Del Priore (1997, p. 274), na história dos “pequenos prazeres, dos detalhes quase invisíveis, dos dramas abafados, do banal, do insignificante [...] é que reside a imensidão e a complexidade através da qual a história se faz e se reconcilia consigo mesma”.

No decorrer do presente capítulo, será enfatizada a fala do índio kaiowá, João Aquino, como já anunciado no capítulo anterior. Ele presenciou e participou, ativamente, do sistema ervateiro. Seu relato, juntamente com outros indígenas e não-indígenas, retrata bem o cotidiano ervateiro, com suas particularidades no sentido de explicitar os encontros culturais.

3.2 O CENÁRIO MULTIÉTNICO NOS ERVAIS: A EXPERIÊNCIA DE INTERAÇÃO PERMANENTE E SUBMISSÃO DOS KAIOWÁ E GUARANI ÀS FRENTE DE OCUPAÇÃO DE SEU TERRITÓRIO

Os Kaiowá e Guarani, ao se engajarem no trabalho da erva-mate, precisavam deslocar-se de suas aldeias para o local no qual fossem designados para o trabalho. A partir de então, passavam a conviver em outros espaços, estabelecendo-se diferentes formas de interação e hábitos não próprios da sua cultura. Índios e paraguaios representavam um número significativo dos trabalhadores nos ervais, juntamente com outros segmentos presentes em menor número. Não é possível precisar a quantidade de índios trabalhadores nos ervais, pelo não registro destes nos controles administrativos da Companhia Matte Larangeira.

Alguns autores, em suas obras sobre a temática ervateira, apontaram estimativas para o número de trabalhadores. Sobre esse assunto, Correa Filho (1925, p.33) escreveu que a Companhia Matte Larangeira “tem na empresa uns 2500 a 3.000 peões quase todos paraguayos [...]”. Os seus números diferem dos de Serejo (1986, p.95) que apontam para um número bem maior de trabalhadores, “[...] 18 mil trabalhadores; 10 mil pessoas ‘dependentes’ [...]”. As estimativas do número de trabalhadores apresentadas por esses escritores se deram a partir do lugar onde eles estavam inseridos e das fontes consultadas. Correa Filho circulou nas instâncias da política estadual e federal, no antigo sul de Mato Grosso, e Hélio Serejo escreveu sobre a temática ervateira, baseado na sua experiência pessoal como ervateiro. Vale lembrar que os índios não estavam na contagem, apenas os paraguaios e outros trabalhadores.

E, ainda, que esses trabalhadores viviam espalhados por ranchos, localizados nos diversos locais de colheita de erva-mate.

No relatório de 1927, o funcionário do SPI, Pimentel Barboza (MONTEIRO, 2003, p.81), traz importantes informações sobre a quantidade de índios no trabalho ervateiro: “a proporção de índios caiuás empregados na elaboração da herva, sobre o operário [não-indígena], é, em média, de 75% na região de Iguatemi”. Nos demais estabelecimentos ervateiros visitados, o funcionário aponta que “a quantidade de índios que nelles trabalham é sempre superior do trabalhador paraguayo”. Se nos basearmos neste relatório, de 1927, focado diretamente na presença indígena, é possível considerar como um número razoável a proporção de 50% de trabalhadores indígenas nos ervais, pelo menos em determinadas regiões, o que indica um número elevado deles.

Outro elemento que participou do universo ervateiro foi o “gaúcho” que chegou ao sul de Mato Grosso em busca de terras devolutas, e não com o intuito de se tornar um trabalhador da Companhia Matte Larangeira. Tal atitude forçou a empresa ervateira a tomar medidas inibidoras, em relação a esse migrante que questionava a forma como se dava o arrendamento e ameaçava o controle sobre os ervais, exercido pela Companhia. Embora o interesse direto desses gaúchos fosse o de se estabelecerem como proprietários, o certo é que muitos deles acabaram trabalhando na atividade ervateira e boa parte deles em cargos administrativos.

A presença paraguaia fica evidente no cotidiano dos Kaiowá e Guarani, no tocante a erva-mate, porque entre esses dois povos havia diferenças culturais, mas não uma barreira lingüística, uma vez que falavam o mesmo idioma, o guarani. O uso da língua guarani pode ser considerado um fator que levou a uma relação marcada, em muitos momentos, por conflitos, em decorrência das estratégias usadas pelos paraguaios para se sobressaírem aos índios que não concordavam com certos métodos de convencimento adotados. O fato é que índios e paraguaios interagiam de maneira muito próxima como seguem fazendo até hoje na região, muito embora esta proximidade não exclua conflitos e rivalidades.

Para Poutignat (1998, p. 163)

Nem o fato de falarem uma mesma língua, nem a contigüidade territorial, nem a semelhança dos costumes representam por si próprios atributos étnicos. Apenas se tornam isso quando utilizados como marcadores de pertença por aqueles que reivindicam uma origem comum.

João Aquino relembra que nem sempre o índio tinha a presença da sua família quando da sua ida para os ervais, sendo que os que levavam suas famílias improvisavam uma moradia “E, às vezes, leva a família, também, faz um ranchinho né. Morava ali”. Não havia uma separação das moradias e o índio junto com a sua família precisava habitar “[...] misturado com o paraguaio. Depois não quer mais, aí tira, já vai pra casa outra vez, assim que era trabalhar. Agora paraguaio não, paraguaio até às vezes morre lá⁴⁵”.

Nas bibliografias que tratam da Companhia Matte Larangeira, especialmente de Arruda (1997) e Guilhen (1991), fica evidente que não era tão simples o voltar para casa. Havia perseguições por parte da empresa que dispunha de pessoas para capturar aqueles que resistiam em não ficar nos ervais. Sobre esse assunto, João Aquino relata como se davam as fugas, a partir da sua vivência:

Fugia no serviço dele, aí fugia. Às vezes encontrava, mas às vezes também já vai embora, no mato né. Porque se encontrar mandou matar mesmo. O patrão não deixava mesmo levar, só mata. **Então o índio, também, não é burro né, saiu, fugiu já vai embora. Fugia se sabe pra fugir, também, escapava.** Se não vai, porque o paraguaio sempre seguia o caminho né. Então, atrás que vem pra pegar ele né, é pelo caminho né, ele achava. É [paraguaio fugia], também, ali tem muita conta, não podia mais pagar. [...]⁴⁶.

Numa conversa informal, João Aquino observa que os índios, geralmente, não eram alcançados nas fugas pela polícia da Companhia. O peão paraguaio desconhecia o caminho de volta para casa, quando eram contratados pela empresa para o trabalho nos ervais. O percurso para chegar ao local era desconhecido pelos peões, de forma que não reconheciam o caminho se, por ventura, pudessem ter o interesse em retornar para o seu lugar de origem. Por isso a estratégia por parte dos contratantes não obtinha total êxito em relação aos indígenas, pois estes dominavam melhor os caminhos da mata. Em suma parece que era mais fácil para o índio fugir do erval do que seria para o paraguaio.

Nas palavras de João Aquino pode-se observar que o amanhecer nos ervais se dava de forma agressiva, e o dia iniciava, ainda, de madrugada. Desde o levantar, pela

⁴⁵ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB k7 2092, p.5-6

⁴⁶ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB k7 2092, p.11

madrugada e, no decorrer do dia, havia um monitoramento, por parte do capataz, das atividades desenvolvidas pelos trabalhadores.

Tem que levantar de madrugada, 2 horas tem que comer alguma coisa, pra ir, 2 horas. Estava escuro, o capataz já vem acordou o pessoal, tem que acordar, o capataz já avisa: “tem que levantar, vamos comer alguma coisa” e, 4, 5 horas já clareando o dia, já vai, já vai tudo o pessoal. O capataz atrás, também, quando vai aqui faz picada grande, assim. Aqui tem *barbakua*, então daqui foi, o capataz dava aqui, pedaço por pedaço, aqui entra um pessoa, aqui outra pessoa, aqui outra pessoa, marcava tudo. Depois até acabou lá de tirar ia pra outra parte, assim que é. Mas [...] não pode dá a gente dormir bem. Assim que a gente trabalha na erva, é Companhia Matte. E muito pessoa antiga diz que morreu no erval. O paraguaio mata, tudo pessoa mata índio, porque no mato né, era. Assim tem de e depois, depois que o governo toma conta no Mato Grosso, e depois já pouco que morre índio, não trabalha mais no erval. Aqui foi, **é triste a vida do índio aquele tempo**, aquela época. É cuidava o 1º capataz cuidava ali, mas no fundo trabalha, passava aqui. Quando não saiu meio logo, aí ele foi ver o que aconteceu, aí o pião dele tava quebrando tudo, aí ele ajudava também quebrar. **O Capataz manda assim, manda assim, se não faz bem, aí é brabo [...]**⁴⁷.

Na fala a seguir, o Senhor Marcelino Recalde, morador de Sanga Puitã, MS, que trabalhou na Campanário⁴⁸, recorda-se de como o trabalho era vigiado e complementa o depoimento de Aquino de que o capataz era uma pessoa que vigiava todos os passos dos trabalhadores:

O ervateiro é assim. Eu tem que trabalhar, tem que levantar 3 horas da madrugada pra poder ir no meu serviço. Sabe, porque na erva você tem que chegar 4 horas no clarear o dia sabe, pra poder mexer com aquilo, pra poder tirar bastante. Porque eu tirava 50, 60 arroba. [...] E então ele mandava o chefe dele, não, não é o chefe, o pião dele, mandava acordar a turma e dormia na tarimba e se a tarimba, se, ele chamava uma vez ou duas vezes, se não acordava ele erguia a tarimba e derrubava no chão. **E se alguém acha ruim ele já metia bala.** Isso que é o problema. [...]. Então, a turma chamava e se não acordar, ia o capataz tirar da, tinha aquela forquilha de que a gente fala né, em cima da tarimba. Tarimba é o que faz em cima. Então a turma ia derrubar a tarimba, soltar, derrubar o pião pra poder acordar, porque o pião às vezes quer dormir. Porque eu, no meu tempo, eu sou pião novo, queria dormir de todo jeito e eu tenho que levantar 3 horas pra ir trabalhar, 3 horas tem que ir trabalhar, 3 da madrugada, cedo era, é cedo, 3 da madrugada né, e então a turma por isso que fazia muita coisa na Companhia Matte. **Se a turma acha ruim mete-lhe bala, deixa que morre, não quer nem saber.** E nós, eu com aquilo, depois que acabou aquilo, que é matação, eu comecei trabalhar com ele, se não ia

⁴⁷ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB k7 2092, p. 6 –7.

⁴⁸ A Fazenda Campanário era a sede administrativa da Companhia Matte Larangeira, situada no município de Laguna Caarapã, MS.

morrer, também. Depois, **depois acabou, acho que a justiça tomou conta da firma né**, começaram de novo aí saiu bem⁴⁹.

O amanhecer e a divisão do trabalho conduzido pelo capataz, conforme relatado por Aquino e Recalde, também constam no depoimento de Carlos Galhardo⁵⁰, no livro de Gilmar Arruda, “Frutos da terra, os trabalhadores da Matte Larangeira”.

Aí depois vinha o 1º capataz, tinha o 2º capataz, o que atendia ele lá no ... lá no mato. Lá eles cortando erva, tirando, pra ver se cortava bem, na hora de quebrar a erva para ver se estava em ordem, porque tinha...não podia ser mais de quatro centímetros (...) aí então o capataz abria as picadas, né, entendeu? Abria as picadas largas pra poder vir com que eles traziam, o raído (...) aí então o capataz vai e abre as picadas. Então ele mais ou menos mede um tanto assim por exemplo, com outra picadinha e esta aqui é teu, vai e outro, mais encostado no outro é dele, mais pra lá um pouquinho é meu e assim ia indo. **Separava (...) o lugar que você irá cortar, entendeu? Era desse jeito**” (Arruda, 1997, p. 80-81).

João Aquino enfatiza o trabalho da família nos ervais, especialmente o trabalho feminino que, juntamente com o marido, não media esforços na árdua tarefa: “Criança não [trabalhava], agora mulher, também, trabalha, mulher que não tem família (filhos) tem que acompanhar o marido de madrugada, vai quebrar, também, vai sapear erva primeiro, depois quebrar. [...] ⁵¹”. Assim, distribuía cada trabalhador em talhão (parte), era uma forma de controlar o trabalho do peão.

Segue João Aquino, a respeito da presença feminina nos ervais, além de ajudar o marido no trabalho, também era motivo de desavenças entre índio e paraguaio.

É ruim mesmo, o Paraguai, né. Por causa da mulher. **Por causa da mulher que o Paraguai matava índio**, brigava mais do que índio. Porque não gostam do índio esses civilizados, paraguaio, outro, assim, às vezes, **por causa a mulher, pra tomar dele, matava o índio.** [...] ⁵².

⁴⁹Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva Mª L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - k72088, p.6.

⁵⁰ Filho de Segismundo Galhardo, administrador e depois habilitado da Companhia (Arruda, 1997, p.66).

⁵¹ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva Mª L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB k7 2092, p.7

⁵² Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva Mª L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB k7 2092, p.8

A mulher “branca”, na fala de Aquino, era mais respeitada do que as mulheres indígenas. “Tem [mulher branca], tinha algumas delas, também, mas, mas esse já é separado, como não pode, no meio do índio. Os que têm mulher já são separados. Não sei por que [...]”⁵³. No dia-a-dia do árduo trabalho nos ervais, ocorriam esses conflitos que precisavam ser administrados pelos índios, pois faziam parte desse longo dia que começava de madrugada.

Dentro desse contexto de perseguição às mulheres, a mulher indígena era a maior vítima, porque, segundo o informante, o homem não-índio não “tomava” a mulher de outro branco, somente a indígena, fato que, certamente, contribuía para a desestruturação de uma família que já vinha de um rompimento do cotidiano familiar, a partir do momento que saía de sua aldeia para trabalhar nos ervais.

O relato de João Aquino indica uma relação de extremo desconforto entre índios e paraguaios. Indica que a convivência foi marcada por conflitos que vão desde o roubo de mulheres, à perseguição por conta de dívidas contraídas nos armazéns da companhia.

É aí mesmo, porque o índio é muito, como é, querendo é, não é sabido. **O Paraguai é mais sabido.** O Paraguai fala assim com o índio só pra enganar: “é, índio vou comer essa família que tem”. Mas Paraguai “não”, por causa disso que talvez brigava, por causa da palavra: “vou tomar mal”, xingava dos índios, que os índios não briga com Paraguai. Assim que foi era né.⁵⁴

Às vezes ele [o índio] não paga a conta, ele foi, fugia, ia embora, aí o patrão mandava procurar, se achava, matava lá. Assim que Paraguai faz, porque tudo é Paraguai, é cabeçante, tudo é Paraguai⁵⁵.

Nessa última parte da fala de Aquino fica evidente a reclamação contra o trabalhador paraguaio por se considerar superior ao índio. Segundo Aquino, esse trabalhador está mais inserido no empreendimento porque “é mais sabido” e o índio ocupava postos de trabalho inferiores. A que tudo indica, os cabeçantes eram paraguaios.

⁵³ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB k7 2092, p.8

⁵⁴ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB k7 2092, p.8

⁵⁵ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB k7 2092, p.9

Ao analisar os depoimentos, percebe-se que o trabalhador paraguaio representava um elemento importante nas relações de trabalho e nas estratégias do empreendimento ervateiro. Eles foram amplamente usados por aqueles que lucravam com o comércio da erva-mate. O fato de falar o mesmo idioma dos índios era um elemento facilitador nas negociações com eles, característica explorada pela empresa para adentrar o território indígena e conseguir que estes concordassem com a exploração da erva nativa, abundante nesses locais. João Aquino afirma ainda que, os cabeçantes eram paraguaios, ocupavam assim posições superiores no sistema. Muito provavelmente eles seriam os responsáveis por convencer os índios a se engajarem a atividade ervateira.

Os relatos de João Aquino indicam, ainda, sua percepção de que os índios foram enganados ao trocarem a erva-mate por tecidos, embora essa troca por produtos, mesmo sem equivalência financeira, parece ter sido o grande objetivo perseguido pelos índios em suas relações com a Cia Matte. Mediante as negociações de produtos de interesse dos índios, a Cia Matte não conseguia apenas a autorização para a exploração de muitos ervais, mas, ainda, que eles próprios cuidassem dos ervais para que nos períodos de corte os mesmos ervateiros pudessem voltar e usufruir da mesma erva.

Paraguai encontrava [índio] no mato. Paraguai ia conversar com índio, com cacique. Achava erva, grande erval que está ali em roda da casa dele. Pedação ali, tem que conversar com capitão. Aí Paraguai ia lá, mas patriciada é burro mesmo. Falava: “não eu não quero, eu não deixo você fazer, tá aqui erva. Essa erva é minha, é”. Então o paraguaio é muito sabido né. **Falava: “é, é Deus que deu pra mim aqui esse pedaço”, índio falou pra ele. Então o Paraguai: “pois é, é Deus mesmo que mandou procurar você, pra mim falar.”**Índio já acreditava (risos). Aí que já vai entregar o erval dele. Até que a erva pegou tudo. Mas primeiro é índio, bastante índio, é tem erval grande, grande a aldeia, mas agora não tem mais. **Aí o Capitão falava: “então, se Deus mesmo mandou procurar de mim, você aí, como é que nós vamos fazer”. Aí, eu venho, aqui eu trouxe aqui pra você”, quer dizer que é pano não, ele vai pagar pra ele. “Então esse Deus também mandou pra você, pra você entregar esse erval, agora eu vou pagar pra você” e deu pano, essas coisas antigamente saia 3, 10 metros cada peça, leva pra capitão. Agora o capitão repartia pra cada um. Então já deu, já enganou o índio**⁵⁶.

O paraguaio valia-se do conhecimento da língua e da religião indígena para negociar junto aos índios uma forma de adentrar nos ervais.

⁵⁶ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB k7 2092, p.9

A remuneração pelo trabalho indígena com roupas, relatado por João Aquino, foi observado, também, pelo funcionário do SPI, Pimentel Barbosa, e registrado em seu relatório:

Como fructo e producto de seu trabalho pesadíssimo, apenas sobre o corpo um terno de tecido ordinarissimo do qual faz parte, indefectivemnete, um lenço de seda de cor vermelha, distintivo que lhes custa nunca menos de trezentos pesos, ou sejam cincoenta mil reis da nossa moeda (Monteiro, 2002, p. 79-80).

O índio estabelecia uma relação de aceitação daquela situação de extrema interferência de paraguaios em seu território. A seguir, na fala de João Aquino, fica a impressão de que, naquele momento, os índios não estavam preocupados com as conseqüências dessa presença no sentido de que os ervais (natureza) acabassem, mas estavam preocupados em obter objetos de seu interesse, objetos esses que também possibilitavam uma aproximação ao modo de vida dos paraguaios, permitindo, sob o olhar indígena, reduzir a discriminação. De outra parte, o cuidado dos ervais, acertado com os prepostos da Companhia, poderia traduzir-se também em proteção do espaço por eles ocupado.

Não [saía do rancho], estava sempre aí. É [ajudava no corte da erva], aí o patriciada ajudava. Agora, depois que acabou ali o erval, e o encarregado do trabalhador de erva já procurava no outro lugar. Já deixou aquele, já vai embora. Então, também, o índio, conversar com índio. E assim que é. Às vezes não tem muito erval, mas não tem índio ali. Aí a Companhia entrava, folgadamente. Continuava ali, depois, saiu, ali já deixou né. Depois de três anos vai voltar outra vez ali, porque em três anos aquele broto já está tudo madura, né. Ficam sempre, **falam pra eles cuidarem do erval, até voltarem novamente que trarão mais coisas ainda pra agradarem. Kaiowá e guarani**, tava junto ali, trabalhava também. **É tudo pra poder ganhar algum, algum salzinho, algum roupa né. Dinheiro não, só roupa**⁵⁷.

O relato explicita que muitas vezes os índios foram utilizados como guardiões da erva em regeneração.

Essa situação de pressão, vivenciada pelos Kaiowá e Guarani, que favorecia, de um lado, a possibilidade de acesso a objetos e bens muito desejados por eles, embora não próprios de sua cultura e, de outro, a cessão da erva-mate, abundante em seu território e a conseqüente presença de trabalhadores estranhos, remete-nos para a análise de Poutignat (1998) sobre a manutenção das fronteiras étnicas. E segue Aquino:

⁵⁷ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB k7 2092, p.9-10

A família tudo, o índio fica sempre ali, cuidando. Agora, então, saiu aquele patrão não é, falou pro cacique: “você cuida pra nós aqui, quando eu voltar eu trouxe mais pano, alguma coisa, pagar pra vocês. (riso), mas dinheiro não. É assim que trabalhava antigamente⁵⁸.”

Ao “remunerar” os indígenas com objetos de uso pessoal, para em contrapartida adentrar o seu território e usufruir da erva-mate, com a ajuda dos próprios índios, possibilitava à empresa maior rendimento financeiro, e aos Kaiowa e Guarani, permanecer em seu território e, ao mesmo tempo, ter acesso a ferramentas, tecidos, artigos que despertavam seu interesse e que, com o decorrer do tempo, passam a fazer parte do cotidiano indígena.

Os relatos indígenas e não-indígenas permitem compreender melhor as atitudes e a posição social que os índios ocupavam no sistema ervateiro. Pode-se concluir que a submissão imposta pelo sistema aos indígenas e a forma como os próprios índios se inseriram no contexto ervateiro contribuíram para o seu ocultamento frente aos que estudaram ou viveram naquele período, conforme atestam bibliografias sobre a temática indígena e, igualmente, os depoimentos das pessoas que não identificaram com precisão a presença indígena.

Sobre essa invisibilidade, Brand (1997, p.72) conclui que “a ausência de referências mais consistentes sobre a participação indígena [...] talvez possa ser explicada pelo seu provável ocultamento no meio dos paraguaios, falando a mesma língua e com costumes aparentemente próximos”. Pereira (2002), no relatório de identificação da Terra Indígena Guyraroká, segue a indicação dessa passagem de Brand e observa que os Kaiowá de Guyraroká tiveram uma participação ativa na construção da “invisibilidade” étnica de sua comunidade, uma vez que, não ser reconhecido como indígena, representava naquele contexto, fator de diminuição do preconceito, facilitando a interação no cenário multiétnico que tinha lugar no acampamento de extração de erva.

Percebe-se, então, que, mesmo inseridos num contexto de forte dominação exercida pelos prepostos da Companhia Matte Larangeira, os Kaiowá e Guarani desenvolveram estratégias próprias, não abrindo mão do seu protagonismo sobre o processo

⁵⁸ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKO ARANDU UCDB k7 2092, p.11

que viviam e conservaram as diferenças no próprio espaço organizado pelo ocupante, no caso, a Companhia Matte Larangeira.

A proximidade lingüística e cultural entre os Kaiowá, Guarani e os trabalhadores paraguaios facilitava essa invisibilidade, e os Kaiowá e o Guarani faziam de tudo para se parecerem com os paraguaios, incorporando as formas de vestimenta, o uso de expressões lingüísticas e em outros aspectos comportamentais. É, no entanto, importante destacar que esse esforço dos índios não diluía as fronteiras étnicas entre eles e os paraguaios, uma vez que essas fronteiras eram sempre repostas, mas permitia a instauração de um sistema interétnico de interação, no qual os Kaiowá e Guarani ocupavam o lugar de menor prestígio. Isto redundava em um sistema organizado a partir de distintas posições hierárquicas.

3.3 O SPI E O AGENCIAMENTO DOS ÍNDIOS PARA O TRABALHO FORA DAS RESERVAS

A forma mais usual de contratação de trabalhadores, adotada pela empresa ervateira, dava-se por meio do conchavo. Segundo Gomes (1986, p.399):

Aconchavo é a maneira de atrair os futuros mineiros para a produção da erva. O aconchavador ia a Ponta Porã, Capilla Orqueta, Concepcion, ou qualquer povoado de fronteira e a custa de promessas mirabolantes, atraía os infelizes peões as bailantas movimentadas e pagando as “**cuñas heco vai**”⁵⁹ para atrair e divertir os futuros mineiros do erval. Depois de se divertirem a valer, de beber, de dançar até alta madrugada, num dado momento a musica pára, as mulheres somem... Aí aparece o dono da espelunca com a conta.

O autor observa que o conchavo era uma estratégia enganosa usada pela Companhia Matte Larangeira para atrair os trabalhadores até aos seus ervais. Segue Gomes (1986, p. 400),

Não há dinheiro para pagar, surgem os *tarrachis*⁶⁰. Ou paga ou vai pro xadrez. Nisso aparece o aconchavador, se oferece para resolver o problema. Mas tem uma condição. Assinam um contrato de trabalho para trabalhar no erval e tudo está resolvido. Assinado o contrato, pagas as contas, o transporte será em carretas, ou mesmo a pé, tudo acertado com promessas mil. E depois?...Uma ida sem volta á escravidão e inferno.

⁵⁹ Mulher à toa, mulher da vida (Gomes 1986, p.441). Grifo do autor.

⁶⁰ Polícia paraguaia (Gomes 1986, p.442). Grifo do autor.

Em relação aos índios, difere da forma mais usual de contratação, citada por Gomes, mas não a concepção, no sentido compulsório, de recrutar pessoas para o trabalho. Os índios Kaiowá e Guarani eram seduzidos por mercadorias não de uso freqüente no seu cotidiano, como pagamento do seu especializado trabalho. Esse mesmo tipo de remuneração pagava pela mão-de-obra e pela autorização de explorar a erva-mate nativa em território indígena.

Com a instalação das reservas, pelo órgão tutelar a partir da segunda década do século XX, a Companhia Matte Larangeira e fazendeiros locais atraíam os chefes de posto, não com mercadorias, mas com dinheiro, e estes passavam a negociar o trabalho indígena para os ervais, por meio de agenciamento. Era um negócio extremamente vantajoso para a Companhia, mão-de-obra barata e disponibilidade de pessoas para o trabalho.

Os índios que viviam em um território sem fronteiras passam, a partir da demarcação das reservas, a viver sob o controle de postos, submetidos a medidas convenientes para o Estado. A burocracia inerente à administração, implantada pelo SPI, refletiu-se, negativamente, na vida dos índios que passam a sofrer um crescente controle, autoritário e burocrático, sobre suas vidas.

A organização social desses povos era baseada na família extensa, com uma liderança tradicional em que os caciques aglutinavam o poder religioso e político. Essa organização, própria dos Kaiowá e Guarani, foi sofrendo gradativa interferência do órgão oficial, dentro da política de integração. A atuação do SPI, através do processo de confinamento, contribuiu para a fragilização da organização social. A partir de então, os Guarani e Kaiowá passam a conviver com um novo tipo de chefia, totalmente diferente daquela tradicional que os orientava. Tendo em vista a administração das reservas, o SPI cria a figura dos capitães, escolhidos entre os índios mais próximos dos funcionários do órgão e, portanto, mais distantes da organização social indígena. Estes têm a função de intermediar as relações entre os funcionários do SPI e os índios residentes naquela reserva indígena.

Ao confiná-los em áreas de terra reduzidas, obrigando-os a abrir mão de parte significativa de seu território tradicional e, ao mesmo tempo, não oferecendo os recursos imprescindíveis para as reais necessidades dessa população, os índios passam a depender, cada vez mais, do que lhes é oferecido pelo órgão protetor. A alimentação passa a depender

das sementes e das roças plantadas, assim como o tratamento das doenças passa a depender da medicação oferecida pelo órgão.

Proprietários de ervais e funcionários da Companhia Matte Larangeira buscavam, nos postos indígenas, mão-de-obra especializada para o trabalho na colheita da erva-mate. As reservas foram demarcadas em locais onde havia extensos ervais, ou próximos a centros urbanos, o que facilitava o agenciamento dos índios para o trabalho.

Desde a demarcação das reservas, o órgão passou a estabelecer uma amistosa relação com a Companhia Matte Larangeira, relação que, talvez, pudesse ser caracterizada como de parceria, em que cada parte colaborava com o que tinha de melhor a oferecer: a Companhia, com recursos materiais, e o SPI, com a mão-de-obra indígena.

No relatório de 1927, elaborado pelo funcionário do SPI, Genésio Pimentel Barbosa, ele informa a Diretoria do SPI das dificuldades de se criar dois postos às margens do rio Iguatemi, pela dificuldade de transporte, por estrada, das mercadorias até os dois postos. A solução viável seria via fluvial, porém muito onerosa. Na sua argumentação, o funcionário propõe que:

“bastará um entendimento com Empresa Matte [...] e estará solucionado o problema[...]. Seria transportada pelos vapores da Empresa, que fazem viagens mensais e perfeitamente regulares para Porto Lindo, em Sacarão, no Iguatemy, e para o porto Sessoró, no rio Youy” (MONTEIRO, 2003, p.89).

No mesmo relatório, o funcionário mostra-se satisfeito com a solução do problema e com a gentileza dispensada pela Companhia:

[...] tive um **ligeiro entendimento com o administrador da Empresa Matte [...]** A Empresa terá inteira satisfação em concorrer, disse-me, para a **boa marcha dos serviços federaes**, principalmente, a de índios, que lhe merece toda a *sympatia*. (MONTEIRO, 2003, p.89-91).

Percebe-se que não houve dificuldades em resolver o problema, é óbvio que, para a empresa ervateira, era vantajoso manter uma convivência não conflituosa com os representantes do estado. Isso facilitava a manutenção do seu monopólio sobre os ervais e, posteriormente, a garantia de posse de parte das terras devolutas na região.

O contato de trabalho era feito através da intermediação dos encarregados do SPI, responsáveis em autorizar a saída desses índios para “changas”. É importante destacar que essa atividade vinha de encontro aos objetivos formulados por esse órgão, de transformar o

índio em um “trabalhador rural”, integrando-o, dessa forma, à sociedade nacional. Mas o que se percebe é que esse objetivo estava longe de ser alcançado, pelas dificuldades do órgão tutelar em conseguir transformar as reservas tornando-as autônomas, economicamente, nas quais o índio passaria a produzir para sua sobrevivência.

O índio kaiowa, João Aquino, quando perguntado sobre o agenciamento da mão-de-obra para a companhia Matte Larangeira, relata como era feito a negociação:

É, ele ajudava, assim, de pião, porque lá no posto tem muito pião que trabalha, de erva né, conhece de erva né. **Então sempre entrava lá, pra arrumar pião. É, fazia o contrato, quanto pião que leva pra lá.** Mas, depois, trabalha tudo, cumpre aquela, como é que a gente disse, é, compromisso, né, e que cumpri tudo e já volta⁶¹.

Percebe-se, no depoimento acima, que a intermediação dos contratos de trabalho indígena com a Empresa era um negócio lucrativo para o encarregado de posto, que dispunha de uma numerosa mão-de-obra especializada e disponível nos postos. O pagamento pelo trabalho dos índios era acertado, diretamente, com esse encarregado que, naturalmente, não repassava aos índios a quantia, como bem relata Aquino:

Ah ganhava bem [o encarregado]. Naquele tempo eu não sei [se fixava uma taxa], **mas ele tá ganhando, por cabeça parece que** [...]. Mas ele não ganha ali, quem ganha ali, quem sabe quem ganha é quem sabe, que o, pro administrador da Matte Larangeira, é só ele, é ele, pelo jeito que eu sei, é assim, era pra ninguém saber esse aí. Diz que um tempo vinha investigando esse aí, diz que ele tem medo não sei do quê, assim me contaram na minha frente assim, chama o SPI, de SPI, não sei o que é. Então, o dinheiro também não tinha. Só, roupinha, come [alimentação], roupa dá⁶².

O primeiro contato para a liberação para o trabalho nos ervais era acertado com o encarregado do posto que encaminhava todos os trâmites da saída dos indígenas. Os indígenas eram proibidos de circular fora das suas dependências sem a prévia autorização do encarregado. É importante registrar que havia sempre à disposição pessoas interessadas em ir trabalhar fora, de acordo com a procura, como segue Aquino:

⁶¹ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - K7 2217, p. 2

⁶² Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - K7 2217, p. 2

É falava [o encarregado escolhia], vamos mandar quantas pessoas que vai. É, aí eu, já falei que, pra levar mulher, aí já tem outro que não leva, deixa. Então, assim vai, e depois de 6 mês vai voltar. Antes de 6 mês não voltava. **Tirava permissão e liberou, 6 mês. Mas dinheiro não tem, só roupa**, roupinha, que ganhava, pra não ficar pelado. Ma, e, machado e facão, tudo que é ferramenta, ganhava. Mas dinheiro não⁶³.

Observa-se, no relato acima, que os índios ficavam fora da reserva por muito tempo. Aquino afirma que o prazo de liberação para o trabalho externo era de 6 meses e nem sempre a família seguia junto para o trabalho no erval. Esse caso evidencia a total exploração da mão-de-obra indígena, por parte dos encarregados do posto e, do outro lado, de quem os contratava.

Ciriaco Acosta, kaiowá, 68 anos⁶⁴, é antigo morador da Terra Indígena Te'ýikue, município de Caarapó, MS. Sua vida esteve ligada à Companhia Matte Larangeira, seu pai nasceu em Iguatemi, trabalhou e morreu na Campanário: “ih meu pai trabalhava, é ervateiro mesmo”. Sua família foi vítima, assim como outras, de epidemias. Nesse caso, o sarampo vitimou os seus seis irmãos: “[...] seis homem graças a Deus não morreu nem a faca, nem a bala, nem nada. É doença braba, que mataram tudo [...]”⁶⁵. Depois da morte do pai, ele veio com a mãe e as irmãs para a Terra Indígena Te'ýikue.

O seu relato complementa a fala de Aquino, quando afirma que o encarregado do posto liberava os índios para o trabalho externo sem maiores problemas:

[...] que patrão, igual o senhor memo [indica para o entrevistador] é patrão né, o senhor: Eu quero 50 ou 60 pião, pra fazer a erva tá, você que é patrão mesmo né. Aí a gente foi no erval. [...], quanto tem pião aqui. Tanto, tanto. Aí, é o chefe de posto fala assim: tanto tem. Tem. Eu quero tanto. Aí tá, só marcar o nome do patrão, já. Onde, tal parte, tal parte e aí já foi⁶⁶.

Nos períodos sazonais do corte e elaboração da erva, várias famílias se ausentavam dos postos. Um exemplo disso consta no memorando nº 12 de 1943, referente ao

⁶³ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - K7 2217, p. 2-3.

⁶⁴ Segundo Ciriaco esta idade “é o que está marcado na carteira”.

⁶⁵ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - K7 2221, p. 1.

⁶⁶ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - K7 2221, p. 5-6.

Posto Indígena Benjamin Constant⁶⁷, quando registra que: “a causa da evasão escolar era por conta das crianças acompanharem seus pais no trabalho ervateiro que ficava distante do referido posto. Que perdurava até 90 dias⁶⁸”.

Isso consta no relatório de viagem do funcionário do SPI, Antônio Martins Viana Estigarribia, de 1926, quando da sua visita ao sul de Mato Grosso, para tomar conhecimento da situação dos índios e para posterior demarcação das terras. A expectativa por parte do órgão tutelar para os Postos, em relação ao tratamento pessoal que os índios passariam a ter no momento que estes fossem viver sob a gerência de um auxiliar do SPI era:

Aldeia do Tue-Cuê, no rincão do Bomfim. Foi medida pelo eng. Agron. Waldomiro de Souza, que ainda não pode enviar o respectivo processo a repartição de terras do Estado. **Ahi vae funcionar no corrente anno um auxiliar da inspetoria com o fim de incrementar a industria da herva matte e libertal-o dos exploradores que monopolizam o incipiente trabalho do índio**, sempre mais ou menos sujeito por dívidas oriundas de fornecimentos fantásticos. Relatório dos trabalhos effectuados no anno de 1926 - 08/02/1927 - Ao senhor Dr. José Bezerra Cavalcanti – Director do SPI - De: Antônio Martins Viana Estigarribia⁶⁹.

Os índios, naturalmente, lidavam com habilidade com o corte e elaboração da erva-mate, e isso fazia com que os ervateiros tivessem interesse pelo trabalho indígena. Consta, no relatório de 1926, o seguinte: “libertal-o dos exploradores que monopolizam o incipiente trabalho do índio”. Isso pode ser pensado ao inverso, pois no decorrer dos anos os índios passaram a ser explorados pelos encarregados dos postos que vendiam o seu trabalho para aos mesmos “exploradores” que o funcionário do SPI critica com tanta indignação no seu relatório.

Outro tipo de exploração se dava através da erva produzida pelos índios “reservados” nos postos, comercializada pelos encarregados que, em muitos casos, foi motivo de insatisfação por parte dos índios, pela forma escusa como eles conduziam os lucros

⁶⁷ Atualmente Terra Indígena de Amambai.

⁶⁸ Museu do Índio, microfilme 001, fotograma 07, Rio de Janeiro, 1943. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande, 2007.

⁶⁹ Museu do Índio, microfilme 341, fotograma 1366, Rio de Janeiro, 1927. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande, 2007.

originados dessa produção. Sobre essa produção dos postos indígenas existem informações importantes nos documentos microfilmados do SPI⁷⁰.

Essa documentação registra a presença de não-indígenas nas aldeias que tinham como intuito a exploração a erva-mate nativa nesses locais. Registra, ainda, a preocupação do SPI em resolver essa situação, com a proposta de enviar uma pessoa do órgão que pudesse pôr um fim nessa prática.

[...] **aldeias do distrito de nhu-verá**, suas terras vão ser medidas neste anno. Também, é projecto da Inspetoria, se não organizar um posto, pelo menos collocar lá um **funcionário para guiar os índios na exploração e commercio da herva matte, impedindo os roubos de que são victimas e expellindo os intrusos que uzão e abuzão dos seus hervae. Embora ainda não demarcadas, sabe-se que estão estabelecido dentro das terras as seguintes pessoas [...].**Relatório dos trabalhos effectuados no anno de 1926 - 08/02/1927 - Ao senhor Dr. José Bezerra Cavalcanti – Director do SPI - De: Antônio Martins Viana Estigarribia⁷¹.

Em outro documento, o funcionário do SPI, Genésio Pimentel Barboza, escreve ao inspetor de índios sobre as irregularidades existentes no Posto José Bonifácio por parte do encarregado, contrapondo à real expectativa proposta pela demarcação das reservas que era o de resolver o problema de exploração dos índios por ervateiros.

[...] desintelligencia havida entre o encarregado, Snr. André Gaudie Leite, e o fornecedor, Snr. Jayme Machado. Devo antes manifestar-vos o meu grande pesar ao ver surgir no Tehy-Cuê essa questão sobremodo prejudicial a marcha dos serviços e na qual, improficuamente, se empenhariam pessoas que, pela função que uma exerce e pela confiança vossa de que se tornou outra depositária, estavam no dever de empregar todo esforço, em uma acção conjuncta, para o aproveitamento e applicação da grande renda ervateira que comportam aquellas terras riquíssimas [...]. Procurei, também, me informar junto aos índios de como estavam encarando a questão do fornecimento. De muitos ouvi reclamações, que eram incontestavelmente procedentes, quanto ao preço elevado porque estavam sendo vendidos os artigos do armazém. Alguns disseram-me que não mais trabalhariam na elaboração de herva, para receberem em pagamento objetos caros e de qualidade inferior. No posto Tehy-Cuê não havia gêneros alimentícios e tive como alimentação latas de conservas que no armazém restavam [...]. Ao chegar no Tehy-Cuê, mesmo no Potreiro, ou na principal aldeia, por ocasião da entrega dos serviços ao Sr. André Gaudie Leite, em fins do mez de abril do corrente anno, lá se achava com 2 carretas já vazias, o Sr. Faraon Gomes. Antes que eu o inquirisse sobre o móvel de sua estadia ali, nas terras dos índios, para elle se dirigiu o Sr. Gaudie Leite no mais patente e effusivo contetamento, e, depois de abraçal-o me o apresentou, como seu

⁷⁰ Os microfilmes estão disponíveis no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB – www.Nepi.org/tekoarandu

⁷¹ Museu do Índio, microfilme 341, p. 1365, Rio de Janeiro, 1927. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande, 2007.

antigo camarada [...]. Sr. Gaudie Leite, satisfeito convidou a Faraon para vir com elle passar algum tempo, devido aos seus conhecimentos da língua guarany, única que usam os índios [...]. Agora, o aparecimento da dívida dos índios para com o Faraon, que motivou a entrega a ele de 2.000 kilos de herva, forçou-me à indagação das anteriores relações suas no aldeamento. Elle foi um dos maiores exploradores dos hervaes do Tehy-Cuê, sabendo se conduzir com tal perícia, que dispunha até de prestígio junto aos índios. Foi quem aconselhou a uma turma a se dirigir a Dourados e pedir recursos e amparo contra a Zeferino Rolim, instruindo os índios como deviam proceder. Zeferino deseja ter comvosco um entendimento, no qual diz necessitar de lavar a sua reputação. Eu não o considero innocente e acho mesmo ter sido elle outro explorador dos índios, mas o que é certo é que Faraon mantinha negócios illicitos, disso sendo prova mais que precisa as contas arrecadadas entre os índios, em cujos lançamentos se notam importâncias em dinheiro, o que exclue, em absoluto, a lisura da transação. Documento: Relatório-De: Genésio Pimentel Barbosa - Aux. da Inspeção Índios - Para: Sr. Dr. Inspector do SPI neste Estado⁷²

No ano de 1927, o mesmo funcionário que esteve no Posto Indígena José Bonifácio para averiguar irregularidades, justifica a demarcação de outras áreas, pelo êxito da demarcação desse Posto.

Essas terras constam quase que exclusivamente de matte de cultura, [...]. Obtidas essas duas áreas de terras, necessarias e indispensaveis para os indios de Yjouy e Igautemy, e nellas fundadas os respectivos postos, **a situação desses indios será imediatamente modificada, como nos deixou exemplo, com a criação do Posto José Bonifacio, a Aldeia de Tehy-Cuê. Alli estão hoje perfeitamente installados, com inteiras garantias, os outr'ora exploradíssimos índios** do “Potreiro dos Bugres” (MONTEIRO, 2003, p. 87).

As informações constantes nesses documentos confirmam que os índios arcaram com as consequências da irresponsabilidade dos funcionários do órgão que tinha o papel de estar do lado dos índios. Com a desculpa de libertá-los da exploração, demarcaram pequenas reservas de terra, liberando o restante do seu território tradicional, riquíssimo em erva-mate, para a exploração de terceiros. Mas o SPI não agenciou somente trabalhadores indígenas para os ervais das reservas, mas também para os regionais que viviam do comércio da erva-mate.

Percebe-se que o controle da entrada e saída do posto era válido somente para os indígenas, pois havia uma constante circulação de pessoas estranhas dentro deles. Fica evidente, na documentação do SPI, que a presença de “estranhos” dentro das dependências do posto gerava muitas desavenças internas. Os indígenas tinham conhecimento das negociações

⁷² Museu do Índio, microfilme 341, p. 1296 a 1301, anexo n.onze, Rio de Janeiro. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande, 2007.

escusas de que eram vítimas. Diante disso, alguns se revoltavam com a situação. Isto se evidencia no documento a seguir:

[...] Tehy-Cuê: Informo-vos que nessa zona tem ocorrido certos factos de gravidade, motivo pelo qual mandei o índio Procópio ao Juty averiguar o que havia e na volta veio acompanhado de uma turma de 15 índios da mesma tribo que declararam terem-se revoltado, pois o Sr. Zeferino Rolim [ERVATEIRO] tinha terminantemente proibido aos índios a elaboração de herva, tendo uns intrusos paraguayos tomado conta da ranchada, estabelecendo até o botequim n'aquella área, o qual explora os incautos índios a troco de aguardente e bugigangas. O alvo da dita revolta foi o capitão da Tehy-Cuê, Pedro Martins, que estava de comum acordo com os interesses paraguayos, que afinal foram explusos d'aquella área. Peço-vos, pois, ajuda suplementar afim de custear o sustento desses silvícolas que vem chegando diariamente (Comunicação mensal de serviços executados no Posto Francisco Horta⁷³ – Março de 1927).⁷⁴

O setor administrativo do SPI conhecia as irregularidades que aconteciam nos postos, como a corrupção por parte dos encarregados que tratavam os índios da mesma maneira como os regionais que os contratavam, enraizados de preconceitos, sendo que os indígenas não passavam de mão-de-obra barata e submissa. Mesmo que, por vezes, demonstrassem preocupação com a situação dos índios, não tomavam nenhuma atitude que pudesse melhorar esta realidade nos postos.

A prática de negociar o trabalho dos Kaiowá e Guarani com o entorno era uma rotina nos postos do sul de Mato Grosso, como fica evidente nos vários “avisos” que relatam as visitas de pessoas interessadas em contratar os indígenas, que ali residiam. Os casos mais explícitos de solicitação de mão-de-obra vêm da Companhia Matte Larangeira, como confirmam os avisos de posto, no item “visitas”. Na verdade, a Companhia não ia lá fazer visitas e sim tratar de negócios com os encarregados, como se observa no relatório a seguir:

[...] Esteve presente no posto nos primeiros dias do mês de maio [...] o senhor Mario Meles, administrador da Cia.Matte-Laranjeira, em Campanário, [...]. Posto Indígena União⁷⁵ - Relatório do 2º trimestre do anno de 1941-30/06/1941.⁷⁶

⁷³ Atualmente Terra Indígena de Dourados.

⁷⁴ Museu do Índio, microfilme 341, p. 1312, Rio de Janeiro, 1927. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande, 2007.

⁷⁵ Atualmente Terra Indígena de Amambai.

⁷⁶ Museu do Índio, microfilme 16, Rio de Janeiro, 1941. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande, 2007.

Observa-se que não só pessoas ligadas à Companhia buscam pelo trabalho indígena nos postos do SPI. Há terceiros, que sub-empregavam serviço da Companhia, que, também, viam nos postos um local onde poderiam encontrar uma oferta considerável de mão-de-obra.

[...] **Dia 26** estive no posto **em procura de um índio seu trabalhador**, o Sr. Guilherme Lescano, **empreiteiro** da Cia Matte Laranjeira S.A. Posto Indígena União - Aviso sobre o movimento e demais ocorrências verificadas no posto durante o mês de Setembro/1942.⁷⁷

A frase “em procura de um índio seu trabalhador” demonstra uma relação funcionário e patrão e, mais, que essas pessoas tinham livre acesso às dependências do posto. O termo “em procura” evidencia que esse acesso era totalmente autorizado pelo encarregado, quando algum trabalhador indígena se ausentasse do trabalho para o qual fora contratado.

Percebe-se que o documento anterior é datado de 1942, e o que segue é de 1946. Os dois documentos tratam do mesmo empreiteiro, evidenciando que vários índios eram trabalhadores fixos. Isto é indicado pela vinda do empreiteiro ao posto, ratificando que o índio era uma pessoa conhecida, pelo fato de adiantar-lhe dinheiro:

[...] **Dia 9** o senhor Guilherme Lescano, empreiteiro da Cia Matte-Laranjeira, que veio em **procura de um índio que é devedor de uma certa importância**. (Posto Indígena União - Aviso de posto sobre o movimento do Posto durante o mês de Abril - Maio de **1946**)⁷⁸.

O SPI atua como agenciador da mão-de-obra indígena e como controlador do comportamento do trabalhador, impedindo as fugas e abandono do erval.

Nota-se, na documentação, que se tornou rotineira a busca, nos postos, por trabalhadores indígenas para as diversas etapas de manutenção dos ervais, como confirma o aviso de posto a seguir:

⁷⁷Museu do Índio, microfilme 16, Rio de Janeiro 1942. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande, 2007.

⁷⁸Museu do Índio, microfilme 16, Rio de Janeiro, 1946. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande, 2007.

[...] Dia 17 o Sr. Santacruz, empregado da Cia Matte Laranjeira a que veio a procura de **trabalhadores para limpeza de hervaes**. (Posto Indígena União - Aviso do movimento do Posto durante o mês de Setembro/1943).⁷⁹

Verifica-se que a Companhia mandava o seu administrador tratar diretamente com o encarregado do posto que liberou índios para trabalhar naquela empresa. No mesmo dia houve duas visitas administrativas que, certamente, tinham como objetivo acertar pagamentos, liberações de saída, troca de pessoal, prorrogações de contratos e demais acertos:

No dia 12 houve duas visitas do **administrador** de Campanário, da **Companhia Matte Larangeira**, a fim de **tratar de assuntos de trabalhos de índios para aquela firma** [...].mf 1 – Plan.8 Aviso do Posto Indígena Benjamin Constant, em julho de 1945.

A Companhia Matte Larangeira não foi a única a buscar nos postos do SPI pela mão-de-obra indígena, mas também fazendeiros vizinhos desses locais que exploravam a cultura da erva mate e outras atividades. Percebe-se que se tornou um costume na região contratar “braços” indígenas, o que indica a força e disponibilidade de sua mão-de-obra na região, como fica evidenciado no documento analisado por Monteiro (2003, p.64):

No dia 12 houve duas visitas, [...] de um fazendeiro em procura de índios para o corte de herva-matte. A outra visita foi de um hervateiro em procura de **braços** para a extração de herva-mate [...] mf 1 – Plan.8 - Aviso do Posto Indígena Benjamin Constant, em julho de 1945.

Os índios viviam sob um sistema de controle rigoroso, tanto por parte do SPI como pelos contratantes, quanto a sua saída e entrada nos postos, ou melhor, quanto a sua circulação em seu território tradicional. O encarregado liberava a sua saída mediante contrato com o fazendeiro e este ficava, a partir de então, responsável pela saída dos índios da fazenda, como se observa a seguir:

Dia 3: Jovino Antunes, residente em Vila União, em procura de índios que estavam fazendo exploração de herva matte e tinham **vindo ao posto com licença**. Posto

⁷⁹Museu do Índio, microfilme 16, Rio de Janeiro, 1943. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande, 2007.

Índigena União - Aviso sobre o movimento e demais ocorrências verificadas no posto durante o mês de Setembro/1942⁸⁰.

A seguir, dois documentos de 1942 e 1946 que indicam os mesmos empreiteiros que, com o passar dos anos, seguem buscando pelo trabalho indígena nos postos, sugerindo uma prática comum de utilização da mão-de-obra indígena na região.

Dia 8 o senhor Jovino Antunes, proprietário hervateiro, residente em União, que veio em **procura de índios para o trabalho em seus hervaes**. (Posto Índigena União - Aviso de posto sobre o movimento do Posto durante o mês de Abril - Maio de 1946)⁸¹.

Nota-se, nos documentos a seguir, que o encarregado dedicava boa parte do seu tempo em atender e resolver problemas oriundos dos contratos que ele estabelecia com os fazendeiros da região:

Dia 24 estive no posto o senhor Elpidio Pereira da Rosa, morador visinho a União, e que **veio se entender com o encarregado sobre o trabalho prestado por índios na sua fazenda**.

Dia 26 o senhor Floriano Peixoto, morador visinho ao posto, industrial e hervateiro, que **veio tratar de assuntos referentes aos índios que trabalham em sua propriedade**.

Dia 27 o senhor Aureliano Ayala, de nacionalidade Paraguaya, empreiteiro de hervaes, residente no lugar denominado Tacuru-Tujá, e que vem **entender-se a registro de índios que são seus trabalhadores**. (Posto Índigena União - Aviso sobre o movimento e demais ocorrências verificadas no posto durante o mês de Novembro/1942)⁸².

Dia 28 o Sr. Malvino de Oliveira, residente no lugar denominado "Ivahé", na Fronteira com o Paraguay e que veio se entender com o encarregado a respeito de

⁸⁰Museu do Índio, microfilme 16, Rio de Janeiro, 1942. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande, 2007.

⁸¹Museu do Índio, microfilme 16, Rio de Janeiro, 1946. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande, 2007.

⁸² Museu do Índio, microfilme 16, Rio de Janeiro, 1942. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande, 2007.

índios que são seus trabalhadores. (Posto Indígena União - Aviso do movimento do Posto durante o mês de Junho/1943)⁸³.

Ao encarregado competiam outras demandas internas importantes do posto que também eram de sua responsabilidade, como a orientação na plantação de roças, atender às questões relacionadas com a saúde, escola, entre outros. Essas obrigações eram deixadas em segundo plano por conta da burocracia com os contratos e prestações de contas, que lhe tomavam muito tempo.

Os índios não eram requisitados apenas para o trabalho nos ervais, mas também para trabalhar em outras atividades, como na cana de açúcar e outras lavouras em geral:

Dia 24 o Sr. Ramiro, industrial residente em União e que veio em **procura de índios para o corte de cana-de-açúcar**.

Esteve no posto dia 17 o senhor Laudegario de Quatro, morador na divisa das terras dos índios, e que veio em procura de **trabalhadores para a lavoura**.

Dia 23 o senhor Fabiano Rodrigues, residente em União a procura de índios para **trabalhos de lavoura**. (Aviso do movimento do Posto durante o mês de Setembro/1943)⁸⁴.

O agenciamento, da forma como era realizado, já representava uma exploração. Porém, além disso, constam nos relatos indígenas várias situações de corrupção por parte do encarregado. Isto era comum no caso da erva-mate, que era abundante nos postos reservados pelo SPI. Assim, relata João Aquino:

Essa erva é o encarregado do posto [que explorava], quando recebe ordem de lá do chefe dele, lá em São Paulo ele, aí fazia, erva ali, dentro do aldeia, mas o encarregado paga pro índio tirar erva. Paga, mas a erva, diz que é dele, mas assim mesmo trabalha e ganha só aquela folha que trouxe [o índio]... tá ganhando só pela folha de erva, o índio que tá ali né. O índio é burro né, era. E, também, trabalhava índio com encarregado, e agora aquele dinheiro que vem ele guarda tudo. Esse dinheiro de erva, bastante erva que, acho que ele vai comprar fazenda, o encarregado do posto, mas é, com o tempo que eu vi, eu fui lá em São Paulo muita pessoa falar proteção dos índios né, “você conhece proteção dos índios?” Aí digo: “eu conheço”. **Você vai lá em Caarapó, aí já tem, tem aldeia proteção dos índios. Aí eu venho**

⁸³ Museu do Índio, microfilme 16, Rio de Janeiro, 1943. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande, 2007.

⁸⁴ Museu do Índio, microfilme 16, Rio de Janeiro, 1943. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande, 2007.

procurar, procurando a proteção dos índios, eu venho, fui lá no aldeia, aí, não tem proteção, não tem proteção, só passando miséria, tem que trabalhar e plantar algum pouquinho, assim era passava mal o índio ali na aldeia mas o encarregado passa bem. O encarregado, então o patrício falou pra, pra ele, pro encarregado: “aqui disse que é proteção dos índios”. Inclusive tem algum índio que fala né: “proteção dos índio, eu já venho procurar, mas aqui é mais miséria do que lá de, do que lá de fora que a gente trabalha. E agora aqui é proteção de vocês”. Aí ficou brabo, mas não pode falar.⁸⁵

Em decorrência de toda essa situação, a alimentação era insuficiente para a população, como segue o depoimento de Aquino “passava mal de fome, de dinheiro, não tem recurso ali dentro. Mas o encarregado passa bem. Tem leite pra tirar tudo que tem, não tem dinheiro, pra comprar roupa, muita pessoa tava meio pelado”.

No documento abaixo, no qual o funcionário presta contas das ocorrências à 5ª IR do SPI, percebe-se o descaso em relação à saúde: “até o momento ainda não foram vacinados todos, porque partes se encontram em trabalhos nos herveas”, e a impressão que fica é de que o encarregado nada tem a ver com essa situação. E se não for possível a vacinação, também não há um empenho maior para que isso aconteça. A saúde é apenas um exemplo, mas o mesmo descaso deveria acontecer em outras situações.

Epidemia de varicela e varíola: a meses vem alastrando na zona de vila Amambaí forte epidemia de varicela e varíola, o agente do posto assim que chegou do seu conhecimento de que havia alguns casos entre índios deste posto (estes índios se encontram trabalhando em herveas para fora do posto) até o momento ainda não foram vacinados todos, porque parte se encontram em trabalhos nos herveas,. [...]. (Posto Indígena Benjamin Constant - Aviso do movimento e ocorrências verificadas no Posto durante o mês de Outubro/1945)⁸⁶.

Segue Aquino, complementando em seu relato o documento acima, sobre o caos que atingiu os postos indígenas, resultado do agenciamento da mão-de-obra e da má gestão interna na condução das atividades, como plantação e saúde, atividades perpassadas pela corrupção:

Pegava [o índio] e remédio não cura, remédio boa mesmo que vende tudo, deixou aquele que é mais fraco. Agora, o que é bom mesmo, vende tudo, o encarregado,

⁸⁵ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva M^a L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - K7 2092, p. 11-14

⁸⁶ Museu do Índio, microfilme 1, Rio de Janeiro, 1945. Cópia no Centro de Documentação Tekó Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande, 2007.

está judiava muito do índio antigamente. Não curava, porque é um remédio fraquinho, aquele remédio forte que vai curar a doença, esse vende tudo. Pra vendê na farmácia⁸⁷.

A 5ª IR acompanhava, por meio de memorandos e avisos de postos, os acontecimentos de qualquer ordem nos postos. Em relação ao agenciamento, nenhuma medida repreensiva era tomada, pois esse tipo de ação vinha ao encontro da proposta do SPI em transformar o índio num trabalhador rural. Na realidade, os índios eram subempregados rurais para atender a necessidade da Companhia Matte Larangeira e demais fazendeiros que tinham terras nas proximidades dos postos.

O rendimento proveniente dos contratos do agenciamento não voltava para os índios, fato mencionado em alguns relatos indígenas, quando afirmam que eles não recebiam em dinheiro pelo trabalho e, sim, em objetos de uso pessoal. Ocorria uma demasiada dedicação do encarregado em atender as entradas e saídas dos índios para os trabalhos externos. A Inspetoria nada fazia para mudar essa situação que se refletia de modo negativo e prejudicial na vida daqueles que saíam para o trabalho e precisavam deixar suas famílias necessitando de atendimento interno.

Não foi possível identificar, na pesquisa, a forma de pagamento dos encarregados de postos pela liberação dos indígenas para o trabalho externo. As informações extraídas dos documentos estão registradas em formulário, denominado “Aviso de Posto” que tinha por finalidade prestar contas à 5ª Inspetoria Regional – IR das ocorrências no posto durante o mês. E esses informes eram elaborados pelos próprios encarregados do posto indígena. Pode-se supor, talvez, uma dificuldade em identificar a “gratificação” recebida pelo agenciamento que foi, certamente, diluída ou oculta na documentação arquivada

As ocorrências eram registradas num formulário identificado por itens, com o seguinte formato: visitas, onde era registrada a presença de pessoas externas que vinham com propósito de contratar os índios para o trabalho nos ervais; visita de missionários e do próprio órgão, com a intenção de conhecer a escola do posto; população indígena (nascimentos e falecimentos); trabalhos executados pelos diaristas (plantação, colheitas, corte de madeiras); construção do posto (obras e reformas diversas); Escola do Posto (o funcionamento da escola,

⁸⁷ Entrevista realizada por Antonio Brand, Eva Mª L. Ferreira, Fernando A.A de Almeida e arquivada no CEDOC TEKÓ ARANDU UCDB - K7 2092, p. 11-14

o número de crianças matriculadas, frequência). Estado sanitário (medicação distribuída e adquirida) e correspondências recebidas e expedidas (protocolo de ofício circular entre o posto e a 5ª IR).

Enfim, pode-se concluir que, ao contrário da proposta inicial de libertar o índio da exploração de empreiteiros da Cia Matte Larangeira, o SPI integrou-o ao sistema ervateiro. Isso pode ser demonstrado por meio de documentos do próprio órgão tutelar, nos quais o agenciamento da mão-de-obra indígena, para trabalhos na Companhia Matte Larangeira, e para os regionais, está explicitamente registrado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em praticamente toda a documentação produzida por pesquisadores e escritores que discorrem sobre a história da Companhia Matte Larangeira observa-se que o seu olhar voltou-se mais para os aspectos econômicos da empresa e o viés empreendedor de sua ação enquanto frente pioneira de ocupação. O desbravamento de uma região considerada inóspita, contribuindo para a solução do isolamento em que se encontrava o sul de Mato Grosso, com a construção de estradas, portos de escoamento, quartéis militares são os aspectos considerados relevantes.

Muitos pesquisadores dedicaram parte de seus escritos às condições de conflito e de superexploração verificado nas relações de trabalho no âmbito da Companhia. A forma rígida de controle sobre os trabalhadores, a estratégia de submissão desses trabalhadores através das dívidas contraídas no armazém e, em geral, as dificuldades da vida nos ervais, são temas já bastante analisados.

Outro aspecto considerado importante nos escritos sobre o empreendimento ervateiro foi a sua interferência no povoamento da região, com a chegada de pessoas oriundas, principalmente, do sul do Brasil e os conflitos provocados com a Empresa. Alguns municípios surgiram a partir de acampamentos da Companhia Matte Larangeira, tais como Ponta Porã e Amambai.

Tendo em vista essas considerações, o estudo centrou-se na participação dos índios Kaiowá e Guarani nos trabalhos relacionados à erva-mate no âmbito da Companhia Matte Larangeira, inclusive por ser um fato frente ao qual a historiografia sul matogrossense tem sido omissa, registrando, apenas, a expressiva presença dos trabalhadores paraguaios, praticamente como os únicos trabalhadores.

A implantação do empreendimento ervateiro se deu em território indígena, sendo que o arrendamento concedido á empresa ocupou extensas dimensões de um território densamente ocupado por indígenas e essa ocupação estendeu-se por um logo período. Apoiado em ampla pesquisa documental e diversos relatos de índios e não-índios, foi possível

não só confirmar a participação indígena nos trabalhos ervateiros, já identificada em trabalhos como o de Brand (1997), mas levantar alguns detalhes interessantes sobre as relações interétnicas no ambiente de trabalho nos ranchos da Companhia. A realização de uma dissertação centrada no tema específico da participação dos indígenas na empresa ervateira, com certeza supre uma lacuna importante na historiografia regional.

Os relatos indígenas e não-indígenas destacaram a posição ocupada pelos índios no sistema ervateiro, uma posição submissa que o sistema impôs aos indígenas, o que contribuiu, certamente, para o seu ocultamento nas bibliografias sobre a temática indígena e, também, na memória das pessoas, que ao relatarem sobre o seu cotidiano nos ervais, não conseguiram identificar com precisão essa presença indígena. Sobre essa invisibilidade, vale lembrar as discussões realizadas por Brand (1997), de que esse ocultamento ou, também, invisibilidade indígena nos ambientes ervateiros pode ser decorrente de estratégia indígena, como uma forma de fugir do preconceito e do estigma de “bugre” mediante a sua submersão no meio dos paraguaios, o que foi, certamente, facilitado pelo fato de falarem a mesma língua e, aparentemente, terem costumes próximos.

Como discutimos anteriormente, no ambiente dos acampamentos de extração e processamento da erva, muitos indígenas se esforçaram por passar por um processo de transfiguração étnica, assumindo a condição de paraguaio. Pereira (2002) demonstra que essa transfiguração era na maioria dos casos temporária, pois então, logo o índio voltava para o convívio de seus parentes, ele reassumia a condição indígena.

Ainda com respeito a invisibilidade indígena, cabe lembrar que mesmo os ervateiros que dividiam os postos de trabalho com os índios, insistem em afirmar que não houve participação indígena. Estudos antropológicos que discutem a relação entre grupos étnicos ajudam a compreender as razões desse ocultamento: tratam-se de pessoas cuja importância social está associada a participação no empreendimento ervateiro, principalmente no caso das pessoas pobres que vivem nas periferias de cidades como Juti. Compartilhar essa participação com os índios implica em diminuir e ofusca a grandiosidade do empreendimento, isto, porque o índio representa atraso, primitivamente e incivilidade. Desta forma é impossível reconhecer a presença indígena na erva porque isto implicaria em negar a lógica interna de articulação do sistema multiétnico regional.

Esse estudo contribuiu, ainda, para identificar as populações indígenas como sujeitos coletivos, que tiveram participação efetiva no quadro social e histórico regional,

embora essa participação não tenha sido percebida pela historiografia sul matogrossense. É importante lembrar que parte dessa produção vem de memorialistas, cujas obras são, muitas vezes, reprodução de relatos de pessoas (famílias) ligadas às forças políticas hegemônicas do Estado e sem a preocupação de classificar e criticar as fontes.

A participação indígena no empreendimento ervateiro se deu de diversas formas. Por conhecerem bem toda a região, a população indígena foi importante para a localização de ervais, como guia para acessar locais considerados de difícil acesso. E ficou amplamente comprovado, seja pela documentação do próprio SPI, seja pelas informações orais recolhidas, que sua participação foi importante na elaboração da erva, embora essa participação não tenha sido idêntica em todas as regiões.

A documentação pesquisada, abrangendo o período desse estudo, evidencia o trabalho indígena nos ervais da Companhia Matte Larangeira, e em fazendas que se dedicavam a outras atividades, após a instalação das reservas indígenas entre os anos 1915 a 1928, pelo Serviço de Proteção ao Índio. A análise dessa documentação permitiu constatar o papel desse órgão público enquanto agenciador da mão-de-obra indígena, a partir da demarcação das reservas. É uma documentação importante que confirmou, amplamente, os relatos dos próprios indígenas.

A economia ervateira no Estado alcançou rendimentos expressivos, ao ponto da arrecadação do Estado ser menor que o orçamento da Companhia Matte Larangeira. Outras frentes de ocupação, com diferentes atividades como lavoura, abertura de estradas e derrubada de matas, contou com o trabalho indígena.

Há uma questão na qual não foi possível avançar muito. Trata-se das razões que levaram os índios a se engajarem, como mão-de-obra, nos ervais da Companhia Matte Larangeira. Embora apareça já em diversos relatos a importância para os índios do acesso a bens, como ferramentas, roupas e remédios - aliás, o engajamento no empreendimento ervateiro aparece como praticamente a única forma de acessar esses bens.

De outra parte, o estudo permitiu constatar que há necessidade de explorar com mais profundidade toda a documentação do Serviço de Proteção aos Índios e os relatos gravados sobre o a presença da Companhia Matte Larangeira entre os índios Kaiowá e os Guarani, arquivada no Centro de documentação Teko Arandu – NEPPI-UCDB. O material disponível no Centro desafia o pesquisador indígena e não-indígena, pelo seu ineditismo, sua vastidão e riqueza, que só aparecerão na medida em que forem explorados com pesquisas que

poderão contribuir muito para superar a invisibilidade indígena na história sul-matogrossense.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gilmar. Heródoto. In: **Ciclo da erva-mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947**. Campo Grande: Inst. Euvaldo Lodi, p. 195-310 - (Coleção Histórica. Coletânea), 1986.

_____. **Frutos da Terra. Os trabalhadores da Matte Laranjeira**. Editora UEL, Londrina, 1997.

BARBOSA, Emílio G. **Os Barbosas em Mato Grosso**. Estudo Histórico. Editora Empresa Correio do Estado Ltda. Campo Grande, 1961, 71 p.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. Editora Edusp. São Paulo, 1987.

BRAND, A. J. 1993. **O confinamento e seu impacto sobre os Paí-Kaiowá**. Porto Alegre. Dissertação (mestrado) Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre. 276 p.

_____. **O Impacto da Perda da Terra sobre a Tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra**. Tese. Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS. 1997. 382 p.

_____. **“O bom mesmo é ficar sem capitão” o problema da “administração” das reservas indígenas Kaiowá/Guarani**, MS. In: TELLUS, ano 1 nº1. Ed. UCDB. Campo Grande, 2001, p. 67-88.

BRAND, A.; FERREIRA, E.M.L.; BATISTA, S. B.; AZAMBUJA DE ALMEIDA, F. A. ; SIQUEIRA, E. M. **Ação do Serviço de Proteção aos Índios junto aos Kaiowá e Guarani, localizados na região sul do Estado de Mato Grosso do Sul**. Comunicação Coordenada/ANPUH, 2004.

BRAND, A. FERREIRA, E.M.L.; AZAMBUJA DE ALMEIDA, F. A. **Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira: negociações e conflitos**. ANPUH, 2005.

COLMAN, Rosa S. **Território e Sustentabilidade os Guarani e Kaiowá de Yvy Katu**. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Local), UCDB, Campo Grande, 2007, 174 p.

CORRÊA, Valmir Batista. **Fronteira Oeste**. Editora UFMS. Campo Grande, 1999, 216 p.

CORRÊA, João Gabriel Silveira **A ordem a se preservar: a gestão dos índios e o reformatório agrícola indígena Krenak**. Dissertação, 196p, Rio de Janeiro– Programa de pós-graduação em Antropologia Social- MN-UFRJ, 2000.

_____. **A administração dos índios: as diretrizes para o funcionamento dos postos indígenas do SPI**. In: Gestar e Gerir: estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Ed.Relume Dumará – NuAP-UFRJ. 2002. p.125-146.

CORREA FILHO, Virgílio. **A sombra dos Hervaes Matogrossenses**. Ed. São Paulo, São Paulo, 1925.

CHARTIER, Roger. **A História cultural entre práticas e representações**. Coleção memória e sociedade. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S. A, 1988.

DEL PRIORE, Mary. **História do cotidiano e da vida privada**. In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

GAGLIARDI, José Mauro. **O Indigenismo e a República**, São Paulo, Hucitec, 1989.

GOMES, Otávio Gonçalves. Dom Thomaz In: **Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947**. Campo Grande: Inst. Euvaldo Lodi, p.387 - 443, 1986. (Série Histórica. Coletânea), 1986.

GRÜNBERG, Friedl Paz. **Reflexões sobre a situação dos guarani no Mato Grosso do Sul, Brasil**. Disponível em: <<http://www.guarani.roguata.com>>, 2002.

GUILLEN, Isabel Cristina. **O Imaginário do Sertão. Lutas e resistências ao domínio da Companhia Matte Laranjeira**. (Mato Grosso: 1890 – 1945), UNICAMP, Campinas, Dissertação (Mestrado), 1991.

GUIMARÃES, Alcir Vaz. **Mato Grosso do Sul, sua evolução histórica**, Ed. UCDB, Campo Grande. 1999, 285 p.

JESUS, Laércio Cardoso de. **Erva-Mate: o outro lado - A presença dos produtores independentes no antigo Sul de Mato Grosso 1870-1970**. Dissertação, 190 p, Dourados, MS, 2004 - Programa de pós-graduação Mestrado em História, UFMS -Campus de Dourados.

LANDA, Beatriz dos Santos. **Os Ñandeva/Guarani e o uso do espaço na Terra Indígena Porto Lindo, município de Japorã/MS**. Porto Alegre, PUCRS, 2005 (Tese de doutorado).

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1985.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. **Um Grande Cerco de Paz**. Tese (Doutorado), 1992, 598 p. (UFRJ) Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MARTINS, Gilson Rodolfo. **Relatório de registro de sítio arqueológico-etnográfico e histórico**, UFMS, Campo Grande, mimeo, 1987.

MELIÀ, Bartomeu. Linguagem de sonhos e visões do índio guarani. In: **as missões jesuítico – guaranis: cultura e sociedade**. Santa Rosa, 1987.

_____. **El guarani conquistado y reducido** – ensayos de etnohistoria. Biblioteca Paraguaya de antropologia, vol5, centro de estudios antropológicos, Universidad Católica. Assuncion, 1993.

MELIÀ, B.; SAUL, M. V.; MURARO, V. F. **O Guarani: uma bibliografia etnológica**. Santo Ângelo: Fundação Nacional Pró-Memória/FUNDAMES, 1987.

MELIÀ, Bartomeu; GRÜMBERG, Georg; GRÜMBERG, Friedl. **Los Paĩ-Tavyterã-Etnografía Guarani del Paraguay contemporáneo**. Asunción: Centro de Estudios Antropológicos. Universidad Católica “N.S. de la Asunción”, 1976.

MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa. **Levantamento histórico sobre os índios Guarani Kaiwá**. Museu do Índio/FUNAI. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2003.

NARITA, Stella. Notas de pesquisa de campo em psicologia social. In: **Psicologia & Sociedade**, vol.18 n.2. Porto Alegre may/aug, 2006.

PACHECO, Rosely A. Stefanés. **Mobilizações Guarani Kaiowá e Ñandéva e a (re)construção de territórios**: novas perspectivas para um direito indígena, Dissertação (mestrado em História), UFMS, 2004, 179 p.

PEREIRA, Levi M. **Relatório de identificação da Terra Indígena Guyra Roká**. Município de Caarapó, Mato Grosso do Sul, Documentação Funai, mimeo, Brasília, 2002.

_____. **O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS**. In: *Tellus*, ano 3. n.4, p. 137-145 Campo Grande, 2003.

_____. **Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno**. São Paulo, USP, 2004. (Tese de doutorado)

_____. **Relatório de identificação da Terra Indígena Taquara**. Município de Juti, Mato Grosso do Sul, Documentação Funai, mimeo, Brasília, 2005.

_____. Assentamentos e formas organizacionais dos Kaiowá atuais: o caso dos “índios de Corredor”. In: *Tellus*, ano 6, n. 10, p. 69-81, Ed. UCDB, Campo Grande/MS, 2006.

_____. Mobilidade e processos de territorialização entre os Kaiowá atuais. In: **História em Reflexão**: Vol.1 n.1 – UFGD – Dourados Jan/Jun, 2007

PERES, Sidnei. **Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-67)** In: *A Viagem de Volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Editora Contra Capa: RJ, p. 46.1999.

PETERSEN, S.R.F. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. In: MESQUISTA, Z., BRANDÃO, C.R. (orgs). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: EDUNISC, 1995.

POUTIGNAT, Philippe **Teorias da etnicidade**. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth/ Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenart; tradução de Elcio Fernandes. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.

QUEIRÓZ, Paulo Roberto Cimo. **Vias de comunicação e articulação econômicas do antigo sul de Mato Grosso (séculos XIX e XX)** notas para discussão, 2004, mimeo.

REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Trad. de D. Rocha. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

RODRIGUES, J. Barbosa. **História de Mato Grosso do Sul**. Editora do Escritor. São Paulo, 1985.

SANTOS, Ana Maria do Perpétuo Socorro. **O Forte Iguatemi: entre a História e a memória**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2002.

SEREJO, Hélio. Carai. in: **Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947**. Campo Grande: Inst. Euvaldo Lodi, p. 27-193. (Série Histórica. Coletânea), 1986.

SILVA, Joana A. Fernandes. **Os Kaiowá e a ideologia dos projetos econômicos**. Dissertação. UNICAMP. 1982.

WEINGARTNER, Alisolet A. dos Santos. **Movimento Divisionista no Mato Grosso do Sul**. Edições EST, Porto Alegre, 2002, 85p.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RELATÓRIOS

01 - Relatório de 1923 do auxiliar Genésio Pimentel Barboza encaminhado ao inspetor Antônio Martins Viana Estigarribia.

FONTES ORAIS

1 - Abílio Pereira Filho (85 anos) e João Batista Pereira dos Santos (80 anos). Entrevistados por Antonio Brand, Eva Maria Luiz Ferreira e Fernando Augusto Azambuja de Almeida no dia 16 de Julho de 2006 na cidade de Juti/MS

2- Américo Aguilera de 89 anos. Entrevistado por Davi Marques Pereira em 06 de maio de 2000 em Amambaí/MS.

3 - Alécio Martins, da etnia Guarani, 30 anos. Entrevistado por Kátya Vietta no dia 08 de Agosto de 2002 na reserva Indígena de Caarapó/MS.

4 - Atamarílio Marques, de 91 anos. Entrevistado por Adelaido Luiz Spinosa Vila. Em 31 de Maio de 1998, Campo Grande/MS

5 - Antonio Fernandes. Entrevistado por Antonio Brand.

6 - Benedito Troques, entrevistado por Antonio Brand no dia 06 de Abril de 1995 na missão Caiuá, Dourados/MS.

7 - Bernardo Wilfrido Brizuenha (Nenito), 102 anos. Entrevistado por Davi Marques Pereira no dia 03 de Junho de 2000 em Sanga Puitã, Distrito de Ponta Porã/MS.

8 - Bernardo Wilfrido Brizuenha (Nenito), 102 anos. Entrevistado por Antonio Brand, Fernando Augusto Azambuja de Almeida e Eva Maria Luiz Ferreira em 04 de Setembro de 2004 em Sanga Puitã, Distrito de Ponta Porã/MS.

9 - Ciriaco Acosta, 68 anos, Kaiowá, Aldeia Te'ýikue. Entrevistado por Antonio Brand, Fernando Augusto Azambuja de Almeida e Eva Maria Luiz Ferreira em Julho de 2006

10 - Helio Serejo, 87 anos. Entrevistado por Antonio Brand em 17 de Junho de 1999, em Dourados/MS

11 - Ito José Gonzáles, 80 anos. Entrevistado por Davi marques Pereira no dia 30 de Janeiro de 1999 em Caarapó/MS.

12 - Jary, morador da Chácara Guajurus em Caarapó. Entrevistado por Davi Marques Pereira no dia 13 de Fevereiro de 1999.

13 - João Aquino da etnia Kaiowá – 104 anos faleceu em Abril de 2007 no acampamento Takuara – Juti MS. Entrevistado por Antonio Brand, Fernando Augusto Azambuja de Almeida e Eva Maria Luiz Ferreira em 05 de setembro de 2004

14 - João Aquino da etnia Kaiowá – 104 anos faleceu em Abril de 2007 no acampamento Takuara – Juti MS. Entrevistado por Antonio Brand, Fernando Augusto Azambuja de Almeida e Eva Maria Luiz Ferreira em Julho de 2006.

15 - João Vilhalba. Entrevistado por Juscelino e Antonio Brand, na Aldeia Rancho Jacaré, Laguna Carapã/MS, no dia 19 de Novembro.

16 - Lúcio Cáceres, da etnia Guarani. Entrevistado por Davi Marques Pereira no dia 06 de maio de 2000, na reserva Indígena de Amambaí/MS.

17 - Manoel de Almeida de 81 anos. Entrevistado por Adelaido Luiz Spinosa Vila. Em 31 de março de 1998, Campo Grande/MS

18 - Marcelino Recalde, 68 anos. Entrevistado por Antonio Brand, Fernando Augusto Azambuja de Almeida e Eva Maria Luiz Ferreira em 04 de Setembro de 2004 em Sanga Puitã, Distrito de Ponta Porã/MS

19 - Ramão Colman, 79 anos. Entrevistado por Antonio Brand, Fernando Augusto Azambuja de Almeida e Eva Maria Luiz Ferreira em 04 de Setembro de 2004 em Sanga Puitã, Distrito de Ponta Porã/MS.

DOCUMENTOS MICROFILMADOS

1 - Filme 001-A/9ª Delegacia Regional

Assunto Índios Cayoas – Perseguição aos referidos índios por parte da Cia. Matte

Data: 04/04/1919 - Páginas 20 e 21

2 - Filme 001-A/Telegrama, página 37

Corumbá, 19/09/1919

3 - Filme 001-A

Relatório das atividades da 6 IR Mato Grosso, remetendo minuta para o relatório da Diretoria, página 1761 - Ano 1928

4 - Filme 016/Posto Indígena União

Relatório do 2 trimestre do anno de 1941

30/06/1941 – Dayen Pereira

5 - Filme 016/Posto Indígena União

Sub-delagacia de Policia de Patrimônio Iguatemi, em 11/08/1942

6 - Filme 016/Posto Indígena União

Aviso sobre o movimento e demais ocorrências verificadas no posto durante o mês de Setembro/1942 - Dayen Pereira Santos

7 - Filme 016/Posto Indígena União

Aviso sobre o movimento e demais ocorrências verificadas no posto durante o mês de Novembro/1942 - Dayen Pereira Santos

8 - Filme 016/Posto Indígena União

Aviso do movimento do Posto durante o mês de Junho/1943 - Dayen Pereira Santos

9 - Filme 016/Posto Indígena União

Aviso do movimento do Posto durante o mês de Setembro/1943 - Dayen Pereira

Santos

10 - Filme 01 – Planilha 7

Posto Indígena Benjamin Constant

11 - Filme 016/Posto Indígena União

Aviso de posto sobre o movimento do Posto durante o mês de Abril.

Maio de 1946 – Dayen Pereira

12 - Filme 01 – Planilha 5/Posto Indígena Benjamin Constant, 4/6/1956

13 - Filme 01 – Planilha 6/Posto Indígena Benjamin Constant

14 - Filme 01 – Planilha 5/Posto Benjamin Constant - 12/12/1962

15 - Filme 01 – Planilha 5/Posto Benjamin Constant - 10/12/1962

16 - Filme 01 – Planilha 6 - Posto Indígena Benjamin Constant

17 - Filme 18 – Planilha 268

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 30 de outubro de 2007

EVA MARIA LUIZ FERREIRA